

THIAGO ROZA IALDO MONTILHA

A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Niterói, 2014

THIAGO ROZA IALDO MONTILHA

A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908)

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magali Gouveia Engel

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

**Banca examinadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magali Gouveia Engel (Orientadora)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Laura Maciel (Membro)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Letícia Correa (Membro)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Martha Abreu (Suplente)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina Vianna Dantas (Suplente)

Niterói, 2014

I11 Ialdo Montilha, Thiago Roza.  
A República e os políticos nas crônicas de Olavo Bilac (1897-1908) /  
Thiago Roza Ialdo Montilha. – Niterói, RJ : [s.n.], 2014.  
170 f. : il.

Orientador: Magali Gouveia Engel.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.  
Bibliografia: f. 166-170.

1. Bilac, Olavo, 1865-1918. 2. Brasil-História-República, 1889-1930.  
3. Políticos-Brasil. 4. Intelectuais-Brasil. 5. Jornalismo-aspectos políticos-  
Brasil. I. Engel, Magali Gouveia. II. Universidade Federal Fluminense.  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.05

## **Banca examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magali Gouveia Engel (UFF)

Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Maciel (UFF)

Arguidora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Letícia Correa (UERJ-FFP)

Arguidora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Martha Abreu (UFF)

Suplente

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Vianna Dantas (FIOCRUZ)

Suplente

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha esposa Monique Ribeiro, pela profunda compreensão diante dos inevitáveis sacrifícios, assim como ao meu sobrinho Fred que me faz entender cada vez melhor a importância e o significado da palavra “futuro”.

Aos meus pais e avós agradeço pelos muitos anos de ensinamentos e sacrifícios. Com eles pude construir um enorme aprendizado ao longo dos meus poucos vinte e sete anos de vida.

Devo à professora Magali Engel enorme gratidão, pelo profundo respeito que demonstrou pelas reflexões que propus no decorrer do processo de composição deste trabalho, assim como pela amizade que confiou a mim e à minha esposa.

Meus agradecimentos à professora Maria Letícia Corrêa não apenas pela participação na banca deste trabalho, mas principalmente pelos muitos ensinamentos transmitidos.

Ao professor Emílio Eigenheer, pela amizade e pelas portas sempre abertas.

Aos meus companheiros de estrada, de música e de vida, Vitor, Franco, João, Rafael e Gabriel.

Às professoras Laura Maciel, Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas, por aceitarem integrar a banca examinadora deste trabalho.

Por fim, a todos os meus alunos que cotidianamente me ensinam a importância da educação básica.

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar as principais representações publicadas na imprensa, pelo jornalista Olavo Bilac, sobre a República brasileira e seus políticos. O recorte cronológico adotado compõe-se dos anos situados entre 1897 e 1908 e o espaço privilegiado em nossa análise é a cidade do Rio de Janeiro. Em termos gerais, pretendemos não somente captar as diferentes perspectivas veiculadas por Olavo Bilac sobre ambos os objetos, mas analisar e determinar alguns dos muitos fatores que estruturaram a sua ótica bastante complexa a respeito.

**Palavras-chave:** Bilac, República, Políticos, Intelectuais e Imprensa.

**Abstract:** The present work aims to analyze the main representations that were published at massive press by the journalist Olavo Bilac about the Brazilian Republic and its politicians. The period focused were between 1897 and 1908 and the privileged space in our analysis is the city of Rio de Janeiro, capital of Brazil at that time. In general terms, we want not only to capture the different perspectives published by Olavo Bilac about both objects, but also to analyze and determine some of the several factors that structured his very complex view about them.

**Keywords:** Bilac; Republic; Politicians; Intellectuals, Press.

## **Lista de abreviaturas e siglas**

Para uma identificação completa das crônicas jornalísticas utilizadas no decorrer deste trabalho, optamos por acrescentar às informações básicas das referências, abreviaturas referentes aos nomes dos periódicos em questão. São elas:

1- *A Bruxa (ABruxa)*

2 - *Correio Paulistano (Cor Pau)*

3 - *Gazeta de Notícias (Gaz Not)*

4 - *Kosmos (Kosmos)*

5 - *O Estado de São Paulo (OEstSP)*

## SUMÁRIO

Apresentação	9
Capítulo 1 – O tempo de Olavo Bilac	16
1.1 - A trajetória intelectual bilaquiana e seu contexto histórico	16
1.2 - O itinerário jornalístico de Olavo Bilac em tempos de modernização da imprensa brasileira	33
Capítulo 2 - A “necessária” experiência da República no Brasil	65
Capítulo 3 - Os profissionais da política republicana, segundo Olavo Bilac	109
Conclusões	162
Referências bibliográficas	166

## Apresentação

Pode-se dizer que a crise do regime monárquico brasileiro, desencadeada no decorrer do último quartel do século XIX, favoreceu o recrudescimento dos debates e a produção intelectual dos círculos letrados coevos, sobretudo daqueles caracterizados por Ângela Alonso como “geração 1870” (ALONSO, 2002). As perspectivas e pretensões de seus integrantes então encontravam-se voltadas principalmente para a deposição do regime monárquico e para as diferentes possibilidades de modernização da sociedade brasileira, aos seus olhos, profundamente necessitada de reformas que eliminassem o seu posicionamento de “atraso” em relação ao mundo “civilizado”, ou seja, as sociedades da Europa ocidental.

As reflexões da engajada geração foram inspiradas principalmente pelo repertório<sup>1</sup> teórico da segunda metade dos Oitocentos, então composto por esquemas interpretativos, noções e correntes de pensamento como o positivismo, o cientificismo, o darwinismo social, o republicanismo, entre outras mais. Por outro lado, vale destacar que o engajamento de círculos intelectuais de aparição posterior, no decorrer da década de 1880, também dera a sua contribuição para a queda da monarquia e para a produção intelectual voltada ao tratamento da complexa realidade nacional.

Após a implantação da inédita institucionalidade republicana, em novembro de 1889, é possível afirmar que permanecera o engajamento de grande parte de nossos meios intelectuais na proposição das reformas modernizadoras que julgavam necessárias à sociedade brasileira da época. Deste modo, inclinados pela ideia de Pierre Bourdieu de que “O que faz com que um pensador pertença a sua época [...] são antes de mais nada as problemáticas e as temáticas obrigatórias nas quais e pelas quais pensa” (BOURDIEU, 1968, p.141), julgamos plenamente legítimo considerar que grande parte dos círculos letrados nacionais daquela virada de século, convergiu para o tratamento de problemáticas comuns, intrínsecas à realidade brasileira e ao mundo ocidental de modo geral. Alguns exemplos de questões constantemente debatidas por nossa intelectualidade naquela conjuntura são: os altos índices de analfabetismo popular, a

---

<sup>1</sup> Segundo Ângela Alonso, “o repertório fornece um conjunto de esquemas de pensamento, funcionando como uma ‘caixa de ferramentas’. Os agentes recolhem *seletivamente* elementos deste repertório, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir estratégias de ação.” (ALONSO, 2002, p.176).

insalubridade da capital federal, a reorganização das forças armadas brasileiras e a definitiva instalação do trabalho livre no país.

Em meio a esta intensa atividade intelectual voltada para as mais diversas temáticas então consideradas de proporções nacionais, o inédito regime republicano e o exercício profissional de seus representantes oficiais seguramente também foram “alvos” do devido tratamento analítico por parte dos mais diversos letrados, afinal, pela primeira vez se vivia no país o processo de consolidação de um novo regime político caracterizado por elementos até então completamente estranhos à nossa sociedade, tais como a laicidade de suas instituições oficiais e o direito ao voto para o chefe do poder Executivo nacional.

Contudo, a nossa proposta de trabalho almeja focar as reflexões produzidas por um dos intelectuais mais consagrados do período da Primeira República. Em termos mais precisos, pretendemos analisar as representações que o poeta e jornalista Olavo Bilac produziu na grande imprensa de sua época, entre os anos de 1897 e 1908, a respeito do regime republicano e de profissionais da política <sup>2</sup> que integraram os seus quadros oficiais, afinal, temos claro que como poucos o referido autor experimentou de maneira ativa, praticamente toda a conjuntura de transição político-institucional vivida pelo país no final do século XIX, pois, não somente participou entusiasticamente do movimento republicano e do processo de queda da monarquia, como militou, principalmente através das páginas da imprensa, em favor da consolidação da República no Brasil.

Em primeiro lugar, gostaríamos de frisar que o trabalho desenvolvido nestas páginas, procura seguir por caminhos ainda pouco trilhados no que se refere aos estudos históricos voltados para a trajetória intelectual de Olavo Bilac. Em termos mais precisos, constatada a pouca atenção dada até os dias atuais, à abordagem de viés político que o autor desenvolveu durante o seu tempo de jornalismo opinativo, entendemos como extremamente plausível propor a análise de sua perspectiva a respeito do regime republicano e dos políticos nele atuantes, justamente por meio de sua extensa produção cronística. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que importantes trabalhos têm sido desenvolvidos para um maior conhecimento da trajetória intelectual

---

<sup>2</sup> Expressão inspirada nas reflexões elaboradas por Pierre Bourdieu sobre o conceito de campo político e a respeito do exercício profissional de seus agentes, segundo o sociológico francês, detentores de conhecimentos bastante específicos no que se refere ao jogo propriamente político (BOURDIEU, 1989, p.169-170).

de Olavo Bilac, sobretudo no âmbito jornalístico, sendo alguns deles os de autoria de Antônio Dimas (DIMAS, 2006), Magali Engel (ENGEL, 2004; 2006; 2008; 2010), Álvaro Santos Simões Júnior (SIMÕES JÚNIOR, 2003; 2007) e Carolina Vianna Dantas (DANTAS, 2007).

Quanto ao aspecto espacial inerente à nossa pesquisa, julgamos adequado privilegiar a cidade do Rio de Janeiro tendo em conta que Olavo Bilac construiu a sua extensa carreira intelectual majoritariamente em seus limites, a grande importância simbólica que o próprio autor atribuiu àquela capital que tantas vezes chamou pejorativamente por “Sebastianópolis”, e pela centralidade que a mesma possuía em plena virada do século, quando acumulava consigo os *status* de centro político, econômico, financeiro, demográfico e cultural do país. Em suma, o Rio de Janeiro era o epicentro das muitas transformações vividas pelo Brasil no final dos Oitocentos, seguramente determinadas tanto por fatores de ordem interna, como a definitiva abolição da escravidão em 1888, quanto por fatores de ordem externa, sendo exemplar a interação cada vez maior que o país apresentava com o processo de expansão internacional do sistema capitalista contemporâneo.

Em relação ao recorte cronológico que a nossa investigação abrange, este se constitui dos anos compreendidos entre 1897 e 1908. Quanto ao marco inicial escolhido, o ano de 1897 revela-se basilar, sobretudo porque nos traz Olavo Bilac em pleno processo de consagração de sua trajetória intelectual, afinal, em março do referido ano assumiu o lugar de Machado de Assis, um dos literatos mais importantes do Brasil naquele contexto histórico, justamente nas colunas da *Gazeta de Notícias*, certamente o jornal mais popular da capital federal, devido aos preços acessíveis e à fama de periódico especializado em refinadas contribuições literárias. Por outro lado, enquanto desfecho de nosso recorte, adotamos o ano de 1908 por nele constar o abandono de Olavo Bilac das atividades jornalísticas, momento este de sua trajetória ainda pouco esclarecido, porém, segundo Álvaro Simões Santos Júnior, ocorrido “em represália a acusações veiculadas nos jornais de que teria sido favorecido indevidamente com gorda subvenção do Itamarati, graças à influência de seu amigo barão do Rio Branco.” (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p.66). Daí em diante, Bilac se dedicaria a outras empreitadas, dentre elas a produção de livros didáticos de conteúdo cívico e a militância nacionalista através de organizações civis como a Liga de Defesa Nacional.

Quanto às fontes selecionadas, entendemos que as crônicas jornalísticas produzidas por Olavo Bilac, principalmente aquelas elaboradas a partir de 1897, quando

passara a possuir espaço exclusivo para o seu exercício de jornalismo opinativo, são as mais adequadas à análise de conteúdo que pretendemos realizar porque constatamos que foi por meio delas que o próprio expressou a sua perspectiva de análise, com maior clareza, contundência e profundidade a respeito da República brasileira e seus profissionais da política.

Como critério para a seleção das crônicas, em total de sessenta e uma, julgamos adequado abarcar tanto as mais especificamente voltadas para a abordagem do regime republicano e seus políticos, quanto aquelas dedicadas a temáticas indiretamente relacionadas a ambos, tais como as conturbadas eleições da época, as conflituosas relações entre as oligarquias espalhadas pelo país, dentre outras mais. Ainda cabe destacar que nos decidimos por analisar, devido à produtividade do autor no recorte cronológico estabelecido, apenas as crônicas que publicou nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, e nas revistas *Kosmos* e *A Bruxa*.

Não desconhecemos os “obstáculos” inerentes à lida com a produção cronística do período republicano e as precauções necessárias à análise de seu conteúdo, afinal, neste momento de nossa história, em que se iniciava a emergência de uma imprensa de grande porte principalmente nas grandes capitais brasileiras, ainda encontramos o campo jornalístico extremamente vulnerável a influências oriundas, por exemplo, de agentes do campo político. À época, por parte de diversos jornais e revistas eram bastante comuns a estreiteza de relações com grupos políticos e a adoção de determinados posicionamentos em relação aos mesmos, constituindo-se em exemplo importante nesse sentido, a função de órgão oficial do Partido Republicano Paulista por muitos anos exercida pelo jornal *Correio Paulistano*. Deste modo, julgamos legítimo carregar conosco a ideia de que o conteúdo das crônicas de Olavo Bilac, talvez não represente fielmente o seu pensamento e perspectiva de análise, justamente pela possibilidade de que o seu processo de produção tenha ocorrido sob maior ou menor influência de espaços profissionais de alguma forma comprometidos com agentes do mundo político republicano, tais como o citado *Correio Paulistano* e o *Estado de São Paulo*, para os quais o autor colaborou durante anos.

Em linhas gerais pode-se dizer que pretendemos abordar as complexas nuances inerentes às perspectivas de análise esboçadas por Olavo Bilac a respeito daquela República que tanto defendeu e de seus representantes oficialmente eleitos, então

bastante criticados ou elogiados de acordo com a sua ótica muito peculiar em relação aos traços e feitos intrínsecos aos seus respectivos desempenhos profissionais.

Em termos mais específicos, no que se refere às impressões bilaquianas a respeito da República, entendemos ser fundamental trabalhá-las a fim de melhor apreender aspectos como a importância histórica que o autor concedeu às suas implantação e vigência para a sociedade brasileira da época, os pontos positivos e negativos que identificou em sua dinâmica político-institucional, quais problemáticas e questões compreendia enquanto urgentes e nocivas ao seu “funcionamento”, qual relevância atribuiu aos papéis desempenhados por seus quadros dirigentes, entre outros mais. Quanto aos profissionais da política nacional, nos inclinamos pela ideia de que atentar para as representações que o jornalista carioca nos deixou a seu respeito, constitui-se trabalho de significativo valor porque nos permitirá, por exemplo, identificar quais foram as críticas que elaborou às suas atuações assim como as principais motivações para tal, qual significado político atribuía ao posicionamento social diferenciado que possuíam, quais papéis desejava vê-los desempenhar em plena vigência do regime republicano bem como por quais nomes, perfis e projetos políticos se inclinou favoravelmente.

Em âmbito teórico-metodológico, gostaríamos de ressaltar que aderimos aos trabalhos desenvolvidos por Pierre Bourdieu acerca dos conceitos de *campo intelectual* (BOURDIEU, 1968) e *campo político* (BOURDIEU, 1989), principalmente porque entendemos que a sua utilização nos possibilitará melhor compreender a atuação desenvolvida e os posicionamentos intelectuais adotados pelo consagrado jornalista Olavo Bilac, então em constante contato com os principais agentes do mundo político coevo, assim como as suas aguçadas reflexões a respeito da ordem política republicana e acerca do exercício profissional de seus representantes oficiais. Ademais, certos do equívoco que seria compreender ambas as conceituações enquanto dotadas de caráter transcultural ou trans-histórico, destacamos a nossa plena ciência de que principalmente o campo intelectual, durante o período da Primeira República, ainda se encontrava em vias de constituição, portanto, ainda nitidamente frágil ou pouco autônomo em relação a influências exteriores, tais como as oriundas do campo político, à época, relativamente mais bem organizado em sua dinâmica interna.

Por outro lado, não podemos deixar de explicitar que a noção de *trajetória*<sup>3</sup>, (BOURDIEU In: AMADO; FERREIRA, 1996) trabalhada pelo sociólogo francês, também fora incorporada à nossa análise, sobretudo porque a entendemos enquanto fundamental para uma adequada compreensão da especificidade que o pensamento político bilaquiano apresentou no transcorrer de sua trajetória jornalística, seguramente bastante diferente da constituição que viria a apresentar, por exemplo, durante a década de 10, quando Olavo Bilac assumiria posicionamentos nitidamente voltados para um nacionalismo mais exacerbado, sendo exemplar nesse sentido, o conteúdo das campanhas que desenvolveu a partir da Liga de Defesa Nacional.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que reconhecemos a importância da concepção de intelectual, desenvolvida por Antonio Gramsci (GRAMSCI, 2006), para a nossa investigação a respeito da atuação do jornalista Olavo Bilac, sobretudo porque ao mesmo tempo em que ratifica a condição de intelectual como inerente a todos os seres humanos, não deixa de afirmá-la enquanto exercida em meio à sociedade apenas por alguns indivíduos, constituindo-se eles os organizadores da cultura e da hegemonia dos grupos sociais os quais representam.

No primeiro capítulo procuramos abordar os principais momentos da trajetória intelectual de Olavo Bilac à luz de seu contexto histórico, embora, devido ao foco de nosso trabalho, tenhamos concedido maior destaque ao itinerário jornalístico percorrido pelo autor, sobretudo nos periódicos que integravam a chamada grande imprensa da época, sendo eles, os jornais *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, e as revistas *A Bruxa* e *Kosmos*. A estes últimos dedicamos uma abordagem diferenciada, procurando nos aprofundar um pouco mais nos seus respectivos perfis e históricos, tendo em vista conhecer melhor os espaços profissionais em que Olavo Bilac desenvolveu a sua atuação jornalística, inclusive para identificar e compreender possíveis influências exercidas pelos mesmos sobre a sua produção intelectual.

No segundo capítulo refletimos sobre as representações que Olavo Bilac produziu a respeito do regime republicano brasileiro, procurando identificar alguns dos

---

<sup>3</sup> Segundo Bourdieu, “A análise crítica dos processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade, na construção dessa espécie de artefato socialmente irrepreensível que é a ‘história de vida’ e, em particular, no privilégio concedido à sucessão longitudinal dos acontecimentos constitutivos da vida considerada como história em relação ao espaço social no qual eles se realizam não é em si mesma um fim. Ela conduz à construção da noção de *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” (BOURDIEU In: AMADO; FERREIRA, 1996, p.189).

fatores que contribuíram para a formação de sua perspectiva extremamente complexa e nos permitindo abarcar escritos dedicados a temáticas indiretamente relacionadas à República, porém, seguramente muito férteis para a compreensão do pensamento bilaquiano em relação ao novo regime político, sendo exemplar o tratamento que concedemos às inúmeras crônicas que o autor produziu sobre a desvalorização da cidadania política em seu tempo, quanto ao predomínio político oligárquico e a respeito dos papéis exercidos pelas classes dirigentes que então comandavam o país.

E no terceiro capítulo, desenvolvemos nossa análise centrados nas mais variadas representações que o jornalista Olavo Bilac produziu sobre a atuação profissional dos políticos brasileiros, procurando não deixar de lado a identificação dos principais fatores que determinaram a conformação de sua perspectiva e abarcando os seus escritos independentemente do tipo de abordagem que realizou, sendo ela crítica, elogiosa, analítica ou ainda que apenas aparentemente voltada para fins informativos. Contudo, cabe ressaltar que procuramos elaborar nossa análise relacionando-a às principais questões e mazelas que permearam o contexto histórico da Primeira República, uma vez que a sua permanência, para Olavo Bilac, não somente obstaculizava processos que considerava de grande importância, tais como o fortalecimento do regime republicano e a modernização da realidade social brasileira, como deveria ser majoritariamente atribuída às atuações dos referidos homens da política nacional.

Enfim, gostaríamos de ratificar que de maneira nenhuma pretendemos abarcar todas as representações e análises produzidas pelo jornalista carioca a respeito do regime republicano brasileiro e dos profissionais da política atuantes em seus quadros oficiais, antes almejamos compreender, em linhas gerais, as nuances de sua interpretação sobre ambos os objetos e quais fatores determinaram a sua perspectiva de análise, tendo em vista apresentar, ainda que em termos superficiais, alguns resultados concretos e úteis para a composição de seu pensamento político ainda hoje relativamente pouco estudado.

## Capítulo 1 – *O tempo de Olavo Bilac*

### 1.1 - *A trajetória intelectual bilaquiana e seu contexto histórico*

Iniciamos a nossa abordagem procurando tratar concomitantemente de alguns aspectos intrínsecos ao contexto histórico da Primeira República assim como de diversos momentos relativos à trajetória intelectual do jornalista Olavo Bilac. Deste modo, é de nosso interesse não tornar a estrutura deste capítulo excessivamente esquemática, porém, o quanto possível fluida, de maneira que se possa compreender como interdependentes e inseparáveis a conjuntura histórica que pretendemos destacar e as principais nuances intrínsecas ao processo de construção da trajetória profissional do referido autor. A respeito dos aspectos relativos ao contexto histórico da Primeira República, consideramo-los de fundamental abordagem principalmente para servirem a um maior esclarecimento das condições histórico-sociais que envolveram a meteórica carreira de Olavo Bilac, assim como as suas ricas e engajadas atividades intelectuais que abrangeram, por exemplo, a poesia parnasiana, o jornalismo diário e a militância nacionalista. Por outro lado, quanto à trajetória intelectual do autor, entendemos que abordá-la mais especificamente também é basilar, sobretudo para melhor embasarmos nosso trabalho a respeito dos “caminhos” profissionais seguidos por Bilac, caminhos estes que o tornaram um dos principais e mais consagrados intelectuais de seu tempo. Assim, diversas partes de sua biografia, e inserida nela, o processo que o consagrou destacado homem de letras, sobretudo no período republicano, são importantíssimos para as observações analíticas que realizaremos nos próximos capítulos, principalmente pelo caráter explicativo que muitas vezes terão frente a diversas de nossas proposições a respeito das representações que o cronista veiculara acerca da República brasileira e dos profissionais da política que nela atuavam.

Portanto, é preciso ter em mente que, enquanto indivíduo inserido no contexto da virada do século XIX para o século XX, em sua complexa trajetória Olavo Bilac experimentou os diversos “limites” impostos pelo desenvolvimento social e histórico que caracterizou o seu tempo, vindo daí o nosso entendimento de que a realidade social brasileira da época, então cada vez mais integrada com o mundo capitalista em expansão, conformou bastante não somente as suas possibilidades de carreira, mas também o enfoque de suas atividades intelectuais que, sobretudo no espaço do jornalismo, trataram intensamente das principais problemáticas que então afetavam a nossa sociedade. Nesta linha, de modo algum negamos a liberdade intrínseca à

existência social do indivíduo ativo e criativo Olavo Bilac, antes apenas indicamos que a sua liberdade, em termos de construção de sua trajetória e de exercício de atividades propriamente intelectuais, encontrava os seus limites de possibilidades nas nuances do desenvolvimento histórico em que se inseria, bastando atentarmos, por exemplo, para alguns dos fatores que então atravessavam diretamente a vida intelectual da época, como o significativo crescimento da imprensa na cidade do Rio de Janeiro no final dos Oitocentos.

Nesse sentido, pode-se desde já destacar que o último quartel do século XIX foi fundamental para o Brasil, sobretudo pelas transformações inerentes ao multifacetado processo de crise do regime imperial dado neste contexto. A partir daí diversas modificações seriam encetadas em nossa sociedade, que lentamente passaria a vivenciar novas experiências sociais, econômicas, políticas e culturais. Neste momento histórico tornava-se evidente a “corrosão” das bases que mantinham o *status quo* imperial, sobretudo pelo crescente incômodo com a lentidão da monarquia em concretizar reformas que modernizassem a problemática realidade brasileira: exemplar quanto a este ponto, vale destacar a morosidade da Coroa tanto na efetivação do processo de abolição da escravatura como na realização de reformas saneadoras que eliminassem as nocivas epidemias que tomavam a capital federal constantemente.

Deste contexto de crise do Império gostaríamos de destacar um de seus fenômenos mais marcantes, qual seja ele, a emergência do engajado círculo de intelectuais que acabou conhecido como a “geração 1870”, segundo Ângela Alonso, marcado pela marginalização política frente à dominação saquarema (ALONSO, 2002, p.100) e bastante inspirado nas modernas filosofias que adentravam o Brasil, sobretudo por aquelas de viés científico e liberal. Quanto a esta intelectualidade, pode-se dizer que procurou atuar de modo crítico e contestatório em relação à ordem imperial estabelecida, embora mais efetivamente do que outros grupos, tendo em vista que seus integrantes tinham acesso diferenciado a recursos sociais, tais como a imprensa, que melhor publicizaram a sua insatisfação para com a monarquia (ALONSO, 2002, p.102). Apesar da heterogeneidade desta geração no que se refere às origens sociais, alinhamentos políticos e ideológicos e atividades profissionais de seus letrados, segundo a autora, a ordem imperial era seu “inimigo comum”. Silva Jardim, Miguel Lemos, Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, entre outros, possuíam projetos reformadores com ênfases e objetivos completamente diferentes, mas tinham na monarquia a principal responsável pelo profundo atraso vivido pelo país:

O sentido das manifestações intelectuais da geração 1870 [...] é precisamente o contrário da ‘evasão’, do ‘alheamento’, da ‘indiferença’ em relação à realidade nacional. Os membros do movimento intelectual desenvolveram interpretações críticas acerca dos principais problemas brasileiros e buscaram instrumentos para intervir politicamente. Trata-se de um pensamento engajado, que analisou e contestou o *status quo* monárquico. (ALONSO, 2002, p. 337)

Assim, genericamente pode-se dizer que a geração 1870, através de seu engajamento contestador, não somente contribuiu significativamente para a derrocada do Império, embora a República não fosse o objetivo de alguns de seus integrantes, mas seguramente abriu caminho para a crescente mobilização política da década seguinte, marcada principalmente pelo recrudescimento das campanhas abolicionista e republicana, ambas também fundamentais para o fim do Segundo Reinado e entusiasticamente abraçadas por diversos letrados certamente na esteira da militância intelectual que marcou a década de 70.

No decorrer da década de 1880 o engajamento de grande parte da intelectualidade nacional cresceu bastante e tornou-se evidente principalmente por sua adesão às referidas causas republicana e abolicionista, tendo ambas contado com significativa divulgação devido ao aparecimento de associações, jornais e partidos (estes especificamente no caso do republicanismo) ligados às suas bandeiras. E em meio a esta crescente mobilização intelectual, gostaríamos de destacar a inserção e atuação do jovem poeta e jornalista Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), que, embora ainda transitasse pelas faculdades de Medicina e de Direito (que não chegou a completar), já se revelava bastante próximo do ofício de jornalista e ideologicamente alinhado às bandeiras da Abolição e da República. Segundo um de seus biógrafos, Raymundo Magalhães Júnior, o próprio Olavo Bilac nada escreveu em livros sobre esta militância de sua juventude acadêmica (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.27), deixando à posteridade apenas algumas esparsas poesias e crônicas a respeito.

Deste modo, neste contexto histórico de virada de século, marcado pela crise da monarquia brasileira bem como pela intensa militância contestatória de boa parte de nossa intelectualidade, Olavo Bilac claramente colocou-se do lado dos letrados engajados na proposição de reformas modernizadoras que incluíam a Abolição e a República como medidas fundamentais para o progresso do país, embora deva ser destacado que o objetivo da igualdade social não integrou a maior parte dos projetos que

tais círculos intelectuais elaboraram para a problemática realidade nacional. Como poderemos constatar mais à frente, os parâmetros das reformas que Olavo Bilac e muitos de seus pares vislumbravam para a conquista de uma sociedade brasileira “civilizada”, advinham justamente do modelo de sociedade europeu ocidental, que se notabilizava por seu desenvolvimento social, nítido nos cuidados que já havia tomado nas áreas da educação e da saúde pública, por seu progresso econômico bem como pela estabilidade de seu aparato político-institucional liberal. Assim, de maneira a ratificar o engajamento de nosso autor em ambas as “frentes”, primeiramente destacamos algumas palavras de sua autoria em crônica na qual rememorou a sua juventude de luta abolicionista. Longe de confirmar análises equivocadas que o tomaram como um letrado parnasiano e frio, ou seja, distante dos problemas sociais de seu tempo, Olavo Bilac deixava claro não somente que “Nunca mais haverá campanha como a do abolicionismo no Brasil” (*Cor Pau BILAC*, 15/5/1908), mas confirmava, um tanto saudosista, o seu envolvimento pessoal com os desafios inerentes à libertação dos escravos no país:

Quem me dera outra vez aquela fé, aquele delírio, com que eu insultava há vinte anos senhores de escravos, metendo-me alta noite em arriscadas aventuras de roubo de cativos, enganando a polícia, pelejando a murros contra os secretas nos teatros em que a palavra inflamada de Patrocínio tinha violências e fulgores de raio! (*Cor Pau BILAC*, 15/5/1908)

Por outro lado, concomitante a esta luta pelo fim do cativo dos escravos, também se desenvolveram os esforços do autor em prol da instalação do primeiro regime republicano-democrático da história do Brasil, esforços estes que, embora não contem com abundantes vestígios históricos, encontram tanto nas relações de sociabilidade que estabeleceu no mundo letrado da época como, mais uma vez, em seus próprios relatos, a confirmação de sua plena dedicação à causa republicana. Nesse sentido, pode-se destacar que Bilac, ainda jovem e no início de sua trajetória intelectual, estreitara laços com importantes adeptos do movimento republicano, tais como Aníbal Falcão, Lopes Trovão, Silva Jardim e Coelho Neto. No que se refere ao seu próprio testemunho, apesar do tom heroico presente em descrição que realizara dos principais acontecimentos que compuseram a Proclamação da República, Olavo Bilac atestou minuciosamente em edição do *Correio Paulistano* a sua presença e atuação naqueles momentos de queda da monarquia então liderados por Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant e mais alguns jovens militares. Vale lembrar que a própria historiadora Maria

Tereza Chaves de Mello nos esclarece que o jornalista esteve presente pelo menos na invasão à Câmara Municipal para redigir junto de outros letrados a famosa moção de apoio do “povo” à República. (MELLO, 2007, p.229). Enfim, em meados de 1907, Bilac, satisfeito pelo entusiasmo geral que notou nos preparativos do feriado de 15 de novembro, descreveu alguns dos momentos que testemunhou da citada Proclamação, indicando justamente a sua ativa presença no episódio da invasão à Câmara:

Lendo hoje o programa dessas festas, deixei-me ficar algum tempo a reconstruir, na memória, todas as horas vibrantes daquele ardente 15 de novembro de 1889. Dia ardentíssimo! fazia um calor... revolucionário! Não houve muito sangue derramado: apenas algumas gotas, caídas do corpo de um futuro senador da República. Mas, em compensação, houve muito suor. Nunca esquecerei em cem anos que viva, os colarinhos empastados, os lenços ensopados, as faces inundadas, com que Lopes Trovão, Silva Jardim, Aníbal Falcão, Mallet, e cem outros invadiram o salão nobre da Intendência Municipal, ao meio dia... A essa hora ainda não estava proclamada a República: nem a essa hora, nem a qualquer outra hora do dia 15... [...] A República Federativa só começou a existir na madrugada de 16. Lembro-me bem que quando, da janela da casa de Deodoro, Benjamim Constant falou à multidão, dizendo que “o povo escolheria a nova forma de governo”, - Aníbal Falcão gritou de baixo: “Já escolheu!” E durante cinco minutos, os “vivas” à República retumbaram no ar... (*Cor Pau* BILAC, 15/11/1907)

Paralelamente a este processo de transição político-institucional, que instalou no Brasil um inédito regime republicano em novembro de 1889, pôde o jornalista Olavo Bilac concretizar a sua bem-sucedida trajetória intelectual, uma das mais consagradas de seu tempo. No decorrer dos anos 80, quando ainda cursava as faculdades de Medicina e Direito, o autor passou a ter crescente proximidade com o mundo jornalístico, embora ainda se dedicasse bastante à produção poética que acabou por lhe consagrar um dos maiores nomes da poesia parnasiana brasileira<sup>4</sup>. Contudo, certo é que Bilac, desde antes dos vinte anos de idade, já conhecia bem as oficinas da imprensa da época, realidade evidente pelos diversos poemas, sonetos e até artigos acadêmicos que publicou em periódicos de menor porte como a *Gazeta Acadêmica*, *A Semana* e *O Vassourense*.

---

<sup>4</sup> Exemplo da dedicação de Olavo Bilac não somente às causas políticas e sociais de sua época, mas também ao mundo da poesia, reside na publicação de seu livro intitulado *Poesias*, de 1888, à época, sucesso de vendas. Contudo, não podemos deixar de ressaltar que os versos bilaquianos já se faziam presentes na grande imprensa desde meados de 1884, ano em que Alberto de Oliveira levou para a *Gazeta de Notícias* o primeiro soneto de nosso autor, intitulado “Nero”.

Ainda que boa parte do renome de Olavo Bilac seja devido à complexidade de sua poesia, ora satírica, ora parnasiana, cabe ressaltar que gradativamente as suas atividades intelectuais passaram a se concentrar na elaboração de crônicas jornalísticas de caráter opinativo (DIMAS, 2006, p.38-40). Assim, no decorrer dos anos 90 se consolidaria a carreira intelectual do autor através de sua crescente atividade jornalística e suas crônicas se tornariam cada vez mais presentes em diversos jornais de grande porte da capital federal e da próspera cidade de São Paulo. De acordo com Álvaro Simões, o mergulho de Olavo Bilac no mundo jornalístico se deu um pouco a contragosto, pois lhe incomodava a “mercantilização da arte” e lhe constrangia a “necessidade de sobreviver” (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p.42). Por outro lado, de sua parte, Antônio Dimas entende que a banalização da atividade jornalística que comumente Bilac praticou, era sim fingimento, “Jogo de cena para cativar o leitor, porque, na verdade,”

a partir de uma intensa experiência existencial, política e histórica em Ouro Preto, para onde Floriano Peixoto despachou-o em 1893, no rasto de mais um surto autoritário do governo, o cronista intensificava cada vez mais sua condição de testemunha ocular da história diária, aquela que um dia viria a se tornar História. (DIMAS, 2006, p.41)

Talvez seja interessante abraçarmos ambas as perspectivas, pois, enquanto letrado perspicaz ante muitas das transformações históricas que viveu, Olavo Bilac certamente percebeu o crescente reconhecimento das atividades jornalísticas em sua época e o maior público que estas lhe permitiriam alcançar, embora possamos concebê-lo como também constrangido e incomodado pela difícil subsistência diária naquele contexto de lenta estruturação do campo intelectual no Brasil. De todo modo, nosso autor sabia da importância da emergente imprensa para os letrados que almejavam o reconhecimento profissional em plena Belle Époque, sendo exemplar a sua acertada interpretação acerca da consagração simbólica que o jornal mais popular do Rio concedia aos letrados que figuravam em suas páginas. De acordo com Bilac, “a Gazeta [de Notícias], naquele tempo, era a consagradora por excelência. Não era eu o único que a namorava”. (*Gaz Not BILAC*, 02/8/1903).

O processo de consagração da trajetória de Olavo Bilac, enquanto poeta e jornalista de posição destacada em seu meio, teve como pano de fundo um outro importantíssimo processo um tanto turbulento e que contou mais uma vez com a sua

ativa participação, sendo ele a consolidação político-institucional da nascente República brasileira. Após a concretização do golpe militar que derrubou o Império, o Brasil passou a viver pela primeira vez sob um regime republicano que, a despeito do fato de ser democrático, caracterizou-se mais por seu caráter excludente e truculento para com seus segmentos sociais mais desfavorecidos, do que pela expansão e garantia de direitos civis, sociais e políticos fundamentais à sua plena cidadania.

De fins de 1889 até meados de 1894, o Brasil passou por uma turbulenta consolidação do novo regime político e coube aos dois primeiros governos militares, de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a tarefa da manutenção da República frente a possíveis movimentos recalcitrantes. Contudo, o autoritarismo e o centralismo presentes nestes mandatos foram observados de perto pelas oligarquias civis, que logo predominariam no cenário político republicano e consolidariam a descentralização político-administrativa que tanto aspiravam. Coube especificamente a Floriano Peixoto realizar a transição para os governos civis dos oligarcas, embora esta passagem tenha se dado através de um tácito acordo entre o “Marechal de Ferro” e o PRP, o partido mais forte na arena política republicana. Em resumo, o PRP acabou enxergando no perfil centralista e autoritário de Floriano Peixoto, a garantia de sobrevivência da República frente a movimentos opositores como o monarquista, e o marechal, por sua vez, sabia que para assegurar a governabilidade de seu mandato, era de fundamental importância contar com a sólida base política do Partido Republicano Paulista, à época detentor de expressiva bancada e comandado pelos poderosos oligarcas do Estado de São Paulo (FAUSTO, 2012, p.219).

A estabilização e consolidação do jovem regime político apenas seriam alcançadas no segundo mandato civil, do presidente Campos Salles. A chamada “rotinização” política e institucional da República brasileira, nas palavras de Renato Lessa, se deu justamente pela negação de seus primeiros e atribulados anos denominados a “confusa infância republicana” (LESSA In: CARVALHO, 2001, p.18). Para o autor, a ausência de planejamento político-institucional por parte das lideranças militares golpistas era nítida e daí a sua constatação de que este período, ou esta “infância”, acabou marcado “mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política.”: “O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu foi, [...] uma completa desrotinização da vida política e institucional.” (LESSA In: CARVALHO, 2001, p.17)

Logo, aos olhos do autor, compreender a República enquanto resultado de um projeto longamente maturado pelos segmentos republicanos seria errôneo, posto que o inédito regime seria fruto sim de uma “aventura política” (LESSA In: CARVALHO, 2001, p.14) mormente marcada pela “ausência de programa consistente e unidade, por parte dos vitoriosos” (LESSA In: CARVALHO, 2001, p.11).

Ao longo destes “infantis” anos republicanos, bastante afetados por conflitos como a Guerra de Canudos, a Revolta da Armada, entre outros, não se pode ignorar que Olavo Bilac jamais se omitiu perante tais acontecimentos que tanto obstaculizaram a consolidação de sua prezada República. Pelo contrário, a partir da década de 90, como frisou Antônio Dimas, o autor estabilizaria e só faria aumentar as suas atividades jornalísticas de caráter opinativo, sobretudo quando se pôs a colaborar no jornal republicano *Correio do Povo* a partir de janeiro de 1890: “Assinando a colaboração com as iniciais O.B., Bilac afasta-se do humor enquanto ingrediente necessário e obrigatório, encaminha-se pela crônica opinativa e explora a multiplicidade de assuntos.” (DIMAS, 2006, p.40). Nesse sentido, a partir de contribuições em jornais e revistas de maior ou menor porte, o jornalista passou a se envolver cada vez mais com as principais problemáticas da sociedade brasileira, embora seja importante ressaltar que as suas crônicas possuíram os mais diferentes enfoques no decorrer de sua trajetória jornalística e que neste princípio de vida de imprensa, era notória uma maior combatividade de seus escritos então bastante voltados para a crítica aos rumos autoritários que a República tomava com o presidente Floriano Peixoto. Portanto, nestes anos iniciais de jornalismo, nosso cronista escreveu com ardor “carbonário” (DIMAS, 2006, p.39) em periódicos como *O Combate*, o qual fundara junto de Pardal Mallet e Lopes Trovão, em janeiro de 1892, para fazer aberta oposição justamente ao Marechal de Ferro. Bilac, que era favorável à volta de Deodoro à presidência a ponto de se envolver em um levante contra o marechal em meados de abril de 1892, nas páginas do breve *O Combate* tornara pública a sua contrariedade ao seu governo que então dirigia autoritariamente a periclitante República brasileira. Logo esta militância antiflorianista lhe traria sérios problemas, e em tempos de constante estado de sítio, Olavo Bilac acabou na prisão ao menos três vezes; em 1892, quando do levante acima mencionado, em 1893, devido à publicação que seu jornal realizara de manifesto de autoria de Custódio de Mello, líder da Revolta da Armada, e em 1894, quando de sua precoce volta ao Rio de Janeiro vindo do autoexílio em Minas Gerais. Enfim, nestes primeiros anos de jornalismo mais combativo, Bilac acabou se voltando para uma escrita mais contundente a fim de

denunciar o cerceamento da liberdade pública, a violenta repressão institucionalizada, o incentivo à delação, as prisões arbitrárias, o aparecimento de cadáveres mutilados boiando nas águas da Guanabara, a boataria desenfreada, a degola política dos governadores estaduais etc. (DIMAS, 2006, p.43)

Esta atuação jornalística altamente politizada e combativa de Olavo Bilac, apenas ratifica a sua disposição em se envolver, influenciar e participar da condução da vida política brasileira, embora tal postura, como ressalta Maria Tereza Chaves de Mello, fosse comum a boa parte da intelectualidade nacional adepta do novo regime, que também chegara a sonhar com a sua inserção nos quadros oficiais da nascente República.<sup>5</sup> Como alguns de seus pares, Bilac conseguiu tal inserção quando do primeiro governo estadual republicano de Francisco Portela, assumindo a Secretaria do Interior. Contudo, quando das intervenções estaduais de Floriano Peixoto, acabou ele próprio demitido junto de amigos como Coelho Neto e Pardal Mallet. De qualquer maneira, como pudemos perceber, o engajamento de nosso autor realizou-se tanto através das páginas da imprensa da época como pelo concreto envolvimento que chegou a ter com movimentos politizados, a exemplo da tentativa de golpe de que participou em 1892 a favor da volta de Deodoro à presidência do Brasil.

E conforme os clãs oligárquicos iam conquistando a duras penas a consolidação da República, paralelamente Olavo Bilac pôde expandir as suas atividades jornalísticas, sobretudo pela imprensa carioca então em vigorosa expansão, na crista da onda da urbanização e do fenômeno da modernidade que a capital experimentava intensamente naquela virada de século. Após os traumas das prisões e do autoexílio em Ouro Preto, nosso autor manteve-se em sua postura de preocupação e constante abordagem dos principais problemas e questões do país, principalmente de sua cidade, embora através de um posicionamento intelectual mais “brando”. O próprio Antônio Dimas delicadamente notou esta mudança de postura e de abordagem através da transformação do enfoque de sua escrita cronística diária:

Peça por peça, vai se erguendo a temática bilaqueana. Aos poucos, vai ele deixando para trás o alvo sempre fácil da eterna incompetência política brasileira, substituindo-o pela cidade em que vive. Em breve, o Rio torna-se o personagem principal de seu enorme e extenso texto

---

<sup>5</sup> Segundo a historiadora, “A Cidade das Letras quis, de início, mostrar seu contentamento com a República enviando um manifesto de regozijo e apoio ao Governo Provisório. Entretanto, eles não foram especialmente lembrados para compor os quadros republicanos, exceto os do governo do Estado do Rio de Janeiro no mandato – aliás, interrompido – do presidente Portela.” (MELLO, 2011, p.131).

[...]. E ao deslocar o objeto de sua atenção, dão-se duas alterações substanciais: de um lado, o cronista atenua o sarcasmo, pondo em seu lugar a ironia; de outro, a política, quando discutida, deixa de sê-lo do ponto de vista de uma racionalidade ideal e, portanto, inalcançável, para sofrer a intermediação dos interesses urbanos e comunitários que congregam os cidadãos num aglomerado concreto e modificável como o Rio de Janeiro. (DIMAS, 2006, p.41).

Portanto, a partir de suas turbulentas experiências de engajamento político e intelectual, em boa parte concretizadas pelo contato direto com as principais questões da política nacional, Olavo Bilac, sobretudo após o autoexílio, procurou voltar-se para o mundo das letras, principalmente pelas dificuldades financeiras que então vivia (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p.55-56). De meados de 1894 em diante, o autor mergulhou no jornalismo diário, assumindo diversas folhas de renome como a *Gazeta de Notícias*, *O Estado de São Paulo*, o *Correio Paulistano*, *A Notícia* e a *Kosmos*, procurando não deixar de abordar os temas de que sempre tratou, ainda que sob linhas mais moderadas, afinal, “uma vez que sua crítica política direta resultara em incômodo exílio, restava-lhe a escolha da campanha pelo equipamento urbano, menos perigosa porque mais distante das conflituosas composições palacianas” (DIMAS, 2006, p.104).

Este momento de uma escrita cronística bilaquiana notoriamente mais branda, contudo, não deixou de analisar um dos últimos momentos mais críticos do processo de consolidação do regime republicano brasileiro, que ainda viveria as dolorosas nuances inerentes aos conflitos da Guerra de Canudos que tanto atormentou o mandato de Prudente de Moraes. As brutalidades praticadas e a difícil vitória das tropas do governo sobre os fiéis canudenses, liderados por Antônio Conselheiro, trouxeram duros momentos ao presidente que sofrera enorme cobrança pelas vexatórias derrotas do Exército nacional que claudicara bastante diante da tenaz resistência dos simples sertanejos. O desfecho do conflito é bastante conhecido principalmente pela crueldade das tropas militares no extermínio daquele arraial que desprezava a República há pouco proclamada, ao mesmo tempo em que era simpático aos tempos monárquicos de D. Pedro II.

Livre dos estados de sítio e perseguições do marechal Floriano, o jornalista Bilac, já concentrado numa abordagem mais realista, embora não menos preocupada e engajada ante as inúmeras mazelas que afetavam a sociedade brasileira, deu viva amostra de que a imprensa era sim palco para a persuasão de seus leitores de que a extinção de Canudos pela força era de fundamental importância para o futuro do país.

No arraial, localizado no interior da Bahia, estaria um perigo a ser exterminado, ainda que o preço fosse novamente o estado de sítio. Assim, apaziguados os ânimos florianistas que lhe enclausuraram e de pés no chão quanto às suas reais possibilidades de interferência nos rumos da política republicana, Bilac demonstrara que, mesmo restrito ao espaço da imprensa, não hesitaria em defender a República de inimigos como aqueles “perigosos” sertanejos supostamente detentores de pretensões monarquistas:

Por motivos muito menos importantes do que o motivo de agora, já tivemos muitos estados de sítio. E a medida, hoje, impõe-se como uma medida de salvação, - uma vez que é preciso cercar a desforra que se prepara de todas as garantias de sucesso [...] porque nunca estiveram mais assanhados e mais merecedores de severa repressão os que desejam ver estraçalhada a República. (*ABruxa* BILAC, 19/3/1897)

O trecho destacado pertence à revista *A Bruxa*, empreendimento de Olavo Bilac em parceria com o caricaturista Julião Machado, e foi escrito em meio aos preparativos para a última expedição que eliminaria de vez o arraial de Canudos, processo este que resultou na estabilidade do cenário político nacional, o que seguramente conferiu maior tranquilidade ao posterior mandato presidencial de Campos Salles. Contudo, gostaríamos de ressaltar que esta crônica fornece indícios claros da “orientação social” que Bilac conseguiu empreender, através de sua engajada produção intelectual, em favor da República pela qual militava desde sua juventude estudantil. Segundo Dimas, o autor tinha plena consciência desta possibilidade, pois, “do alto de sua coluna semanal, Bilac desferia farpas em direções diversas, conduzido por uma noção, nem sempre assumida, de orientador social.” (DIMAS, 2006, p.50):

Se anos antes abandonara a Medicina, porque não se adaptara ao curso, e desistira do Direito, porque não se adaptara à cidade de São Paulo, não o abandonou, todavia, a consciência de um terapeuta encarregado de diagnosticar a sociedade em que circulava com entusiasmo e desenvoltura. (DIMAS, 2006, p.50)

Portanto, conforme a sua trajetória intelectual tornava-se cada vez mais nítida e reconhecidamente consagrada em meio ao campo intelectual da época, seguramente Olavo Bilac mais experimentava a sua significativa capacidade de orientação social, a nosso ver, bastante evidente nas linhas em que se propôs a abordar com aberta aprovação o derramamento de sangue que exterminou Canudos. Por outro lado, ainda podemos destacar que em inúmeras outras ocasiões o autor realizou este exercício de orientação social, sendo exemplares os seus louvores a respeito das autoritárias reformas

urbanas de Pereira Passos e sua aprovação acerca da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, proposta pelo Diretor Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz. Nesse sentido, podemos dizer que tal exercício intelectual de caráter orientador da parte de Bilac, foi bastante possibilitado por dois fatores principais: pelo prestígio de sua destacada posição social e pelos privilegiados meios de divulgação de que dispunha. Logo, tomando o jornalista carioca como reconhecido intelectual e ao mesmo tempo como detentor de significativos recursos sociais publicizadores, a exemplo da emergente imprensa de grande porte, apontamos para a necessidade de compreender a sua atuação socialmente orientadora justamente no sentido da legitimação simbólica de muitos dos projetos modernizadores elaborados por frações das classes dirigentes republicanas, com os quais se identificou e que entendia enquanto fundamentais ao processo histórico civilizatório em que constantemente inseriu o país. Após adotar uma escrita menos “carbonária”, tornou-se bastante nítido o cotidiano trabalho de persuasão que Olavo Bilac realizou por meio dos periódicos nos quais atuou, a fim de conformar ao máximo possível o consenso social perante a excludente modernização então em vias de concretização no país, mas principalmente na capital federal, tendo a seu favor o prestígio e a influência que a figura do homem letrado possuía naqueles tempos de crescente organização do campo intelectual.

Terminada a Guerra de Canudos e derrotados os sertanejos de Conselheiro, tanto Olavo Bilac como a República brasileira, mais ou menos concomitantemente encontrariam os seus respectivos “caminhos”. O regime republicano, após bem sucedida sucessão presidencial conduzida pelo “Pacificador”, e já sob a direção de Campos Sales, finalmente conquistaria a sua “rotinização” política e institucional através da chamada “Política dos governadores”, pacto então concebido pelo próprio presidente e que regulou as relações entre a União e os governos estaduais, dando maior estabilidade, racionalidade e previsibilidade a até então “anárquica” política oficial republicana.<sup>6</sup> A concretização deste arranjo permitiu ao mundo político republicano “esquecer” os seus primeiros e tumultuados governos. Com a sua efetivação realizou-se a “profilaxia política” (LESSA In: CARVALHO, 2001, p. 55) tão desejada por Campos Sales, que isolou o governo federal das complexas disputas entre forças estaduais, tornando a

---

<sup>6</sup> Segundo Boris Fausto, os principais objetivos deste pacto se resumiam a “reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre União e Estados; pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República.” (FAUSTO, 2012, p.222-223).

presidência detentora de caráter exclusivamente administrativo, e concedeu aos clãs oligárquicos, diferenciados em importância e influência, desde que conformados ante o acordo proposto, significativa autonomia política. Assim, as oligarquias dos principais Estados brasileiros conseguiram consensualmente afastar qualquer intervenção federal na conturbada política local que controlavam.

Por sua vez, o jornalista Bilac, neste mesmo contexto histórico crucial para a República brasileira, conquistou a sua definitiva consagração no meio intelectual da época, pois, embora já fosse extremamente bem sucedido no mundo da poesia, ainda naquele ano de 1897 seria categoricamente agraciado com o pleno reconhecimento por parte das principais instâncias de consagração intelectual e cultural de seu tempo: a grande imprensa e a Academia Brasileira de Letras. À luz das observações de Pierre Bourdieu a respeito de tais instâncias de consagração fundamentais ao sucesso naquilo que chamou por “concorrência pela legitimidade cultural” (BOURDIEU, 1968, p.107), podemos afirmar que no decorrer do ano de 1897, mais precisamente em março, o jornalista então fora duplamente consagrado pela imprensa da época, pois, ao mesmo tempo em que assumia importante posição como titular das crônicas semanais na popularíssima *Gazeta de Notícias*, jornal de grande porte que circulava na cidade do Rio de Janeiro desde 1875, o fez justamente no lugar de Machado de Assis, o escritor mais importante do país naquele contexto histórico. O próprio Olavo Bilac sabia da importância deste momento para a sua carreira, pois então substituiria o renomado romancista em relação ao qual já era próximo desde meados da década de 1880 (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.60) e a quem chamara de “mestre” quando assumiu as colunas da “Gazeta”: “Mas o mestre descansa, doente. E quem vem substituí-lo sai das baixas e fúteis regiões do rodapé, em que é permitido ser prolixo e inconsequente, leviano e paradoxal.” (*Gaz. Not BILAC*, 14/3/1897) Antônio Dimas, por sua vez, ratifica com enorme acuidade o significado deste episódio fulcral para a trajetória intelectual bilaquiana que se encontrava em um

momento de reconhecimento mais que definitivo. Tomar posse oficial do cantinho reservado à crônica machadiana provocava-lhe satisfação enorme, porque, afinal, duas aspirações se cumpriam simultaneamente: por um lado, substituir um escritor ilustre a quem, um dia, anos antes, numa de suas poucas manifestações sobre o autor de *Quincas Borba*, o cronista apontara e reconheceu como o “chefe de toda uma geração literária” (*Gaz. Not* 5 dez. 1897); por outro lado, assentar-se de vez dentro de uma jornal que fora objeto do desejo de toda uma geração e que desfrutava do prestígio de ter sido

fundamental na profissionalização do intelectual de letras no Rio de Janeiro. (DIMAS, 2006, p.46-47)

Todavia, é importantíssimo não deixarmos de destacar outra importante instância de consagração intelectual que seguramente dotou o nosso poeta-jornalista de um prestígio ainda maior em seu contexto histórico e campo intelectual: a Academia Brasileira de Letras. Meses antes de ocupar o lugar de Machado de Assis como cronista da *Gazeta de Notícias*, à época, jornal marcado pela qualidade das contribuições literárias que publicava, ocorria a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, que, segundo Maurício Silva, inscrevia-se num contexto de criação das grandes academias e institutos brasileiros, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB (1838). De acordo com o autor, o surgimento da Academia foi um “divisor de águas no âmbito da estética literária brasileira” e a partir daí,

de um lado, situavam-se os acadêmicos, cuja condição especial concedia-lhes um prestígio almejado por muitos autores e contribuía para a manutenção de um *status quo*; de outro lado, encontravam-se os não-acadêmicos, que além de precisarem angariar a atenção do público por méritos muito próprios, não possuíam as benesses e o reconhecimento da oficialidade artística e da sociedade em geral. (SILVA, 2007, p.70-71)

Dentre os fundadores da Academia constavam homens que já possuíam destaque no cenário político e cultural da época, o que indica a importância que a instituição teria para a legitimação e manutenção da ordem republicana. Olavo Bilac estava entre os fundadores e pode-se citar, a título de exemplo, a presença de outras figuras importantes como Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Coelho Neto, José do Patrocínio, Luís Murat e Rui Barbosa. Portanto, enquanto instituição referencial para a vida política e cultural nacional, a Academia, em grande medida devido às estreitas relações que manteve com diversos sujeitos oriundos dos quadros republicanos, acabou por impulsionar certo alinhamento estético que “enquadrou” e consagrou apenas uma parte de nossa produção intelectual, inclusive a de Olavo Bilac, ao mesmo tempo em que excluiu inúmeros letrados detentores de obras importantíssimas para a época, como o mulato Lima Barreto (SILVA, 2007, p.71) <sup>7</sup>. Como “entidade reconhecida oficialmente, a Academia Brasileira de Letras agrupava

---

<sup>7</sup> Segundo Maurício Silva: “Determinadas atitudes estéticas passaram a ser compulsoriamente rejeitadas, enquanto outras eram acatadas pela oficialidade literária sem reservas; autores eram proscritos do rol dos eleitos, na medida em que outros eram agregados mesmo com uma visível deficiência criativa [...]” (SILVA, 2007, p.71).

em seu meio nomes ligados não apenas à oficialidade literária, mas sobretudo à oficialidade burocrática nacional e à sociabilidade burguesa”,

o que lhe concedia o status de representante oficial da literatura brasileira: os autores que a ela se vinculavam estabeleciam, por extensão, um vínculo com o establishment político-administrativo da República, podendo inclusive – como aconteceu em muitos casos – desempenhar papéis burocráticos ligados à máquina do poder republicano. Logicamente, semelhante relação pressupunha uma reciprocidade: ao mesmo tempo em que os acadêmicos desempenhavam – tácita ou manifestamente – o papel de defensores do poder político vigente, disseminava-se a ideologia da autopreservação por meio da diferenciação/hierarquização das atividades literárias. Assim, de um ponto de vista pragmático, o autor acadêmico era considerado um elemento indispensável ao regime político e ao governo estabelecido, em oposição aos outros atores do cenário artístico sem expressão reconhecida. (SILVA, 2007, p.72)

Assim, não podemos desprezar o papel consagrador e legitimador seguramente desempenhado pela Academia Brasileira de Letras em relação às carreiras dos letrados que se encontravam “sob suas asas” bem como alinhados à ordem republicana estabelecida, tal como o próprio Olavo Bilac que ao mesmo tempo em que demonstrou enorme gosto em integrar os quadros da instituição que fundou, defendeu com unhas e dentes a República pela qual militou nas ruas e pelas páginas da imprensa da época. Contudo, certo senso de realismo nunca faltou a nosso autor que chegou a abordar, com ácida ironia, a difícil vida de alguns letrados imortais que ainda não conseguiam viver no Brasil exclusivamente de sua produção intelectual: “quando não podemos viver da nossa literatura, [...] fazemos uma bem triste figura, arrastando pela lama das ruas os nossos esburacados mantos de deuses arrebatados...” (*OEstSP BILAC*, 17/12/1897).

Em verdade, o processo que legitimou e consagrou culturalmente o poeta-jornalista Olavo Bilac, indubitavelmente não se restringiu à sua participação na *Gazeta de Notícias* ou à imortalização que lhe fora dada pela Academia Brasileira de Letras, de maneira que é fundamental levarmos em conta a multiplicidade de “frentes” que a sua produção intelectual assumiu no decorrer de sua trajetória. Desta forma, outros diversos espaços profissionais contribuíram para o crescente prestígio do autor, cabendo destaque para suas atuações em revistas importantes como a *Kosmos*, da qual foi diretor, e *A Bruxa*, bastante sofisticada e fruto de esforços próprios junto de Julião Machado. Jornais paulistas como os republicanos *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*

tornaram a escrita bilaquiana presente em outros espaços diferentes da capital federal. Por outro lado, segundo Álvaro Simões, paralelamente ao jornalismo, Olavo Bilac continuou a se dedicar à poesia, mas também à produção de livros didáticos, paradidáticos e propriamente infantis, produção que perdurou após o fim de suas atividades jornalísticas. Merecedores de destaque são os livros que publicou em parceria com Coelho Neto (por exemplo, *A terra fluminense*, de 1898, e *A Pátria brasileira*, de 1911), ao lado de Manoel Bonfim, (*Através do Brasil*, de 1910, e *Prática da língua portuguesa*, de 1899), entre muitas outras produções. Por fim, ainda vale lembrar que as nuances inerentes ao processo de construção desta carreira extremamente bem sucedida, garantiram a Olavo Bilac empregos públicos, como o de inspetor escolar, para o qual fora nomeado em meados de 1899, assim como o aproximaram bastante do alto escalão da política oficial republicana, sendo exemplar nesse sentido a viagem que realizou à Argentina, pela *Gazeta de Notícias*, para acompanhar a agenda do presidente Campos Sales no país. (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p.57-61).

O ano de 1908 marcou o abandono das atividades jornalísticas por parte de Olavo Bilac, abandono este até hoje pouco esclarecido, embora Álvaro Simões indique que tal saída ocorreu devido a públicas acusações sofridas pelo poeta-jornalista de ter recebido significativa subvenção do Itamaraty (27 contos de réis), graças à influência de seu amigo e renomado diplomata, o barão do Rio Branco (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p.66), para fundar em parceria com Medeiros e Albuquerque uma agência de informações para homens de negócios, a chamada Agência Americana. A partir deste ponto, a carreira intelectual de Olavo Bilac tomou outros rumos e direcionou-se, por exemplo, para a publicação de livros didáticos, paradidáticos, de conteúdo cívico, acerca da arte da poesia, como o *Dicionário de rimas*, e até mesmo voltando a publicar sonetos na revista *Careta*, onde também muito publicou Lima Barreto. De todo modo, é forçoso notar que o seu carisma e prestígio se mantiveram intactos, afinal, em 1913, o autor acabara eleito o Príncipe dos Poetas pela revista *Fon-Fon!*.

Com a chegada da década de 10, o ex-jornalista passou a concentrar as suas atividades, para além da publicação de livros, poesias e compêndios, na militância nacionalista em prol de medidas e projetos como a obrigatoriedade do alistamento militar, segundo o autor, fundamental, por exemplo, à segurança de nossas abandonadas fronteiras e à soberania do país em tempos de nítida expansão do imperialismo europeu (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p. 68-70). Para maior apoio a esta campanha, em 1916, ao lado do engenheiro Miguel Calmon e do ministro Pedro Lessa, Bilac fundou a famosa

Liga de Defesa Nacional. Através da militância cívica e nacionalista que empreendeu por meio da LDN, Bilac acreditava ser possível erradicar do país históricas mazelas que insistiam em atravancar o progresso nacional ainda em pleno século XX, tais como o crônico analfabetismo popular, a falta de saneamento público em todo o Brasil e a desorganização e precariedade de nossas Forças Armadas. Por outro lado, vale destacar que o nacionalismo desta militância bilaciana chegou a colocar nosso autor como um dos entusiastas da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial junto das forças norte-americanas e contra o “temeroso” imperialismo germânico.

Após inúmeras viagens realizadas Brasil afora, a fim de divulgar as causas do alistamento militar, da formação do “cidadão-soldado”, da necessidade de massificação da instrução primária e do saneamento público, de maiores investimentos nas Armadas nacionais, Bilac encerrou sua carreira com publicações como a compilação *A defesa nacional*, que reunia o conteúdo de conferências que realizara em várias cidades brasileiras, artigos no *Boletim da Liga de Defesa Nacional* e alguns sonetos na famosa *Revista do Brasil*, já no ano de sua morte, em 1918.

Enfim, pretendemos aqui concretizar um panorama geral dos principais momentos que compuseram o multifacetado processo de consagração da extensa trajetória intelectual de Olavo Bilac, tornado letrado de destaque principalmente no decorrer do período da Primeira República. A partir dos últimos momentos de crise do regime imperial, quando Olavo Bilac entrou em contato com as filosofias liberais e científicas então em voga no Brasil e se pôs em militância pelas causas abolicionista e republicana, na esteira do engajamento intelectual da década anterior, é que devemos constatar o seu crescente envolvimento com os intensos debates então travados acerca das principais questões e problemáticas do país, sendo marcante nas reflexões que passou a elaborar ao longo de sua carreira, sobretudo jornalística, o seu nítido alinhamento às pretensões e projetos de modernização social do Brasil, mormente oriundos de nossas frações dominantes. Obviamente nosso autor tinha muitas ressalvas a respeito de boa parte das classes dirigentes republicanas, principalmente em relação à conduta política das poderosas oligarquias, porém, aos seus olhos, mais importante do que esta discordância era a concretização do processo civilizatório que teoricamente colocaria o país no mesmo patamar do Velho Mundo europeu. Portanto, a partir da “virada” político-institucional que a Proclamação da República significou para aquela sociedade brasileira até então composta por súditos de Sua Majestade Pedro II, pôde Olavo Bilac sagrar-se homem de letras destacado no campo intelectual da época e

detentor de enorme prestígio perante os círculos políticos coevos e ante o público-leitor de modo geral. Defendendo com unhas e dentes o regime republicano pelo qual lutara e fora encarcerado, nosso autor abriu caminho para a sua prestigiada posição social e profissional passando pela poesia satírica e parnasiana, pelo jornalismo engajado, de início mais “carbonário” e posteriormente mais brando, pela produção de livros, por instituições como a Academia Brasileira de Letras, então basilar à República e a boa parte de sua intelectualidade, e pela militância nacionalista em organizações civis como a LDN. Em resumo, o que não se pode dizer é que Olavo Bilac se isolara em sua “torre de marfim”, preocupando-se unicamente com a métrica de seus versos parnasianos. Pelo contrário, Bilac foi antes de tudo, um ativo e engajado intelectual, sempre pronto às discussões sobre os rumos que o Brasil então tomava nos seus mais diversos aspectos e à proposição de soluções para as inúmeras mazelas vividas pelo mesmo. Vale lembrar que os trabalhos elaborados por Magali Engel (ENGEL, 2004; 2006; 2008; 2010), Antônio Dimas (DIMAS, 2006), Álvaro Simões (SIMÕES JÚNIOR, 2003; 2007) e Carolina Vianna Dantas (DANTAS, 2007), são fundamentais a esta perspectiva a respeito do perfil intelectual do jornalista enquanto atuante letrado em sua época, ainda que na maior parte de sua trajetória tenha se mostrado restrito às páginas da imprensa em que atuou.

### *1.2 - O itinerário jornalístico de Olavo Bilac em tempos de modernização da imprensa brasileira.*

O contexto histórico no qual se concretizou a consagrada trajetória intelectual de Olavo Bilac, indubitavelmente compôs-se de transformações históricas de diversos matizes, algumas mais patentes, outras menos, e que seguramente foram fundamentais tanto para a reconfiguração de variados aspectos de nossa vida social, então sob os inúmeros efeitos advindos do fenômeno da modernidade, como para o fornecimento das condições de possibilidade que permitiram a realização da meteórica carreira intelectual de nosso jornalista. Muitos dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que atravessaram aquela sociedade brasileira da virada do século, refletiram as aspirações de grande parte de nossos círculos letrados e dirigentes dominantes, então favoráveis à concretização de projetos de modernização social que “moldassem” nossa sociedade à luz dos padrões sociais europeus, ditos “civilizados”.

Neste momento posterior ao rápido tratamento que demos à trajetória intelectual de Olavo Bilac, consolidada na passagem do Império para a República, procuraremos

esboçar algumas observações complementares, mais precisamente referentes ao processo de ascensão da chamada “grande imprensa” no Brasil bem como a respeito do “itinerário” jornalístico que Bilac percorreu no decorrer de seus quase vinte anos de imprensa. A abordagem de tais aspectos pretende melhor esclarecer as condições históricas em que se desenvolveu a imprensa que veiculou a produção cronística do autor por diversas partes do Brasil, assim como nos trazer um pouco mais dos perfis dos principais periódicos nos quais Bilac exercera o ofício de cronista.

A virada do século nos revela não somente uma brusca e inédita mudança de regime político no país, mas uma conjuntura de crescimento econômico, de propagação do fenômeno da modernidade, de expressivo aumento populacional e de consolidação de novos hábitos, costumes e valores condizentes com o modo de vida urbano e pretensamente moderno que se difundia pelo Brasil neste momento. Paralelamente a estes processos que apenas recrudesceram a partir das décadas finais dos Oitocentos, pode-se dizer que ocorria um outro fenômeno bastante caro à nossa pesquisa, sendo ele o surgimento da “grande imprensa”, inicialmente concentrado na capital federal e muito impulsionado pela citada dinamização econômica vivida pelo país, pela modernização tecnológica que invadia o mundo da impressão bem como pela expansão do fenômeno da modernidade que veio a encetar no dia-a-dia da sociedade brasileira da época, sobretudo nas grandes cidades, novas percepções acerca das noções de espaço e tempo, novos valores, comportamentos, hábitos, ou seja, novas formas de experimentar o intenso mundo moderno. Neste contexto de mudanças de múltiplas nuances, principalmente na vida cotidiana, surgia a moderna imprensa enquanto principal meio de comunicação da época, realidade esta que só algumas décadas depois assistiria a concorrência do rádio. Assim, a experiência de maior conexão com o mundo, marcada pela sensação de aceleração do tempo e de diminuição das distâncias no espaço mundial, seguramente foi ratificada por esta emergente imprensa que passou a colocar nas vidas dos comuns brasileiros uma enxurrada de informações e produtos culturais oriundos dos inúmeros jornais, revistas, entre outros tipos de periódicos em aparição, todos eles indícios claros do processo de constituição do espaço profissional jornalístico brasileiro. Deste modo, esta imprensa com novas feições, detentora de outra capacidade de alcance, invadiu a capital federal colocando a nossa população em contato quase que permanente com acontecimentos e realidades de todo o país e de outros continentes. Segundo Werneck Sodré, o quadro geral em que se deu o surgimento do que chamou por “grande imprensa” (SODRÉ, 1966, p. 287) poderia ser traçado da seguinte maneira:

Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século [...]. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço [...]. (SODRÉ, 1966, p.315)

As revistas e jornais estruturados em moldes empresariais, com solidez financeira e detentores de altas tiragens, seriam os “vencedores” nesta conjuntura em que apenas tiveram longevidade os periódicos com ampla circulação e consumo pelo público-leitor. As publicações de iniciativa própria ou aquelas que contavam poucos recursos, como as da imprensa anarquista, comumente ficavam à margem desta nova realidade da imprensa brasileira. A própria iniciativa do escritor Lima Barreto constitui exemplo a respeito, pois, fundou junto de alguns colaboradores revista chamada *Floreal*, que durou apenas quatro números justamente devido à falta de recursos para a manutenção de suas atividades.

Contudo, certo é que esta “imprensa-empresa” teve lugar cativo em meio ao “desfile” de novos hábitos, costumes, valores e comportamentos, que ocorria pelas ruas cariocas então tomadas pelo fenômeno da modernidade, que trazia consigo, por sua vez, a afirmação da sensação bastante “moderna” de que estar informado era algo altamente necessário para a vida na grande cidade. A informação havia se tornado elemento fundamental para os brasileiros que viviam em centros urbanos e a imprensa tornara-se o seu meio de aquisição por excelência. E exemplo interessante desta atmosfera de que era cada vez mais necessário o contato com as informações locais, regionais, nacionais e internacionais, nos é dado pelo historiador André Nunes Azevedo, que afirma que a ascensão do regime republicano e a experiência político-econômica do Encilhamento<sup>8</sup> nele empreendida, aguçaram principalmente a percepção de nossos setores médios e mais abastados de que estar bem informado significava melhores possibilidades de

---

<sup>8</sup> Política econômica desenvolvida no Governo Provisório pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa, que visou, através de uma política monetária basicamente emissionista, o estímulo à modernização e industrialização da economia nacional, embora tenha trazido ao país sérias consequências tais como intensa especulação financeira, crise econômica, surgimento de empresas fantasmas, falências, inflação, alto custo de vida e desvalorização monetária. Vale destacar que o Encilhamento se desenvolveu num contexto de constatação quanto à incompatibilidade entre a moeda circulante e a crescente mão de obra assalariada em atividade no Brasil. (FAUSTO, 2012, p.252).

negócios e de maiores lucros naquele Brasil em crescente integração com o capitalismo mundial. Como já mencionamos, o próprio Olavo Bilac foi um dos que percebeu a crescente importância do acesso rápido à informação, haja vista que fundara a Agência Americana justamente a fim de fornecer informações especificamente voltadas para homens de negócios de sua época. Enfim, de acordo com André Azevedo, na República

A atmosfera era de esperança de ascensão social ou de enriquecimento rápido e fácil que poderia vir a qualquer momento. O encilhamento estimulou um certo clima de tensão, no qual se deveria estar sempre atento às oportunidades oferecidas pelo progresso posto em marcha pela República. O indivíduo deveria estar alerta, pronto para agir, pois a qualquer momento a grande oportunidade de enriquecimento poderia lhe ser oferecida de maneira única. (AZEVEDO, 2003, p. 145-146)<sup>9</sup>

De todo modo, os periódicos que se afirmavam naquele tempo não eram unicamente marcados pelo expressivo porte financeiro. Quanto ao seu conteúdo, este trazia claros indícios das transformações tecnológicas, espaço-temporais e culturais então em curso, e nitidamente passou a uma apresentação que se diferenciava da imprensa existente ao longo do Império, mais abertamente comprometida com as lutas dos partidos imperiais, detentora de menor porte financeiro e menor complexidade tecnológica. Marialva Barbosa, em *Os donos do Rio*, nos indica que a imprensa da Belle Époque paulatinamente adotou outro perfil, pois, para se afirmar em meio à era de modernidade que invadia o cotidiano carioca, era preciso que os periódicos se modernizassem, de modo a atrair o mais comum dos leitores brasileiros cada vez mais exigentes em meio à abundância de revistas e jornais contendo ilustrações, fotografias, charges, crônicas, etc. Naquela conjuntura de novas tecnologias, novas percepções, novas sociabilidades, novas subjetividades, hábitos, valores e comportamentos, em suma, de ampla reformulação de nossas práticas sociais e culturais,

Cria-se, no Rio de Janeiro, desde os anos 1880, e com mais intensidade a partir da década seguinte, um novo jornalismo que muda o padrão editorial das publicações. Agora, os textos pretendem sobretudo informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade. E esses adjetivos se repetem sem cessar nos periódicos. Editando com destaque as notícias policiais e reportagens, sob uma capa de neutralidade, introduzindo a entrevista nas primeiras páginas, os jornais procuram construir uma representação ideal da sociedade. (BARBOSA, 2000, p.24)

---

<sup>9</sup> José Murilo de Carvalho em *Os Bestializados* ratifica este momento inicial do regime republicano como marcado por intensa especulação financeira e incessante busca por lucros (CARVALHO, 1987, p.26).

Esta caracterização é interessante apenas em termos gerais, pois é importante atentar para o fato de que existiram sim periódicos do referido período que chegaram a ter posicionamento político ou partidário definido (tal como o *Correio Paulistano* que foi por anos órgão oficial do PRP) e até mesmo a publicar matérias subvencionadas pró ou contra determinados grupos políticos contemporâneos. Sabidamente a Primeira República foi um período histórico extremamente agitado em termos de política partidária e institucional, e seguramente a imprensa, em maior ou menor escala, “absorveu” e refletiu tais disputas em diversos momentos, sobretudo naqueles mais conturbados como no decorrer das revoltas da Armada e da Vacina.

Em resumo, o surgimento da “grande imprensa” teve como alguns de seus principais impulsos as novas relações econômicas vigentes, os avanços tecnológicos na área da impressão<sup>10</sup> assim como o estabelecimento do hábito da leitura diária, já citado acima e devido em grande parte aos tempos modernos em difusão, que colocaram a informação como elemento fundamental à vida em nossas agitadas grandes cidades.<sup>11</sup> De todo modo, não se deve exagerar na capacidade difusora da emergente imprensa no que se refere a valores, ideias e informações, pois, neste contexto histórico havia por aqui a significativa “barreira” do crônico analfabetismo popular a um maior florescimento das atividades letradas de modo geral, embora, na contramão desta perspectiva, possamos ressaltar a existência do tradicional hábito da leitura em público, realizada, por exemplo, em praças e associações de trabalhadores, o que garantia uma relativa inserção das produções intelectuais e jornalísticas da época no cotidiano do comum brasileiro iletrado. Em suma, a leitura do jornal de cada dia, ainda que

---

<sup>10</sup> Segundo Marialva Barbosa, “Do ponto de vista da impressão, as inovações técnicas permitem a reprodução de fotos e ilustrações e maior rapidez no processo de produção. Transformados em indústria da informação, divide-se o trabalho no interior das oficinas: modernas impressoras capazes de imprimir até 20 mil exemplares por hora substituem as antigas manuais; máquinas a vapor, caldeiras de força de 25 cavalos começam a invadir os jornais da cidade.” (BARBOSA, 2000, p.14).

<sup>11</sup> O panorama histórico desenhado por Tânia de Luca é bastante ilustrativo quanto a este momento de mudanças nos âmbitos social, econômico, político, cultural e tecnológico: “É preciso ter presente que o período em apreço [a virada para o século XX] foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos grandes centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação de informação. Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinemas, máquinas fotográficas [...] configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração.” (LUCA In: LUCA; MARTINS, 2008, p.150).

gradualmente, se tornaria uma prática cada vez mais presente na vida da população comum brasileira.

A expressão “grande imprensa”, além de imprecisa, abarca um número enorme de periódicos tais como as revistas *Careta*, *Fon-Fon!*, *O Malho* e *A Vida Moderna*, e jornais como *O Paiz*, *Correio da Noite*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, entre outros, todos marcados pelo significativo porte financeiro, pelas altas tiragens diárias e pela rapidez e sofisticação de suas impressões, realidade que seguramente se diferenciava bastante daquela de inúmeros outros jornais e revistas menores, efêmeros, detentores de público restrito e notoriamente incapazes de editar com a complexidade de folhas como a *Gazeta de Notícias*.

Baseados neste panorama geral acerca do processo de ascensão da grande imprensa no Brasil, acreditamos ser extremamente válido também realizar algumas observações a respeito dos perfis editoriais de alguns dos periódicos deste período da Belle Époque, tendo como linha norteadora a sua relevância para a nossa pesquisa que se concentra na análise das impressões do letrado Olavo Bilac sobre a República e seus profissionais da política. Portanto, abordaremos os perfis dos periódicos nos quais Bilac atuou para tentarmos estabelecer um esboço aproximado da imprensa que o consagrou, sendo eles os jornais a *Gazeta de Notícias*, o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, e as revistas ilustradas *A Bruxa* e *Kosmos*. Vale ressaltar que as observações a serem realizadas nem de longe pretendem abordar tal imprensa através de uma perspectiva homogeneizadora, tendo em vista que seus periódicos possuíam perfis e enfoques muito diferentes em diversos pontos, embora tenhamos conosco que o itinerário jornalístico bilaquiano concentrou-se em publicações ideologicamente alinhadas às ordens republicana e burguesa então em consolidação no Brasil. Por outro lado, destacamos que tal abordagem também nos permitirá levantar dados de fundamental importância para melhor perceber e compreender possíveis influências oriundas de tais espaços profissionais sobre o processo de produção intelectual de nosso autor, afinal, não podemos ignorar o fato de que nosso *corpus documental* provém de um contexto em que o trabalho jornalístico era bastante afetado pelas disputas inerentes ao mundo da política republicana, logo, justamente por isso entendemos que conhecer melhor as características dos periódicos nos quais Bilac atuou, é basilar para um maior cuidado principalmente na análise das crônicas que publicou em jornais abertamente comprometidos com forças políticas da época, tal como o *Correio Paulistano*. Deste modo, duas constatações prévias acerca da imprensa da Belle Époque são fundamentais.

Em primeiro lugar, que o jornalismo então desenvolvido chegou a ser bastante afetado pelas disputas políticas da época ou esteve por vezes ligado a seus agentes por razões políticas e/ou ideológicas; em segundo lugar, que a atuação jornalística de Olavo Bilac se realizou majoritariamente em periódicos comprometidos com a República e com o capitalismo em ascensão no país.

Assim, tendo em vista tais nuances intrínsecas à conjuntura histórica em questão, as suas possíveis relações com o trabalho então desenvolvido nas oficinas da imprensa, as próprias características dos periódicos da época, com perfis, objetivos, abordagens e públicos-alvo diversos, e levando em conta principalmente as particularidades das publicações que fizeram parte da trajetória jornalística de Olavo Bilac, gostaríamos de ainda destacar a nossa postura de ressalva quanto à possibilidade de julgamento de seus escritos como exclusivamente resultantes de suas escolhas, vontades e opiniões pessoais, ou mesmo, como o mais puro reflexo de suas crenças ideológicas e políticas. Pois, embora tenhamos como certa, a adesão do autor à causa da República (algo bastante claro quando nos debruçamos sobre suas crônicas e sobre o perfil dos periódicos que compuseram o seu itinerário jornalístico), entendemos que é fundamental considerar a possibilidade de que seus escritos tenham por vezes sofrido algum tipo de “refração”, ou seja, que tenham procurado atender mais à demanda ou perfil do periódico em questão do que em expressar fielmente o seu pensamento sobre determinado assunto: a nosso ver, tal perspectiva encontra-se legitimada pelos conteúdos contraditórios de duas de suas crônicas a respeito da festa da Penha; em edição de 1906 da sofisticada e elitizada *Kosmos*, Bilac abertamente demonstrou a sua ojeriza ao festejo popular que chamara de “ignóbil” e “ressurreição da barbárie” (*Kosmos* BILAC, 10/1906); já em edição da popular *Gazeta de Notícias*, a respeito da mesma festa o autor se expressou em tom de relativa aprovação, afinal, “Haverá quem possa condenar uma festa que é alegre, numa época tão fúnebre, - e uma festa que dá aos pobres a ilusão da felicidade, sufocando-lhes na alma, durante doze horas, a recordação de todas as amarguras da vida?” (*Gaz Not* BILAC, 4/10/1903). Este olhar mais cuidadoso em nada impede a análise dos escritos de Olavo Bilac sobre a República e a política nela praticada por seus profissionais, antes procura torná-la ainda mais completa, afinal, identificar possíveis relações entre o processo de produção intelectual do cronista e os perfis dos periódicos em que atuou, seguramente nos ajudará bastante a contribuir para uma melhor compreensão de sua postura militante, então majoritariamente limitada ao espaço da imprensa.

Enfim, nos debruçemos primeiramente sobre a revista *A Bruxa*. Sua circulação ocorreu entre fevereiro de 1896 e junho de 1897, e a sua criação foi resultado de uma empreitada liderada por Olavo Bilac, que ficaria encarregado da direção literária da revista, por seu amigo caricaturista Julião Machado e pelo agente comercial João de Souza Lage, então voltando de São Paulo “com os bolsos atulhados de dinheiro [e] autorizado a fazer uma propaganda, em grande estilo, do novo governo paulista, presidido por Manuel Ferraz de Campos Sales” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.193). Tal propaganda seria realizada pelas páginas *d'A Bruxa* que “só se definiu no segundo número, pois o primeiro foi quase todo ocupado pela ‘cavação’ paga pelo governo paulista” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.194).

As feições assumidas pelo periódico eram, ao mesmo tempo, bastante semelhantes às da revista ilustrada *A Cigarra*, na qual Bilac também atuou e abandonara em finais de 1895, e peculiares em relação a outras folhas de maior circulação, posto que o seu material especial de impressão, o requinte gráfico e seus altos preços destoavam quando comparados, por exemplo, a jornais mais populares como a *Gazeta de Notícias*. *A Bruxa* traria em suas páginas ilustrações refinadas, o uso de cores (um diferencial para a época, tendo em vista que o monocromatismo era predominante nas revistas ilustradas), capas extremamente bem trabalhadas, contribuições literárias variadas (crônicas jornalísticas, poesias, prosas, etc.), charges e quatro seções fixas, a cargo do redator-chefe Olavo Bilac e denominadas “Crônica”, “A política”, “Teatro” e “O carrilhão da Bruxa”. O número avulso *d'A Bruxa* custava ao leitor “salgados” mil réis, a assinatura semestral 25 mil réis e a anual 48 mil réis, cabendo ainda mencionar que a sua periodicidade era semanal e que as suas edições atingiram, mais precisamente, sessenta e quatro números antes de interromper a circulação de sua primeira fase. Nestes “moldes” seguramente podemos afirmar que *A Bruxa* não somente era um dos periódicos mais caros da época como claramente direcionado para o consumo do público-leitor socioeconomicamente mais privilegiado da capital federal.



Ilustração 1 – Capa da revista *A Bruxa* de 23 de abril de 1897.

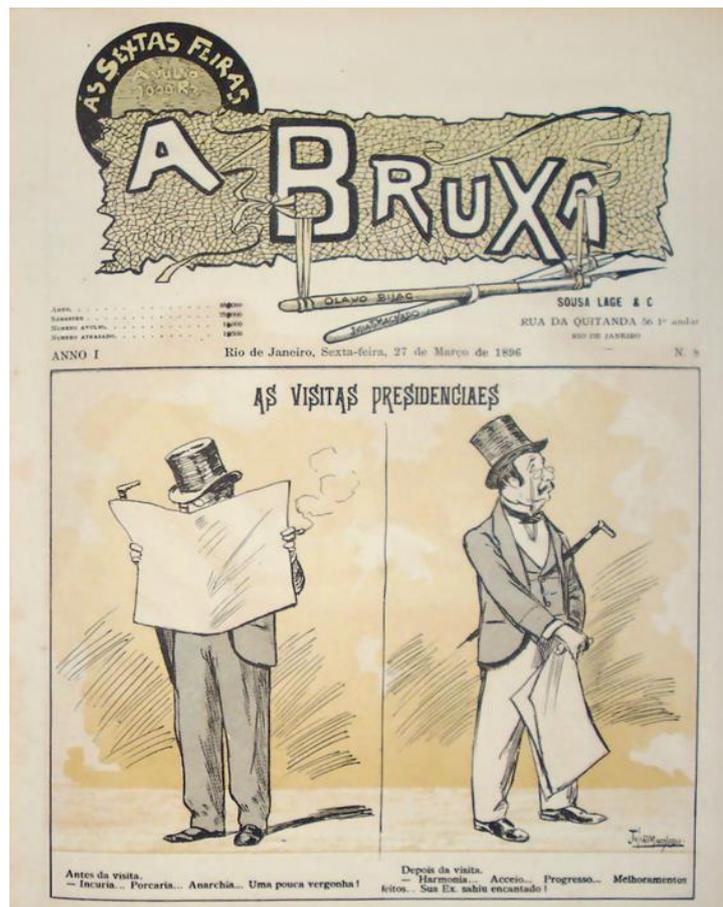


Ilustração 2 – Capa da revista *A Bruxa* de 27 de março de 1896.

Para sustentá-la, enquanto projeto editorial diferenciado, a qualidade dos colaboradores literários, em maioria já bastante conhecidos pelos leitores, e as sofisticadas ilustrações de Julião Machado, foram fundamentais, pois, em pouco tempo renderam à revista um número significativo de assinantes bem como diversos anunciantes dispostos a pagar por algum espaço em pelo menos uma de suas refinadas oito páginas. Os seus principais colaboradores literários, para além do próprio Olavo Bilac, foram os seus amigos íntimos Guimarães Passos e Coelho Neto, assim como outros nomes consagrados do mundo letrado da época, a maioria deles imortais da Academia Brasileira de Letras, sendo exemplares as presenças nas páginas d'*A Bruxa* de Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça, Luís Murat, Alberto de Oliveira, Raul Pompéia, entre outros. Por outro lado, ainda vale destacar que, apesar de ter abrigado um número significativo de contribuições de imortais da Academia Brasileira de Letras, onde não era permitida a entrada de mulheres, *A Bruxa* publicara sete textos assinados por autoras (SIMÕES JÚNIOR, 2006, p.146).

Do ponto de vista político e ideológico, a “revista diabólica” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.194) em suas edições não chegou a assumir qualquer comprometimento mais explícito nesse sentido, pois, como bem percebeu Álvaro Santos Simões Júnior, o objetivo d’*A Bruxa* não era firmar-se por meio de escritos politizados ou de conteúdos de crítica social, mas sim o de conquistar e agradar às classes mais abastadas da capital federal (para as quais a sua sofisticação, altos preços e conteúdo claramente se voltavam), através de um projeto editorial que enfatizava as particularidades do modo de vida urbano e moderno então em ascensão no Brasil. Contudo, em suas páginas, se fizeram presentes sim gêneros textuais voltados, por exemplo, ao tratamento crítico acerca dos mais variados aspectos inerentes à realidade nacional, embora não o fossem majoritários, afinal, *A Bruxa* não pretendia

impor-se pela combatividade ou pelo espírito crítico, principal atributo da concorrente *Dom Quixote*, de Angelo Agostini, mas seduzir os leitores com o requinte de seu acabamento gráfico, com a elegância do traço de Julião Machado e com a qualidade da colaboração literária. (SIMÕES JÚNIOR, 2006, p.144)

Uma rápida passada pelas páginas da publicação nos ratifica que a liberdade de escrita era comum às suas edições, sobretudo ao jornalista Olavo Bilac: os seus públicos pedidos feitos em crônica ao governo Prudente de Moraes pelo estado de sítio a fim de definitivamente exterminar o movimento de Canudos, (*ABruxa* BILAC, 19/3/1897) marcadamente antirrepublicano, nos mostram o quanto era plenamente possível aos leitores d’*A Bruxa* nela encontrarem escritos de teor altamente crítico e politizado. Ainda assim, é perceptível que a revista não possuía um perfil de maior combatividade ou politização, pelo contrário, voltou-se caracteristicamente para a abundância de publicações de viés poético, literário e opinativo; por outro lado, a partir de um superficial levantamento do perfil dos principais colaboradores d’*A Bruxa*, nos permitimos afirmar que não havia qualquer alinhamento ou convergência mais bem configurada entre estes em termos políticos e ideológicos, já que se faziam presentes em suas páginas desde simpáticos à monarquia, como Machado de Assis, até homens publicamente comprometidos com a ordem republicana, a exemplo de Olavo Bilac, Coelho Neto e Lúcio de Mendonça.

A partir desta breve análise geral do perfil da revista, a nosso ver é legítimo afirmar que *A Bruxa* revelou-se um periódico plenamente concordante e alinhado às nuances ideológicas e culturais inerentes ao fenômeno da modernidade que adentrava o

Brasil desde meados do século XIX e que então era efusivamente abraçado por grande parte de nossos círculos dirigentes e letrados, estando aí incluso o próprio jornalista Olavo Bilac. Nesse sentido, a despeito da liberdade de expressão que concedera a seus colaboradores, inclusive para nela veicular escritos mais politizados, a revista de modo algum se constituiu enquanto publicação detentora de um perfil editorial politicamente definido, com objetivos políticos estabelecidos tal como os historicamente republicanos *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*, de que é indicador o significativo espaço que cedia a contribuições de viés cultural, sobretudo na forma consumida pelas elites que habitavam a capital federal, cabendo destaque aos milhares de poemas parnasianos que publicara no decorrer de sua curta vida. A revista não conseguira prolongar por muito tempo a sua circulação, e apesar de um início promissor, encerrou as suas atividades para posteriormente retomá-las em abril de 1898, então já com outra configuração gráfica, outros colaboradores e sob outra direção (SIMÕES JÚNIOR, 2006, p.145).

Ainda no âmbito das revistas ilustradas, gostaríamos de nos concentrar, a partir deste ponto, na abordagem do perfil da revista *Kosmos*, que, embora tenha se constituído enquanto revista de variedades, acabou por se consolidar como o paradigma de publicação daquele alvorecer de século XX entre as chamadas “revistas modernas” (ELEUTÉRIO In: LUCA; MARTINS, 2008, p.90). A sofisticação presente em suas páginas foi referencial para muitas outras publicações coevas, de maneira que revistas também importantes, como a *Fon-Fon!* e a *Renascença*, chegaram a dizer-se filiadas às tendências encetadas pela então luxuosa *Kosmos*.

A publicação inaugural da *Kosmos* saíra em janeiro de 1904 e as suas edições durariam mais de cinco anos, mais precisamente num total de sessenta e quatro números, com as suas atividades se encerrando apenas em abril de 1909. Jorge Schmidt, editor-proprietário, e Mario Behring, então diretor, conseguiram realizar a circulação da revista pelo Rio de Janeiro, por outros Estados do Brasil e até pelo exterior, embora os seus anunciantes fossem exclusivamente oriundos da cidade carioca. Assim como *A Bruxa*, a *Kosmos* certamente não era voltada para o consumo das classes trabalhadoras, o que depreende-se facilmente do preço do exemplar avulso, dois mil réis. Por outro lado, o suporte material da revista se excelia e também indicava este direcionamento ao consumo das classes mais favorecidas, pois era impressa em papel *couché*, nela havia um cuidadoso trabalho gráfico, suas edições chegavam a setenta páginas e eram maciçamente utilizados os avançados recursos da fotografia e ilustração

a cores, tanto em suas capas como no corpo da revista. De acordo com Maria Eleutério, o conteúdo veiculado em revistas modernas como a *Kosmos*, era como uma “autoimagem que a elite e as classes médias em formação faziam do progresso: fotografias de modernos edifícios, a amplitude da avenida Central, flagrantes de transeuntes nas movimentadas ruas de comércio no centro da cidade” (ELEUTÉRIO In: LUCA; MARTINS, 2008, p.90).

Quanto aos conteúdos veiculados na revista, estes também eram mais voltados para os interesses e gostos de nossas elites e classes médias. Pode-se afirmar que as mais variadas temáticas eram abordadas na *Kosmos*, sendo ela uma revista “heterogênea” de acordo com a ilustrativa tese de doutorado de Carolina Vianna Dantas. Assim, embora as contribuições literárias fossem numerosas, em suas edições figuraram muitas publicações voltadas às áreas da geografia, história, política, filosofia e até sobre botânica, filologia e inovações tecnológicas (DANTAS, 2007, p.36). Tais conteúdos não eram rigidamente dispostos no corpo da publicação, embora houvesse seções com colaboradores fixos, e vale destacar ainda que quanto aos gêneros textuais e imagéticos nela presentes, haviam os mais variados, constando dentre eles, poesias, crônicas, memórias, relatos, ilustrações, caricaturas, fotografias, etc.

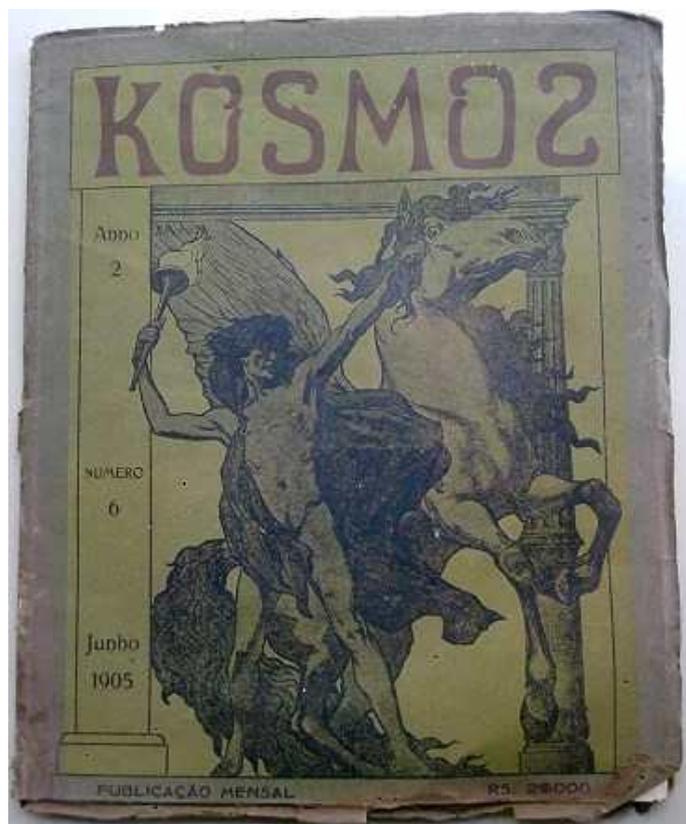


Ilustração 3 – Capa da revista *Kosmos* de junho de 1905.

A partir justamente do perfil das colaborações veiculadas no periódico em questão, temos claro que, assim como *A Bruxa*, a *Kosmos* não trazia em seu projeto editorial quaisquer pretensões políticas explícitas, realidade evidente já no seu lançamento quando “seus editores enunciam que a *Revista* não estava filiada às tendências do ‘jornalismo político’, rechaçando a afirmação de um programa editorial circunscrito a uma causa política específica.” (DANTAS, 2007, p.39). Paralelamente, uma notável liberdade de expressão era concedida aos seus colaboradores para a veiculação de suas opiniões, realidade bastante perceptível tanto pelo enunciado presente nas primeiras páginas da revista, que ratificava ao leitor “Não nos responsabilizamos pelas opiniões emitidas pelos nossos colaboradores”, como pelo conteúdo bastante conservador de algumas crônicas bilaquianas publicadas no contexto da Revolta da Vacina a respeito das camadas populares nela envolvidas: “No Rio de Janeiro e, em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há ‘povo’, onde os analfabetos estão em maioria.” (*Kosmos* BILAC, 11/1904).



Ilustração 4 – Sumário da revista *Kosmos* de outubro de 1908.

Dentre os seus muitos colaboradores, predominaram em suas páginas, renomados letrados da época; os mais assíduos foram José Veríssimo, Mario Behring, Olavo Bilac, Gonzaga Duque, Coelho Neto, Thomas Lopes, Virgílio Várzea, João do Rio, entre outros, e com contribuições mais esporádicas também constaram importantes nomes, tais como Capistrano de Abreu, Lúcio de Mendonça, Medeiros e Albuquerque e Félix Pacheco. Semelhante ao caso d'*A Bruxa*, o corpo de colaboradores da *Kosmos* não apresentava uma maior uniformidade em termos de inclinação política, haja vista que nele também se faziam presentes, ao mesmo tempo, monarquistas como Afonso Celso e Afonso Arinos, e republicanos fervorosos como Coelho Neto e Olavo Bilac. Vale destacar ainda que também havia a presença de autoras nas páginas da publicação, sendo exemplares as contribuições de mulheres como Julia Lopes de Almeida, Raphaelina de Barros e Maria Salomé.

Em termos gerais, pode ser dito que o perfil editorial da revista *Kosmos* procurava claramente satisfazer aos interesses, gostos e hábitos das classes mais abastadas do país, porém, sobretudo do Rio de Janeiro onde circulou em maior volume: a sofisticação de seu suporte físico bem como os conteúdos que veiculava a partir de uma linguagem mais rebuscada, recheavam as suas folhas *couché* que traziam aos seus leitores desde análises de viés político e filosófico, até relatos científicos voltados para a área da botânica, sem falar nos closes da Avenida Central e das elegantes famílias que por ali passeavam, graças ao então “moderno” recurso da fotografia. O modo de vida burguês em ascensão nas grandes capitais do Brasil tinha na *Kosmos* espaço mais do que privilegiado. Por outro lado, é também importante atentar para a complexidade inerente ao posicionamento adotado pela revista, que procurou manter-se distante das disputas políticas e partidárias de seu tempo ao mesmo tempo em que concedeu notória liberdade de escrita aos seus colaboradores, sobretudo sem deixar de notar que certo conservadorismo político marcou boa parte das colaborações de letrados cativos de suas páginas, tais como Coelho Neto e Olavo Bilac. Contudo, aquela moderna *Kosmos*, que não foi nada homogênea em termos de conteúdo e opiniões veiculadas, demonstrou possuir espaço em suas páginas até para interpretações bastante interessantes a respeito da história da resistência escrava no Brasil, como bem percebeu Carolina Dantas que retoricamente indagou em sua tese: “Afim, como poderia ser desprovido de sentido político um artigo [assinado por Mario Behring em edição de agosto de 1906] que elevava Zumbi ao patamar de mártir nacional?” (DANTAS, 2007, p.40).

Passando ao âmbito dos jornais, primeiramente gostaríamos de abordar o perfil do paulistano *O Estado de São Paulo*. Quando de sua fundação acabou intitulado *A Província de São Paulo* e deve ser destacado que o início de suas atividades jornalísticas resultou da iniciativa de um grupo de republicanos insatisfeitos com os rumos que o Império tomava em meados da década de 1870, sendo a Convenção de Itu o marco para a sua decisão de fundar um órgão republicano a fim de debater as principais questões vividas pelo país naquela conjuntura de crise da monarquia brasileira. Inicialmente uma sociedade com vários integrantes chegou a tentar comprar, sem sucesso, o *Correio Paulistano* e nela já constavam homens que seriam fundamentais no mundo político da Primeira República, tais como o futuro presidente Campos Sales, Américo Brasiliense, o florianista Francisco Glicério, futuro líder do PRF, Francisco Rangel Pestana, dentre outros. Ao todo eram dezenove os que integravam a referida sociedade que acabaria por adquirir uma tipografia própria e publicando o chamado *A Província de São Paulo*. Em suma, o futuro *O Estado de São Paulo* surgiu em tempos de proliferação das ideias republicanas pela imprensa e de decadência da monarquia no país, e desde já pode-se dizer que não permaneceu neutro diante de tais processos.

Em 4 de janeiro de 1875, tinha início a circulação do periódico que só viria a se intitular *O Estado de São Paulo* em 1º de janeiro de 1890, justamente após a Proclamação da República. Segundo Werneck Sodré, como grande parte dos periódicos de sua época, o jornal dependia bastante das rendas dos anunciantes de suas páginas e das assinaturas de seu público-leitor, e ainda ratifica o autor que foi o periódico paulistano o primeiro a adotar a venda avulsa de seus números pela cidade de São Paulo. Num panorama geral da imprensa paulista do fim dos Oitocentos, Sodré diz um pouco mais a respeito:

Não havia venda avulsa. Esta foi iniciada pelo novo jornal, a 23 de janeiro de 1876: o ajudante de impressor Bernard Gregoire, tocando buzina nas ruas. A população achou aquilo um despautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à “mercantilização da imprensa”. Não se percebia que tal mercantilização já havia sido inaugurada. (SODRÉ, 1966, p.260)



Ilustração 5 – Capa da primeira edição d’O Estado de São Paulo, então chamado A Província de São Paulo, de 4 de janeiro de 1875, ainda com cinco colunas.

Em termos de distribuição, o jornal caracteristicamente acompanhou o notório desenvolvimento econômico de São Paulo, que, quando de sua fundação já era o nosso polo cafeeiro. No período inicial de suas atividades, as suas tiragens limitavam-se ao

quantitativo de dois mil exemplares. Entretanto, com o passar dos anos este número chegaria à casa dos oito mil, tendo alcançado durante a Guerra de Canudos, período em que a demanda por notícias dos conflitos aumentara bastante, o patamar dos dezoito mil exemplares diários. Por outro lado, o seu custo nos permite entendê-lo como um jornal de consumo popular, pois, seus números avulsos custavam 200 réis. As assinaturas anuais saíam por 14 mil réis e as semestrais por 7 mil réis; o interior do Estado paulista também recebia o jornal através de assinaturas anuais e semestrais, custando respectivamente 18 mil e 9 mil réis.

No decorrer de seus primeiros anos de circulação *O Estado de São Paulo* contava com quatro páginas, tendo adotado posteriormente o número de seis e atingido já na década de 10 a casa das dezesseis páginas. Os moldes gráficos que o jornal assumira nas últimas décadas do século XIX e durante as primeiras do século XX, permite afirmá-los como bastante semelhantes aos adotados pela maioria dos jornais coevos. Com formato grande e monocromático, inicialmente possuía cinco colunas e com o passar dos anos chegou a contar com dez colunas. Em suas páginas figuravam basicamente as mesmas seções e conteúdos dos grandes jornais da capital federal, ou seja, havia espaço para notícias regionais, nacionais e internacionais, crônicas, poesias, romances de folhetim, grande quantitativo de anúncios, colunas com informações de teor político, financeiro e cultural, seções voltadas para os preços do café e para o tratamento de acontecimentos da capital, etc. Quanto aos colaboradores presentes em suas páginas, intelectuais dos mais diversos ali constaram e aparentemente coesos quanto à opção pela instalação e manutenção da República no Brasil, embora seguramente ali houvesse divergências a respeito dos moldes a serem seguidos na consolidação do inédito regime republicano, sendo suficiente lembrarmos das desastrosas discordâncias ocorridas entre o poeta-jornalista Olavo Bilac, simpático a Deodoro da Fonseca, e Raul Pompéia, adepto do florianismo, e que resultaram no suicídio de Pompéia atribuído a rusgas ocorridas entre ambos. Sobre alguns dos nomes que passaram pelas páginas d'*O Estado de São Paulo*, julgamos entre os mais destacados os de Olavo Bilac, Júlio de Mesquita, Coelho Neto, o poeta Alphonsus Guimaraens, o já citado Raul Pompéia, Alberto Salles e Euclides da Cunha, que através de inédita iniciativa, acompanhou de perto os conflitos da Guerra de Canudos a mando do próprio jornal: segundo Werneck Sodré, “iniciativa pioneira, que anuncia novos métodos da imprensa.” (SODRÉ, 1966, p.308).

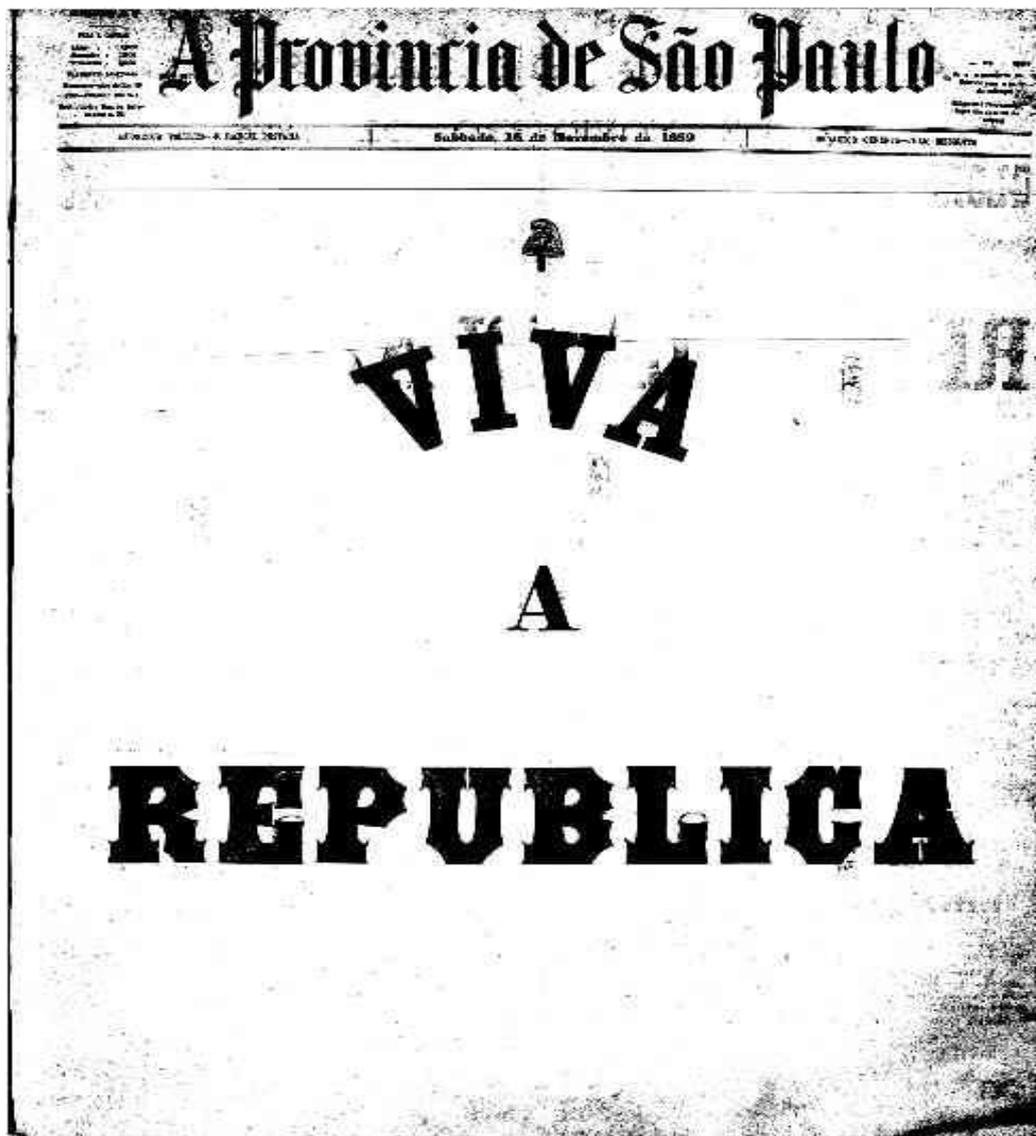


Ilustração 6 – *A Província de São Paulo* de 16 de novembro de 1889, saudando a recém-proclamada República brasileira.

*O Estado de São Paulo*, tal como o perfil da convenção na qual surgiu a ideia de sua fundação, foi um legítimo jornal republicano. Trouxe consigo nos seus primeiros anos o lema “Liberdade de pensamento e responsabilidade do autor” e se mostrou pronto a lutar, sobretudo durante a crise do Império, não somente a favor da República, afinal, era esse o objetivo de seus fundadores desde sua criação em meados de 1870, mas também pela abolição da escravidão, como o faria no decorrer da década de 1880. Nesse sentido, em termos políticos e ideológicos, é possível afirmar que “O Estado” e Olavo Bilac nitidamente convergiram, pois os mesmos ideais que nortearam o periódico no final do século XIX também insuflaram nosso cronista, no decorrer de sua juventude,

quando militara ativamente, e durante sua maturidade, época em que seu engajamento já se encontrava restrito à imprensa. Ressaltamos em termos gerais esta perspectiva tendo em vista que o espaço desta dissertação não nos permitiria mapear mais profundamente as possíveis ligações e alinhamentos políticos e/ou partidários seguidos pelo periódico e seus colaboradores no período abordado, o que demandaria esforços para além do que projetamos. De qualquer forma, a partir das fontes analisadas e das palavras de Werneck Sodré, é plenamente legítimo ratificarmos *O Estado de São Paulo* enquanto jornal detentor de perfil editorial engajado perante as principais questões nacionais desde a sua fundação, sobretudo em prol da implantação da República no país e do fim da escravidão, e nitidamente convergente em relação às inclinações políticas e ideológicas do jornalista republicano Olavo Bilac:

*A Província de São Paulo* publicaria memorável editorial alusivo à Abolição e, no dia seguinte, uma nota: “A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos, assentando a constituição política sobre bases mais largas e seguras para a felicidade do povo e glória nacional [...]. “ Abria, assim, as perspectivas para a reforma do regime, entendendo a Abolição como prelúdio da República. Ao ser esta proclamada, saudou a mudança com um “Viva a República!”[...]. (SODRÉ, 1966, p. 276-277)

Quanto à existência de tal alinhamento entre Bilac e o jornal, julgamos interessante ainda mencionar que o poeta-jornalista, desde fins da década de 1880, quando ainda não atuava n’*O Estado de São Paulo*, já havia dado vivas amostras de afeição por alguns dos nomes republicanos que o fundaram e consolidaram, tais como os de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos. Ambos foram merecedores de elogiosos versos poéticos da parte do autor que chegou a escrever acerca do último jornalista em meados de 1887:

É um lutador valente e forte  
Que outrora, erguendo a hercúlea clava,  
Aos inimigos dava a morte  
E aos companheiros animava.  
E inda hoje, quando ele aparece,  
Com a fronte plácida e serena,  
Um novo ardor correr parece  
Por toda a arena;

Porque esta pomba que se nutre  
De mel e açúcar, noite e dia,  
Sabe cair como um abutre  
Sobre a opressão e a tirania

(BILAC, 15/9/1887 Apud MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.79)

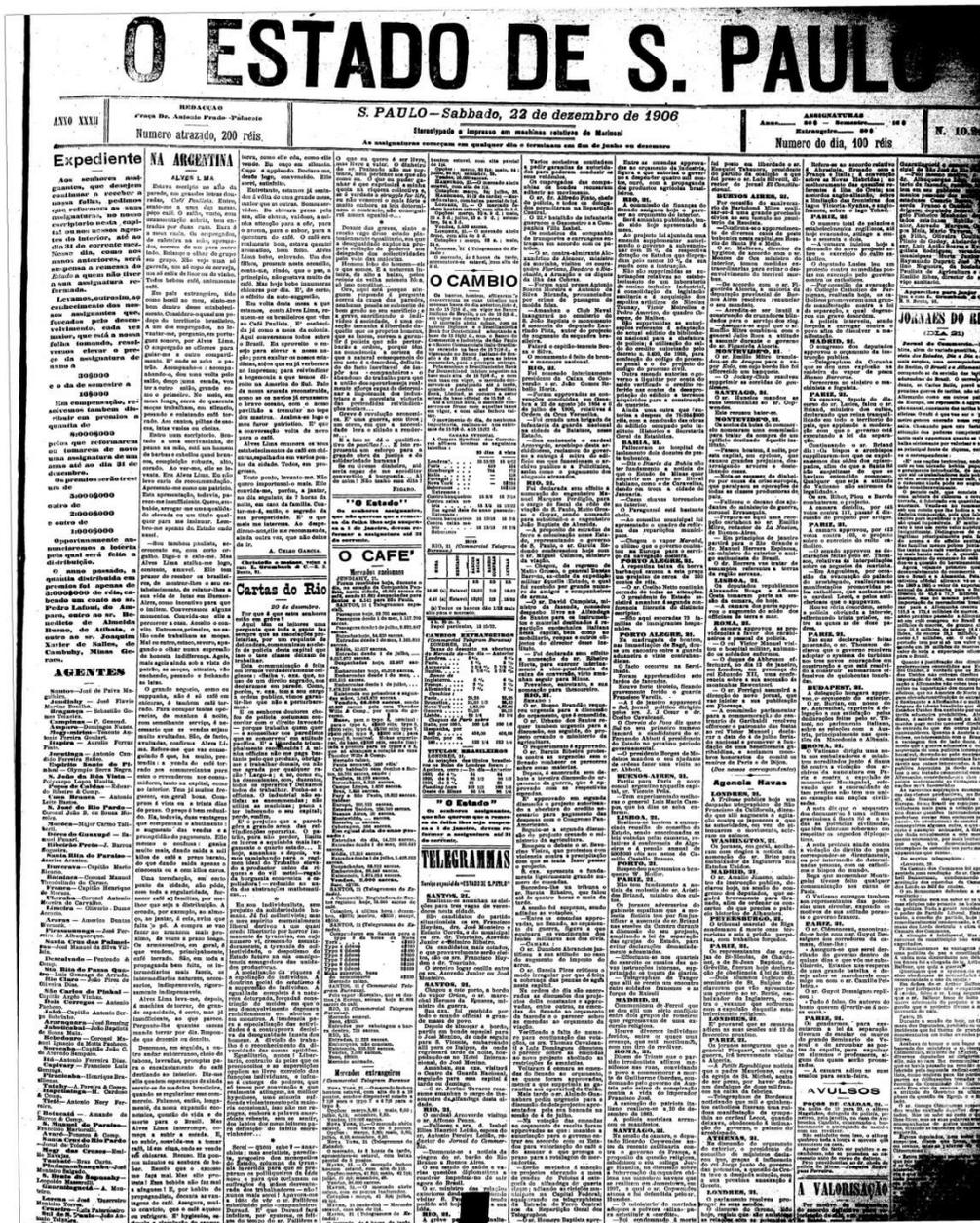


Ilustração 7 – O Estado de São Paulo de 22 de dezembro de 1906, já com dez colunas.

Já a respeito do *Correio Paulistano*, pode-se dizer que foi um dos primeiros jornais impressos de São Paulo, que antes contara com publicações locais fabricadas em estruturas mais rudimentares, tais como o jornal *O Paulista*, fundado em meados de

1823, e o *Farol Paulistano*, surgido em fevereiro de 1827. Fundado durante a vigência do regime imperial, mais precisamente em 1854, o *Correio Paulistano* cedo se tornara o jornal de maior circulação em São Paulo e de acordo com Nelson Werneck Sodré, desde o seu primeiro número procurou se afirmar enquanto publicação imparcial (SODRÉ, 1966, p.216). Contudo, no final da década de 1860, após o período da “Conciliação”, no qual arrefeceram as rivalidades partidárias do Império, o periódico já havia se alinhado aos liberais e anos à frente ainda adotaria outros diferentes posicionamentos não somente em relação ao mundo político imperial, mas também ante o republicano. Em sua estreia, o jornal estampara na capa os seguintes dizeres:

Os jornais que tem visto à luz nesta província, quase exclusivamente ocupados dos interesses de sua panlidade política, e o que é mais, de questões muitas vezes pessoais, têm transviado a nossa imprensa de seu santo ministério. [...] Nestas circunstâncias, entendemos fazer um importante serviço à nossa bela província publicando o CORREIO PAULISTANO, cuja missão é a de oferecer uma IMPRENSA LIVRE. [caixa alta do autor] (*Cor Pau*, 26/6/1854 *Apud* OLIVEIRA, 2012, p. 117)

Em 26 de junho de 1854 saía o primeiro número do *Correio Paulistano* e neste começo as suas tiragens eram bastante modestas, com apenas 450 exemplares diários. Entretanto, tais números aumentariam muito nos anos seguintes, acompanhando o desenvolvimento social e econômico de São Paulo e devido à aquisição de maquinário moderno, afinal, o “Correio” fora o primeiro jornal paulista a ser impresso em rotativas. Enfim, em meados de 1904, o jornal paulistano já alcançava a marca de oito mil exemplares/dia e vale destacar que as suas publicações iniciais eram vespertinas, tendo se tornado matutinas apenas posteriormente. Quanto aos preços de seus exemplares, não se pode dizer que eram voltados a um público privilegiado socioeconomicamente. A princípio eram vendidas apenas assinaturas, a 12 mil réis para a capital e 16 mil réis para o interior. Contudo, durante a década de 1870 a venda avulsa fora adotada saindo a duzentos réis a edição do jornal.

As colunas em seus primeiros números eram três, posteriormente seriam quatro, chegando ao quantitativo de oito no alvorecer do século XX. Por outro lado, tal aumento também ocorrera com o número de páginas: eram quatro em meados das décadas de 1850 e 60, e já na década de 20 chegaram à casa das doze páginas. No seu corpo o *Correio Paulistano* trazia basicamente os mesmos conteúdos dos jornais de maior porte

de sua época, embora inicialmente em feições mais simples e que, com o passar dos anos, tornaram-se mais complexas, já que acabara conseguindo se firmar após alguns “tropeços”: segundo Sodré, “Apesar de suas inovações iniciais [...] certa vez teve de interromper a circulação por uma semana, em consequência da falta de papel” (SODRÉ, 1966, p.216). Faziam-se presentes em suas páginas seções com informações oficiais a respeito do Senado, da Câmara e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colunas sociais, romances de folhetim, poesias, crônicas voltadas para temáticas variadas, páginas dedicadas a anunciantes, muitos espaços voltados a informações de âmbito regional, nacional e internacional, charges, ilustrações e até artigos de leitores pioneiramente aceitos por Pedro Taques de Almeida Alvim, primeiro redator do jornal.



Ilustração 8 - Primeira edição do *Correio Paulistano*, de 26 de junho de 1854.

No decorrer da longa existência do *Correio Paulistano* foram diversos os seus proprietários, porém, principalmente durante a decadência da monarquia o periódico pertencera a homens com as mais diferentes inclinações políticas e ideológicas, dentre eles, conservadores, liberais, republicanos e abolicionistas. Tal como *O Estado de São Paulo*, no final do século XIX o *Correio Paulistano*, em meio aos mais diversos posicionamentos que assumira, acabou se notabilizando também pela aberta defesa das causas republicana e abolicionista, embora não tenha demonstrado no decorrer de sua existência institucional a mesma linearidade política e ideológica que o primeiro periódico. Como ratifica Werneck Sodré, os posicionamentos adotados pelo “Correio” foram bastante variados:

fundado o Partido Republicano em 1872, tornara-se seu órgão e, comprado por Leôncio de Carvalho, em julho de 1874, adotara a linha reformista. Fechado o *Diário de São Paulo*, em 1878, o material de impressão que permitia o grande formato passou ao *Correio Paulistano* que, desde dezembro de 1887, defendia os conservadores. Essas flutuações na orientação mostram como a longa existência de alguns jornais, entre nós, carece de significação. Em 1882 assumira a direção do *Correio Paulistano* Antônio Prado, que levaria o jornal, em 1887, a fazer-se abolicionista, para, em junho de 1889, com os liberais no poder, exercer severa oposição, mas na linha monarquista, e, com os acontecimentos de 15 de novembro na Corte, ser o primeiro órgão a considerar irreversível a República. (SODRÉ, 1966, p.258-259).

Após tais exemplos das diferentes posições assumidas pelo “Correio” as quais infelizmente não abordaremos de maneira aprofundada, cabe destacar que apenas a partir de 1890 é que o jornal assumiria posição de maior estabilidade com a sua definitiva e oficial ligação ao Partido Republicano Paulista, *status* que duraria até meados de 1955 e que renderia em sua capa a estampa de “órgão oficial do Partido Republicano”. Daí em diante outros posicionamentos importantes foram tomados pelo periódico e em boa parte determinados pelos interesses dos oligarcas do PRP, valendo citar a aberta defesa que realizara do movimento da Semana de Arte Moderna de 1922 e a oposição que fizera a Getúlio Vargas quando de sua aparição no cenário político nacional na década de 30, momento este bastante marcante principalmente para as oligarquias paulistas, uma vez que a partir de então seriam gradualmente afastadas do espaço político federal. Na onda autoritária do período varguista, o *Correio Paulistano* fora desapropriado e suas oficinas incorporadas à Imprensa Oficial.

Por outro lado, já no âmbito da colaboração jornalística, é possível afirmar que tais variações também ocorreram em sua composição, posto que as diversas mudanças de proprietários, enquanto detentores das mais diferentes inclinações políticas, inevitavelmente contribuíram para a conformação de variados perfis de colaboradores. Contudo, após a instalação da República é que se pode dizer que o *Correio Paulistano* possuía um quadro profissional mais homogêneo, sobretudo de intelectuais adeptos do novo regime, uma vez que o jornal se tornara já em meados de 1890, órgão oficial do PRP, o mais forte partido da arena política republicana. Como exemplos de colaboradores que se fizeram presentes nas oficinas do *Correio Paulistano* neste contexto histórico, podemos mencionar os republicanos Olavo Bilac, Américo de Campos (que anos depois fundaria *O Estado de São Paulo*) e Wenceslau de Queirós, então diretor das seções literárias, os modernistas Paulo Prado e Menotti Del Picchia, cronistas menos conhecidos como Eurico de Góes e Cyro Mondim, o folhetinista Ezequiel Freire e o futuro integralista Plínio Salgado.



Ilustração 9 – Cabeçalho do *Correio Paulistano* de 28 de janeiro de 1908, já estampando a sua ligação com o Partido Republicano Paulista.

Nesse sentido, fora a sua fase mais estável “pós-1890”, quando se firmou enquanto órgão do PRP e durante a qual “abrigou” Olavo Bilac, mais precisamente entre os anos de 1907 e 1908, entendemos como legítimo afirmar que o *Correio Paulistano* apresentou claramente em suas páginas muitas das nuances inerentes ao processo histórico de transição do regime monárquico para o novo regime republicano, com destaque para as suas inúmeras mudanças de posicionamento político e partidário que contrariaram precocemente o lema de independência jornalística e intelectual que proclamara quando de sua fundação. Assim, segundo Kelly Cristina de Oliveira, “Ora o jornal demonstrava apoio aos conservadores, à aristocracia, ora aos liberais, aos republicanos. Essas oscilações demonstraram que o jornal estava sujeito ao contexto político e econômico da época”. (OLIVEIRA, 2012, p.122). E assim, ainda cabe ratificar que, tal como notamos em relação ao perfil d’*O Estado de São Paulo*, a nosso ver havia entre Olavo Bilac e o *Correio Paulistano*, mormente no período da filiação deste último ao PRP a partir de 1890, nítida convergência política e ideológica, sendo esta facilmente perceptível no posicionamento favorável de ambos à vigência da institucionalidade republicana. Não precisamos a concordância de Olavo Bilac em relação às diretrizes mais específicas do PRP, tendo em vista que não encontramos escritos de sua autoria mais objetivos nesse sentido, apenas alguns elogios a homens oriundos de suas fileiras, a exemplo do presidente Rodrigues Alves.

E enfim, a *Gazeta de Notícias*. Diferentemente dos periódicos anteriores, a “Gazeta” já foi alvo de um número maior de estudos históricos e é consensual afirmá-la como o jornal mais consumido entre a população carioca da virada do século. O início de suas atividades jornalísticas se dera mais precisamente em 2 de agosto de 1875 e a enorme popularidade que conquistou pode ser atribuída a dois importantes fatores. Em primeiro lugar, aos preços de suas edições, pois, o seu exemplar avulso saía por apenas quarenta réis, custando as assinaturas mensais mil réis. Por outro lado, além da venda avulsa, a “Gazeta” estimulou bastante as vendas feitas nas ruas por pequenos jornaleiros, o que certamente ajudou no seu processo de popularização. E em segundo lugar, à qualidade das contribuições literárias que o seu diretor e fundador Ferreira de Araújo soubera muito bem angariar em meio aos pujantes círculos letrados da capital federal. A partir das páginas da *Kosmos*, Olavo Bilac, já após a morte do jornalista que tanto admirava, ratificou a importância que tivera para o que chamou por “democratização da imprensa diária e o apoio dado a uma geração literária e artística, cujo talento não tinha campo em que se pudesse exercitar”:

Foi ele quem chamou ao jornal a gente moça, que se ensaiava nas letras. Na *Gazeta de Notícias*, que possuía a colaboração preciosa de Machado de Assis, de Eça de Queiroz e de Ramalho Ortigão, - começaram a aparecer os rapazes cheios de talento, mas ainda sem nome, que daquelas colunas se impuseram ao público [...]. (*Kosmos BILAC*, 1/1905)

Em termos gráficos a *Gazeta de Notícias* seguia os padrões dos jornais da grande imprensa da época: inicialmente saía em edições com quatro páginas e cinco colunas, chegando, no decorrer da década de 10, às doze páginas por edição e ao quantitativo de oito colunas. Os conteúdos das seções do jornal se exceliam logo à primeira vista, ao ponto de Nelson Werneck Sodré afirmar que a *Gazeta de Notícias* reunia na virada do século “os melhores elementos das letras e do jornalismo brasileiro.” (SODRÉ, 1966, p.303). Assim, constavam nas páginas da “Gazeta” contribuições literárias de excelência, tais como romances de folhetim, poesias e crônicas de autores consagrados, nacionais e estrangeiros, seções voltadas à política e economia, espaços para informações comerciais e financeiras, seções humorísticas como as “Balas de estalo”, “O Engrossa”, “O Filhote” e “Macaquinhos no sótão”, refinadas ilustrações e charges, fotografias, notícias internacionais, nacionais e regionais (São Paulo possuía uma seção de notícias própria) e muitos anunciantes. O crescente prestígio que a *Gazeta de Notícias* conquistara com a qualidade de seu conteúdo, seguramente colaborou para que, no âmbito do simbólico, ela se tornasse o jornal consagrador por excelência de sua época, tal como realisticamente descrevera o nosso jornalista em crônica datada do aniversário da folha. Relembrando sua juventude, dissera o autor que “a Gazeta, naquele tempo, era a consagradora por excelência. Não era eu o único que a namorava; todos os da minha geração tinham a alma inflamada nessa mesma ânsia ambiciosa.” (*Gaz Not BILAC*, 02/8/1903).

Foram muitos os homens de letras que figuraram nas páginas da “Gazeta”, tendo sido fundamentais para tal concentração a consagração que ela potencialmente concedia aos que nela publicavam, a boa remuneração que pagava aos seus colaboradores, o poder de difusão de suas tiragens, que em 1890 estava na casa dos 35 mil exemplares, e a longevidade de seu funcionamento, afinal, circulara até meados da década de 1950. Alguns exemplos de letrados coevos ao período que abordamos ratificam muito bem a marca da “veia literária” que a *Gazeta de Notícias* tinha perante o público-leitor da época, sendo alguns deles, Machado de Assis, João do Rio, Ramalho Ortigão, Raul Pompéia, Eça de Queirós, José do Patrocínio, o próprio Olavo Bilac, Guimarães Passos,

Coelho Neto, Julia Lopes de Almeida, Emilio de Menezes, Lima Barreto, entre outros mais.

GAZETA DE NOTICIAS

NUMERO AVULSO 100 RS. Stereotypada e impressa nas machinas rotativas de Marimon, na typographia da Sociedade Anonyma GAZETA DE NOTICIAS.

AOS DOMINGOS Notas e Noticias

“GENERO” ALIMENTICIO

Uma entrevista com o assassino de Pinheiro Machado

O processo das letras do Brasil... Uma historia das letras do Brasil... Uma historia das letras do Brasil...



As suas impressões sobre o julgamento THEORIAS DE UM CRIMINOSO... Uma entrevista com o assassino de Pinheiro Machado...

Os temores de terra

A FRANÇA E A GUERRA

Os temores de terra

Os temores de terra... Os temores de terra... Os temores de terra...

A FRANÇA E A GUERRA... A FRANÇA E A GUERRA... A FRANÇA E A GUERRA...

Os temores de terra... Os temores de terra... Os temores de terra...

GOVERNO DO FERRO

SALEGIOSOS

GOVERNO DO FERRO

GOVERNO DO FERRO... GOVERNO DO FERRO... GOVERNO DO FERRO...

SALEGIOSOS... SALEGIOSOS... SALEGIOSOS...

GOVERNO DO FERRO... GOVERNO DO FERRO... GOVERNO DO FERRO...

Ilustração 10 - Edição da Gazeta de Notícias de 29 de julho de 1917.

“Desde o início de sua trajetória, a *Gazeta de Notícias* tinha se esforçado por se caracterizar como um jornal ‘não partidário’, ‘moderno’, que tinha como compromisso fundamental a notícia isenta, o debate e a pluralidade de ideias” (RAMOS, 2011, p.1-2), contudo, não podemos deixar de notar que esta mesma “Gazeta”, mesmo com a sua “veia literária”, também assumira claros posicionamentos sociais e políticos, sobretudo nas décadas finais do século XIX e no alvorecer do século XX, embora não tenha chegado às vias da filiação partidária como o *Correio Paulistano*. Como os jornais paulistanos abordados, o periódico carioca também se colocou a favor das causas abolicionista e republicana, sendo ilustrativas nesse sentido as adesões de muitos de seus colaboradores a ambas as lutas, inclusive de seu fundador Ferreira de Araújo, o que a nosso ver constitui forte indício quanto à existência de uma maior homogeneidade política e ideológica nas oficinas da “Gazeta”: simpáticos à monarquia como Machado de Assis constituíam exceção nos quadros profissionais da publicação carioca, pois era significativo o número dos republicanos assumidos, constando dentre eles os nomes de Raul Pompeia, Coelho Neto, Olavo Bilac, Silva Jardim, Adolfo Caminha, entre outros. De modo geral, o jornal não chegara a assumir feições panfletárias, embora tenha publicamente saudado tanto a Abolição como a Proclamação da República e colaborado bastante para a crise do Império, realidade esta ratificada por Álvaro Santos Simões Júnior:

Embora fosse moderada em suas posições, mais de uma vez desafiou os interesses do poder constituído. Nas “Balas de estalo” (primeira série, 1883 - 1886), por exemplo, coluna de crônicas impregnadas de ironia, o imperador Pedro II tornava-se alvo preferencial de críticas e zombarias. (SIMÕES JÚNIOR, 2003, p.236)

Portanto, nesta linha de contrariedade à monarquia, a *Gazeta de Notícias*, através de seus colaboradores, firmou-se enquanto publicação a favor de ideais liberais clássicos e de medidas concretas deles decorrentes como a separação entre Igreja e Estado, a reforma eleitoral, a liberdade religiosa, o casamento civil, o trabalho livre e assalariado, entre outras mais (RAMOS, 2011, p.3). Assim, quando do aparecimento, por exemplo, de movimentos revoltosos, como a Revolta da Vacina, o jornal não hesitaria em conceder o devido espaço a autores como Olavo Bilac, para que abertamente condenassem a destruição e a desordem geradas, pautando-se justamente no respeito à ordem constitucionalmente estabelecida.



Ilustração 11 – Capa da edição da *Gazeta de Notícias* de 16 de novembro de 1889, então dedicada ao recém-proclamado regime republicano.

Popular, barata e literária, a *Gazeta de Notícias*, deve ser interpretada não somente como um dos mais importantes jornais de seu tempo, mas também como aquele que mais contribuiu para a consagração da trajetória intelectual do poeta e jornalista Olavo Bilac, pois nela publicara a sua primeira poesia ainda em 1884 e as suas primeiras crônicas em meados de 1890. E ainda que tenha firmado as suas contribuições no jornal apenas a partir de 1893, na própria "Gazeta" Bilac viveria a sua consagração definitiva em inícios de 1897, quando substituiria na crônica dominical o ícone literário Machado de Assis. Assim como em relação aos jornais paulistanos, Bilac e a "Gazeta" possuíam perfis políticos e ideológicos nitidamente convergentes e temos conosco que o autor seguramente tinha um apreço diferenciado pelo jornal carioca, por motivos como a importância simbólica que possuía para os intelectuais da época, pela experiência de contato diário que estabeleceu com este periódico que literalmente vira nascer no Rio de Janeiro e por nele atuarem vários intelectuais referenciais para o mundo letrado de seu tempo, muitas vezes integrantes dos círculos que frequentava e em grande parte alinhados aos ideais liberais que tanto prezava. Em 1908, se encerrariam as atividades de Olavo Bilac na "Gazeta" e na imprensa de modo geral.

Assim, o rápido esboço que desenhamos da trajetória de consagração intelectual de Olavo Bilac, a qual procuramos manter historicamente contextualizada, e o panorama geral que realizamos quanto aos perfis dos principais periódicos nos quais atuou, nos permitem afirmar que o jornalista foi um profundo conhecedor das muitas mazelas que tanto afetaram a sociedade brasileira de sua época. Embora tenha se mantido restrito ao espaço da imprensa na maior parte de sua trajetória intelectual, o autor revelou notório empenho tanto na elaboração de diagnósticos e projetos para a nossa problemática realidade social, como na defesa de bandeiras que tinha enquanto fundamentais à concretização da modernização que vislumbrava para o país, sendo alguns de seus exemplos, a estabilização do regime republicano e a consolidação do capitalismo e do fenômeno da modernidade em terras nacionais.

Em segundo lugar, também pode-se afirmar que o perfil do intelectual Olavo Bilac, enquanto letrado adepto das emergentes concepções liberais, convergia nitidamente com os perfis dos impressos aqui enfocados, bastando-nos ressaltar, a título de ilustração, que a *Gazeta de Notícias*, *O Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano* demonstraram, assim como o autor, serem abertamente favoráveis às causas abolicionista e republicana. No que se refere às revistas *A Bruxa* e *Kosmos*, o seu alinhamento em relação a Bilac se dera mais nitidamente no âmbito ideológico, pois, através de suas páginas ambas ratificaram conceitos fundamentais ao jornalista e à legitimação simbólica da República e do fenômeno da modernidade, tais como os de *ordem, progresso e civilização*.

Entendemos como significativo ressaltar as convergências ideológicas e políticas existentes entre os periódicos citados e o perfil do intelectual Olavo Bilac, por percebemos que tais “afinidades” não seriam destituídas de sentido, ou seja, constituiriam fortes indícios de que o poeta-jornalista, ao máximo possível, pautou a construção de sua trajetória intelectual pela escolha de revistas e jornais comprometidos com a era de modernidade inerente ao sistema capitalista, com o regime republicano, com os ideais liberais e burgueses em emergência no mundo ocidental, mas principalmente com a “multifacetada” modernização que vislumbrava para a “atrasada” sociedade brasileira da época.

Enfim, este panorama do itinerário intelectual de Olavo Bilac, traçado em grande parte pelas imprensas carioca e paulista, tem a sua devida importância especialmente porque nos revela a posição privilegiada que o autor possuía no campo intelectual da época, a sua crença no fenômeno da modernidade e na República como os maiores

responsáveis pela definitiva instalação do *progresso* e da *civilização* no Brasil, e uma vez que nos servirá tanto para um melhor mapeamento das possíveis nuances que intermediaram o seu processo de produção intelectual, como para um maior embasamento das análises que pretendemos desenvolver acerca de suas impressões sobre a política praticada durante o período republicano.

## Capítulo 2 - A “necessária” experiência da República no Brasil.

Os anos que compuseram o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram bastante movimentados e trouxeram o desencadeamento de significativas modificações sociais, econômicas, políticas e culturais para a sociedade brasileira da época, ainda que possamos perceber algumas de maneira mais destacada do que outras mais “silenciosas”. A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, talvez seja o movimento mais abrupto deste contexto histórico que nos revela, de modo inédito, a instalação de um regime eletivo e laico no Brasil, que trouxe no decorrer de sua consolidação processos tais como: a afirmação de um novo arranjo administrativo e institucional através da “política dos governadores”, o desfazimento das “simbióticas” relações entre Estado e Igreja, comuns ao período monárquico dos Bragança, e a complexificação dos canais oficiais de comunicação entre Estado e sociedade civil, uma vez que esta última passaria a ser composta não mais por súditos de Sua Majestade Dom Pedro II, mas sim por cidadãos de um regime republicano-democrático.

A Proclamação da República, apesar de um tanto repentina, foi fruto do processo de crise do regime imperial, corrente desde meados da década de 1870. Tal crise possuiu múltiplas facetas e estas nos revelam o declínio do Império através do desgaste das relações que a Coroa mantinha com algumas instituições, grupos políticos e classes sociais fundamentais à manutenção do *status quo* imperial. Assim, diversos movimentos marcaram o ocaso do reinado de Dom Pedro II e a título de ilustração podemos citar a oposição realizada pelo emergente movimento republicano, sobretudo aquele encabeçado pelo PRP; o desgaste das relações entre monarquia e Igreja Católica brasileira, mais evidente durante a chamada “Questão religiosa”; as crescentes tensões com o Exército, fruto do notório descaso de que era vítima a instituição militar naquela segunda metade dos Oitocentos; e a oposição de círculos intelectuais, sobretudo da famosa “geração 1870” que “incorporou do repertório contemporâneo recursos teóricos e retóricos” que lhe permitiram não somente “gerar uma interpretação do contexto de crise política e mudança social no qual estava imersa” (ALONSO, 2002, p. 176), mas também realizar profundas críticas à monarquia e sua “lentidão” na efetivação de reformas sociais, econômicas e políticas que modernizassem aquele Brasil que enxergava como nitidamente “atrasado” em relação ao “civilizado” Velho Mundo europeu.

Embora a causa republicana tenha sido abraçada por grupos civis e militares, o movimento de implantação do novo regime foi levado a cabo sob a liderança dos últimos e sem maior apoio ou resistência por parte da população da capital. De acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, a proclamação da República ocorreu em um contexto de expansão de uma cultura democrática e científica no país, a seu ver, configuradora de “um novo sistema simbólico que colocou em cheque os modelos montados pelos construtores do império, trazendo para a arena pública a percepção da crise de direção que vivia o regime.” (MELLO, 2011, p.124) Portanto, ainda segundo a autora, a reação popular ante os acontecimentos da Proclamação refletira este processo e caracterizou-se mais precisamente pela “Indiferença e conformidade [...] são reações que falam da penetração da nova cultura, na qual inscrito estava o regime republicano como uma necessidade histórica. Por isso, a população da Corte não reage à Proclamação. Ela consente.” (MELLO, 2008, p.31). A despeito de possíveis divergências quanto à natureza da reação da população local perante a deposição da monarquia de D. Pedro II, cabe destacar que a falta de envolvimento popular já é consensual ao campo historiográfico especializado dos dias atuais.

Especificamente quanto ao processo de afirmação da República, segundo Renato Lessa, esta nascera no Brasil sem qualquer projeto por parte dos militares que pudesse definir a sua “rotina” político-institucional e administrativa, valendo ressaltar que tanto o próprio Lessa (LESSA In: CARVALHO, 2001) quanto José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987) perceberam acertadamente que os “moldes” que definiram o “funcionamento” daquela que ficaria conhecida como a “República Oligárquica”, apenas mantiveram o significativo afastamento popular em relação aos canais oficiais de participação política. Afinal, para além daquelas parcelas da população já excluídas da cidadania política pelas exigências constitucionais presentes na Carta de 1891, aquelas aptas ao voto em bom número também escolheriam não ir às urnas por entenderem o ato de votar como potencialmente perigoso e até mesmo como desprovido de maior significado, já que durante a Primeira República recrudesceram visivelmente as violências praticadas por capoeiras e capangas a mando de coronéis, as fraudes eleitorais, a compra de votos, dentre outros abusos, excessos e escândalos ligados ao mundo político da época. Ainda que tenha sido inaugurada sob os elogios dos adeptos da participação política em moldes democráticos, a República brasileira acabara “controlada” pelas pretensões políticas elitistas e descentralizadoras dos grupos oligárquicos e se revelando altamente excludente em termos de participação eleitoral e

bastante truculenta em sua sistemática repressão às classes populares, então majoritária e preconceituosamente tratadas por seus governos enquanto “classes perigosas”<sup>12</sup>. Vale ressaltar que a referida ideia de distanciamento popular em relação aos meios oficiais de participação política, não procura nem de perto designar uma dissociação completa entre a população comum e as instâncias integrantes do poder político estabelecido, uma vez que trabalhos importantes vêm sendo desenvolvidos nas últimas décadas justamente no sentido de revelar, que no decorrer da Primeira República, havia de fato relações de representação política entre os órgãos inerentes ao mundo da política oficial, seus profissionais da política e a população comum (MAGALHÃES, 2004). Deste modo, ao designarmos o afastamento das camadas populares, temos em mente apontar para comportamentos comumente assumidos pelas mesmas, voluntária ou involuntariamente (como o constante não comparecimento às eleições), que exemplificam a conturbada relação que possuíam com a institucionalidade republicana e seus representantes, mas que de forma alguma devem ser tomados em caráter totalizador.

Seguramente houve as mais diferentes recepções à inauguração do inédito regime republicano assim como em relação às feições oligárquicas que este tomara quando já estabelecida a sua consolidação, sendo interessante notar que mesmos segmentos sociais díspares como as classes trabalhadoras e a intelectualidade nacional, mais precisamente aquela adepta da causa republicana, esboçaram similarmente expectativas bastante positivas ante o processo de instalação da nova institucionalidade que regeria o país em pleno alvorecer do século XX. Segundo Cláudio Batalha, em meio às parcelas do operariado, o advento da República inicialmente suscitara grande esperança, sobretudo pela conquista de direitos políticos e sociais (BATALHA In: DELGADO; OLIVEIRA, 2003, p.173), e de acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, houve também notório entusiasmo inicial em boa parte dos círculos intelectuais da época, acompanhado inclusive de pretensões de ingerência sobre a República recém-edificada (MELLO, 2011, p.131-132). Todavia, processos intrínsecos à estabilização da República brasileira, tais como a implantação da “política dos governadores” por Campos Sales, que apenas veio a ratificar a oligarquização do regime e a “obstrução” de grande parte dos canais de participação política da sociedade civil, trouxeram grande

---

<sup>12</sup> Tal noção emergiu no Brasil com maior evidência ainda no período monárquico, mais precisamente, no contexto do pós-Abolição quando efervesciam os debates parlamentares a respeito das possibilidades de repressão à ociosidade. Marcada por grande imprecisão, a ideia de classes perigosas, em linhas gerais, rotulava as camadas sociais menos favorecidas e o seu modo de vida como interligados ao mundo da periculosidade, dos vícios e da desordem (CHALHOUB, 1996, p.20).

frustração e desilusão a tais segmentos sociais que acabaram concentrando as suas lutas em espaços mais ou menos diferenciados: quanto às parcelas do proletariado, associações de trabalhadores e organizações partidárias constituem alguns exemplos de espaços nos quais houve importante desenvolvimento de suas lutas e reivindicações; no caso dos intelectuais, a imprensa fora um privilegiado meio para a realização de suas críticas e oposição, sobretudo aos clãs oligárquicos que então apenas indicavam o início de seu predomínio político no período republicano. José Murilo de Carvalho chegou a fornecer breve panorama a respeito das convergentes recepções e percepções de alguns grupos sociais diante do intrincado processo de afirmação da República no país, que tivera o seu “encanto” logo quebrado pelo autoritarismo de seus dois primeiros governos militares:

A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. (CARVALHO, 1987, p. 37)

As principais nuances históricas inerentes ao golpe de Estado de 1889 e ao complexo processo de consolidação daquela República que seria rapidamente controlada pelos clãs oligárquicos, mais precisa e claramente a partir do mandato presidencial de Prudente de Morais (1894 - 1898), foram ativamente experimentadas pelo cronista Olavo Bilac que por diversas vezes evidenciou através de seus escritos o seu aguçado olhar perante inúmeros momentos e processos decisivos àquele Brasil que só havia conhecido até então a monarquia como sistema de governo. Mesmo que relativamente “desencantado” com os rumos que a República havia tomado, sobretudo no decorrer do mandato do marechal Floriano Peixoto, Olavo Bilac constituiu-se enquanto exemplo de intelectual que não deixou em momento algum a sua posição de engajamento em favor tanto do aperfeiçoamento do inédito regime como da modernização social que vislumbrava para o país justamente sob a República pela qual militara em sua juventude. Deste modo, temos conosco que o poeta-jornalista certamente vivenciou de maneira intensa esta dinâmica histórica que inicialmente trouxe ventos de euforia a boa parte dos segmentos trabalhadores, intelectuais e políticos da sociedade brasileira, mas que logo se desfizeram conforme se dera a concretização tanto

do autoritarismo de seus dois primeiros governos militares como da hegemonia política das poderosas oligarquias agroexportadoras.

Portanto, é basilar compreender o posicionamento e a trajetória intelectual de Olavo Bilac, bem como as suas variações ao longo do tempo, como envoltos e em constante interação com as nuances do referido contexto histórico, este seguramente repleto de avanços e retrocessos e constante “alvo” das instantâneas reflexões do jornalista que, ao mesmo tempo em que se mostrou plenamente a favor da República e contrário ao “atrasado” e “autoritário” regime imperial, jamais deixara de exercer as críticas que julgou merecidas àquele sistema de governo republicano, aos seus olhos, ainda sob intenso e complexo processo de aperfeiçoamento, mais precisamente debaixo das “asas” do progresso que supostamente atravessava o mundo ocidental.

Julgamos de fundamental importância analisar a perspectiva do jornalista Olavo Bilac a respeito da inédita República brasileira, principalmente porque nos permitirá contribuir para uma melhor composição de seu pensamento político, a partir de um olhar diferenciado para os complexos posicionamentos que adotou em relação ao referido regime no decorrer de sua extensa carreira jornalística. Valiosamente nos será possível fazê-lo a partir de análises cronísticas que produzira em meio ao turbilhão de acontecimentos inerentes ao processo mais amplo de consolidação político-institucional da nova ordem republicana, constando dentre eles, revoltas populares, escândalos políticos, polêmicos projetos governamentais, intrincadas disputas partidárias, pactos oligárquicos, entre outros mais. Nesse sentido, pretendemos trabalhar em cima das diferentes representações veiculadas pelo autor sobre o nascente regime, tendo em vista especialmente apreender os seus diversos sentidos e significados em termos políticos, sobretudo em relação à modernização que vislumbrava para o país, e identificar as variadas determinações e influências que sofreram em meio àquele contexto histórico que lentamente consolidava não somente a nova institucionalidade republicana, mas também o complexo fenômeno da modernidade, inexoravelmente ligado à lenta ascensão do capitalismo no Brasil.

Certos de que a vivência que o jornalista tivera deste contexto de “virada” político-institucional fora essencial para a profundidade de sua produção cronística que abarcou muitas das nuances intrínsecas aos processos de instalação e afirmação da República brasileira, inicialmente gostaríamos de destacar duas crônicas de sua autoria, detentoras de conteúdos bastante semelhantes e que trataram justamente dos momentos que compuseram o “nascimento” do inédito sistema de governo republicano. Uma foi

publicada no periódico carioca a *Gazeta de Notícias* e a outra no antiquíssimo *Correio Paulistano*.

Em primeiro lugar, nos debrucemos sobre aquela que fora publicada no jornal paulistano. “Dia ardentíssimo”, esta foi a representação inicial que nosso autor nos deixou em crônica que publicou em edição do *Correio Paulistano* do ano de 1907, sobre os movimentos que concretizaram o golpe republicano no dia 15 de novembro de 1889 na cidade do Rio de Janeiro. Na crônica datada do aniversário da proclamação da República, Olavo Bilac procurou descrever com detalhes, alguns marcantes momentos que compuseram a histórica deposição da monarquia de Dom Pedro II, ressaltando, por exemplo, o episódio da famosa invasão à Intendência municipal, do qual havia participado ativamente, e quem esteve presente nestes primeiros e intensos instantes, nos quais ainda não havia ocorrido, por parte dos líderes militares, qualquer manifestação oficial de instituição da República. O cronista chegou a destacar que o novo regime só havia sido proclamado na madrugada do dia 16, descrevendo o momento de espera pelo anúncio oficial de sua implantação, como muito aguardado por uma imensa multidão que ouviria Benjamim Constant dizer da janela da casa de Deodoro da Fonseca, que seria o povo quem escolheria a nova forma de governo do país. Em seguida, afirmara Olavo Bilac que em resposta à fala do militar, seu amigo republicano Aníbal Falcão puxara um grito de “já escolheu!”, que acabou sendo seguido por sonoros “vivas” então repetidos pelos presentes por cinco minutos.

Em termos gerais, gostaríamos de ressaltar da crônica em questão justamente o sentido atribuído por Bilac ao golpe republicano e a tendenciosidade presente no relato que elaborou a respeito do mesmo, então descrito em tons de glória e dramaticidade e como acompanhado de perto por significativas parcelas da supostamente entusiasmada população carioca. Aquele já distante dia quinze de novembro, dito intenso e caloroso, foi claramente abordado sob um ponto de vista bastante pessoal e minimamente influenciado pelo momento de comemoração do aniversário da Proclamação daquele ano de 1907. Algumas palavras mais do próprio cronista, já passados dezoito anos do acontecimento histórico do qual havia participado, são importantes para compreendermos um pouco mais de sua ótica bastante positiva e entusiasmada em relação à ascensão do primeiro regime republicano da história do Brasil:

Lendo hoje o programa dessas festas, deixei-me ficar algum tempo a reconstruir, na memória, todas as horas vibrantes daquele ardente 15 de novembro de 1889. Dia ardentíssimo! fazia um calor...

revolucionário! [...] À noite, quando o povo se aglomerou à porta da casinha modesta, em que morava Deodoro, na Praça da Aclamação, ainda o Governo Provisório pensava em “consultar a Nação sobre a forma de governo”. A República Federativa só começou a existir na madrugada de 16. [...] durante cinco minutos, os ‘vivas’ à República retumbaram no ar... [...] Quando saímos dali, passamos pelo Corpo de Bombeiros [...] E um oficial, cujo nome esqueci, teve à passagem da multidão, um belo gesto e um belo grito: mandou a força apresentar armas ao povo. Isto contado assim, depois de tantos anos, pode parecer frio e incolor... Mas naquele momento de excitação, foi uma coisa épica! a massa popular delirou, e seguiu a acordar toda a cidade, numa vozeria ensurdecadora... Grande dia, dia de extremo entusiasmo e de ardente loucura! (*Cor Pau* BILAC, 15/11/1907)

A descrição feita pelo jornalista carioca da virada do dia 15 para o dia 16 de novembro, certamente detém alguma verossimilhança com o ocorrido, afinal, o próprio Olavo Bilac havia participado dos primeiros momentos de “vida” da República, desde a invasão à Intendência até a madrugada do dia seguinte quando acabou escutando de um velho conhecido que tal acontecimento era apenas “fogo de palha”. Todavia, alguns pontos, a nosso ver, devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a ênfase dada pelo cronista Bilac à presença popular nas ruas da cidade carioca quando do golpe. Temos conosco que é nítida a intenção do autor de representar aquele momento de brusca virada política e institucional, então executado por lideranças militares, como um evento ansiosamente aguardado por grande parte da população local que também teria se colocado a acompanhar de perto o seu desenrolar. Nas palavras do autor, o “entusiasmo” seria o sentimento mais difundido na caminhada daquela “massa delirante” que teria comemorado bastante o fim da monarquia de Pedro II. Entretanto, ainda que possamos atribuir alguma dose de verossimilhança ao relato de nosso cronista, é forçoso notarmos certo exagero e demasiada coerência na descrição que fizera destes momentos do golpe republicano, uma vez que suas lembranças sutilmente indicavam ao público-leitor a chegada da República no Brasil com ampla participação popular, o que, como vimos, é amplamente rechaçado pelo campo historiográfico especializado: segundo José Murilo de Carvalho, “Não houve tomadas de bastilhas, marchas sobre Versalhes nem ações heroicas. O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este militar ou civil, fosse de Deodoro, Benjamim ou Quintino Bocaiúva.” (CARVALHO, 1990, p.53).

Por outro lado, vale destacar que também havia certa contradição relativamente nítida no relato de nosso autor, que em boa parte “minava” a sua descrição acerca da

população local como excitada perante o evento da Proclamação. Assim, observando a crônica publicada no *Correio Paulistano* em sua totalidade, é plenamente possível constatar que linhas antes da descrição de tom heroico sobre o golpe, já constava dada afirmação do jornalista que apontava para um histórico desapego da população carioca em relação à data comemorativa de 15 de novembro, pois, “Pela primeira vez, será festejada, no Rio, com algum entusiasmo, a data da proclamação” (*Cor Pau* BILAC, 15/11/1907). Portanto, ao mesmo tempo em que a população era representada como entusiasmada e numerosamente presente ante o processo de deposição da monarquia de Pedro II, de maneira contraditória era também vista pelo autor como historicamente distante das comemorações relativas a tal momento histórico.

A partir destas primeiras impressões e memórias de Olavo Bilac em relação a alguns dos momentos que compuseram o golpe militar de novembro de 1889, supostamente geradores de um êxtase coletivo pelo fim da monarquia, ainda nos seria possível apontar para outro ponto importante presente em seu relato, mais uma vez demonstrando uma excessiva coerência de sua parte ao descrever em crônica o referido evento histórico, sendo ele, a concessão de um destacado papel às lideranças republicanas civis. Detentores de papel reduzido no transcorrer da Proclamação, os republicanos civis foram avisados dos planos golpistas apenas quatro dias antes de seu desfecho, porém, na crônica de Olavo Bilac era notório o destaque concedido aos feitos de suas lideranças, ao mesmo tempo em que o papel fundamental então exercido pelos militares aparecia concentrado nas menções a Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant. Obviamente que o relato bilaquiano acabou assumindo tal feição em parte devido ao fato de que o autor experimentou os últimos momentos da campanha republicana e a Proclamação propriamente dita, justamente ao lado dos civis, contudo, deve-se destacar, ainda que em termos gerais, que o seu olhar perante tal momento, demonstrou convergir em grande parte com a interpretação histórica da Proclamação comumente propagada pelo grupo dos republicanos históricos, uma vez que “a afirmação do papel dos históricos era, portanto, importante para garantir a posição dos civis na proclamação e a perspectiva liberal da República”, embora fosse “impossível negar o aspecto militar do evento e o caráter inesperado de sua eclosão” (CARVALHO, 1990, p.51).

Enfim, apesar do enorme apreço por Deodoro da Fonseca, sobretudo pela liderança que tivera na deposição da monarquia, Olavo Bilac sutilmente representou ao leitor de sua crônica aquele golpe republicano como uma “realização” muito ansiada por

grande parte da população e em boa parte devida aos republicanos civis, sobretudo aos chamados “históricos”, afinal, “Nunca esquecerei, em cem anos que viva, os colarinhos empastados, os lenços ensopados, as faces inundadas, com que Trovão, Silva Jardim, Aníbal Falcão, Mallet e cem outros invadiram o salão nobre da Intendência Municipal, ao meio-dia...” (*Cor Pau BILAC*, 15/11/1907). O papel dos militares, como o jornalista nos permite depreender, então concentrava-se no heroísmo de Deodoro e na disposição de Benjamim Constant de ouvir a massa dita “delirante”. De qualquer maneira, é importante que tenhamos em mente que “os republicanos civis apareceram no fundo da cena, como atores coadjuvantes, figurantes, encarregados da pirotecnia” (CARVALHO, 1990, p.52). Por outro lado, ainda a reforçar o nosso ponto de vista, enfatizamos que tais lembranças foram dispostas na crônica de modo semelhante a um relato autobiográfico, gênero no qual muitas vezes podem ser observadas construções de sentido dadas *a posteriori* e que emprestam a momentos passados, outras coerências e significados comumente ligados a interesses de períodos posteriores. Assim, temos conosco a clara possibilidade de que a descrição de Olavo Bilac acerca do golpe, ao ressaltar, por exemplo, a participação de segmentos republicanos civis e a excitação popular com o episódio, possa ter sido em boa parte determinada pelos interesses políticos e ideológicos inerentes ao espaço profissional a partir do qual a produziu, ou seja, das oficinas do órgão oficial do PRP, o *Correio Paulistano*. Talvez houvesse ali também o simples intento do autor de destacar uma data comemorativa que então percebia como pouco festejada naquela curta “vida” da República brasileira, porém, a sua dedicação a um espaço profissional oficialmente ligado ao partido representante de boa parte dos clãs oligárquicos paulistas, não deve ser desprezada enquanto possível fator determinante no processo de produção da mencionada crônica que tratou do evento da Proclamação de maneira a supervalorizar a presença de segmentos civis, pondo em detrimento o crucial papel então exercido pelas lideranças militares.

E um outro ponto ainda diz respeito ao significado político dado por Olavo Bilac à inauguração da República no Brasil, bastante evidente tanto na citação acima destacada como no desfecho que elaborou, no qual descrevia o raiar do dia seguinte em meio às previsões pessimistas de um conhecido que jurava ser o golpe apenas mais uma “bernarda indigna” a ser reprimida pelas tropas imperiais. Neste final podemos perceber ainda mais claramente que Olavo Bilac considerava o golpe que impôs ao país um novo regime, uma “revolução” na sua vida política, ou seja, uma “revolução” fundamental à evolução política do Brasil rumo à modernidade dos moldes liberais hegemônicos nos

mundos europeu e norte-americano. No desfecho da narrativa, o autor, ao tratar da noite do dia 15 para o dia 16, talvez sem maiores intenções, acabou por evidenciar um pouco mais da acepção que dava ao golpe militar que testemunhara do início ao fim, dando plenas amostras de que a instalação da República no Brasil era, a seu ver, ao mesmo tempo superação e ruptura em relação aos “atrasados” tempos monárquicos, sobretudo em termos políticos e institucionais:

Pardal Mallet e eu separamo-nos da multidão delirante, que continuava a percorrer as ruas, e fomos almoçar, jantar e cear ao mesmo tempo. [...] Enfim, depois de muito procurar, sempre encontramos comida em uma casa de pasto da rua da Constituição. E lá descobrimos um conhecido, cujo nome não quero citar. Estava indignado! Achava a revolução uma “bernarda indigna”. E disse-nos: - “Felizmente, isto é fogo de palha! Amanhã, assim que o Imperador descer de Petrópolis, estes soldados insubordinados serão punidos, a canalha será corrida a pata de cavalo, e terá fim esta farsa abominável!...” (*Cor Pau* BILAC, 15/11/1907)

Portanto, devidamente apreendido, a partir dos trechos destacados, que aos olhos do republicano Olavo Bilac seria a República não uma “bernarda indigna”, liderada por um bando de “soldados insubordinados”, mas sim um movimento de caráter revolucionário e parte fundamental da modernização que vislumbrava para o país, mais precisamente em âmbito político-institucional, ainda gostaríamos de ressaltar, a título de ratificação em relação a tal perspectiva, a grande importância que nosso autor demonstrou conceder à liderança exercida por Deodoro da Fonseca frente ao movimento militar de 1889, apesar do grande apreço que possuía pelas lideranças republicanas civis. Tal valorização da parte de Olavo Bilac em relação à figura do velho Deodoro se revelou na crônica em questão através da atribuição de contornos de heroísmo e sacrifício pessoal à sua atuação durante os acontecimentos da Proclamação, sobretudo porque o marechal então sofria de séria crise de dispnéia. Nesse sentido, entendemos que tal representação que o jornalista Bilac fizera de Deodoro, nos permite compreender ainda mais o viés revolucionário que atribuiu ao nascimento daquela República de origens marcadamente militares, valendo destacar inclusive que nosso autor tivera enorme simpatia pelo marechal ao ponto de ter se envolvido em um levante a seu favor em abril do ano de 1892. Contudo, fato é que o cronista Olavo Bilac soube inserir harmoniosamente a figura do bravo Deodoro em meio à sua laudatória visão a respeito da Proclamação da República enquanto revolução fundamental ao Brasil,

principalmente ao omitir a conhecida inclinação do velho marechal pela monarquia e pelo imperador Dom Pedro II:

O velho soldado ansiava, ofegava, arquejava, numa crise de moléstia que o devia matar. Não podia falar: respondia às aclamações com a mão espalmada, batendo o ar. E o seu olhar brilhava lá em cima, na meia escuridão da janela, brilhava de febre, de orgulho, de entusiasmo... e de sofrimento. O nobre leão já tinha os seus dias contados: espreitava-o a Morte, naquela noite decisiva para sua vida gloriosa. (*Cor Pau BILAC*, 15/11/1907)

O outro registro cronístico de nosso autor foi publicado na popularíssima *Gazeta de Notícias* e nele então fora veiculado conteúdo muito semelhante ao citado anteriormente, o que a nosso ver, até certo ponto reforça a verossimilhança da narrativa bilaquiana acerca dos intensos momentos do dia 15 de novembro. Na “Gazeta” o jornalista Bilac novamente trazia à tona as suas lembranças sobre o referido acontecimento histórico, porém, desta vez impulsionado por uma iminente sanção do presidente Rodrigues Alves quanto a uma resolução legislativa que iria autorizar a desapropriação da antiga casa do marechal Deodoro da Fonseca.

Para descrever o golpe, Olavo Bilac então retomou quase os mesmos momentos que havia destacado na crônica publicada no *Correio paulistano*, abordando mais uma vez a presença das lideranças republicanas civis - Lopes Trovão, Silva Jardim, Aníbal Falcão e Pardal Mallet -, a importância da invasão à Câmara municipal, então liderada por José do Patrocínio, o caminho percorrido no centro da cidade pelas massas supostamente envolvidas na Proclamação, e finalmente, o momento de aglomeração popular em frente à casa de Deodoro da Fonseca, onde ocorreram os vivas à República e se encontravam os ditos “chefes da revolução”: o próprio Deodoro, Constant e Bocaiúva. Naquela *Gazeta de Notícias* novamente o autor se colocou a explicitar a sua convicção de que o movimento militar que depôs Dom Pedro II havia sido sim uma “revolução vitoriosa”, ocorrida em meio à “multidão [que] burburinhava: era um mar agitado, tempestuoso, ondulando a perder de vista...” (*Gaz Not BILAC*, 8/1/1905). Contudo, no decorrer do texto o cronista não somente voltou a se remeter aos acontecimentos da Proclamação como acompanhados de perto pela extasiada população do Rio de Janeiro, mas desta vez incluiu algumas observações pessoais sobre os intensos trabalhos desenvolvidos pela imprensa local para noticiar os acontecimentos então em curso: “O dia, para os jornalistas, fora trabalhoso e rude. O calor fora cruel. Ao cair da tarde, na sala da *Cidade do Rio*, eu estava extenuado por doze horas de

trabalho contínuo”. (*Gaz Not*, BILAC, 8/1/1905). Por outro lado, Olavo Bilac não deixou de novamente louvar em termos de dramaticidade, a liderança exercida pelo marechal Deodoro da Fonseca, então representado enquanto “grande soldado”, que mesmo enfermo, ainda se pôs a comandar o golpe militar republicano e a saudar as massas então às portas de sua casa:

Para dirigir o movimento, Deodoro tivera de realizar milagres de energia, de heroísmo físico e moral; e, agora, tomado de dispneia, o marechal sofria tanto, que muitos dos que o cercavam pensaram vê-lo morto antes da ultimização do trabalho [...]. Deodoro, muito pálido, agitava as mãos no ar, agradecendo as ovações. E nunca mais esquecerei o aspecto da figura do grande soldado, naquela noite, com o peito num arquejo que parecia querer romper a farda abotoada, a boca aberta pedindo ar, a bela face de leão demudada pelo sofrimento, e a clara barba oscilando, subindo e descendo, ao esforço do ofego... (*Gaz Not* BILAC, 8/1/1905).

Em suma, tal como na crônica que publicou no periódico paulistano, o poeta-jornalista Olavo Bilac novamente construíra uma representação bastante positiva e através de feições heroicas a respeito dos movimentos militares que concretizaram a instalação da República no país, em suas palavras, uma “jornada revolucionária” que teve como seus líderes os “chefes da revolução” (*Gaz Not* BILAC, 8/1/1905).

E com base nas linhas que esboçamos até aqui, já podemos a esta altura constatar que as referências feitas por Olavo Bilac ao golpe republicano, além de bastante entusiásticas, elogiosas e permeadas por tons de heroicidade, procuraram representá-lo principalmente como uma ruptura fundamental na vida política do país, ou mais especificamente, como uma “revolução” que havia livrado o Brasil da “letargia” imperial na efetivação de reformas modernizadoras e que atendeu aos anseios de grande parte de nossa população que, segundo o próprio cronista, com certo exagero, não permitiu nem o discurso do militar Benjamim Constant, uma vez que delirantemente festejava a República recém-inaugurada.

Contudo, para além desta noção geral em relação à perspectiva do autor sobre a inauguração do inédito regime político, ainda cabem algumas observações mais detidas a respeito das representações veiculadas pelo próprio nas crônicas de conteúdo bastante semelhante que publicou no *Correio Paulistano* e na *Gazeta de Notícias*. Inicialmente, julgamos fundamental atentar para o perfil de ambos os meios de comunicação através dos quais Bilac propagou a sua perspectiva bastante positiva sobre o golpe de 1889.

Queremos dizer que, levar em conta os perfis de tais jornais, é importante para melhor lidar com a possibilidade de que suas reflexões e opiniões, em maior ou menor medida, tenham sofrido interferências advindas de “exigências” exteriores à sua inventividade e pensamento político, em outras palavras, que tenham procurado mais atender aos “limites” políticos e ideológicos próprios aos espaços profissionais nos quais atuou do que em fazer constar a sua real perspectiva a respeito de determinado assunto, neste caso, as nuances do processo de instalação da República no Brasil. O contexto histórico da Primeira República foi bastante marcado por inúmeros ataques à liberdade de imprensa e contou com diversos periódicos a serviço de interesses oligárquicos e governamentais. Portanto, cientes quanto à conturbada realidade do mundo jornalístico da época, interpretamos como extremamente legítimo levantar tal perspectiva para uma melhor composição do processo de produção intelectual do cronista Olavo Bilac.

Tanto a *Gazeta de Notícias* como o *Correio paulistano* possuíram linhas editoriais histórica e marcadamente republicanas, mostrando-se mais ou menos explicitamente comprometidos com a nova institucionalidade estabelecida em 1889, embora não possamos definir os seus quadros profissionais como homogeneamente republicanos. No caso da “Gazeta”, jornal bastante popular em seu tempo, com altas tiragens, preços acessíveis e um dos primeiros a preencher suas oficinas com reconhecidos nomes do mundo literário, deve-se levar em conta que, embora tenha sido um dos pioneiros a adotar um perfil de pretensa neutralidade jornalística, fora ele durante anos chefiado pelo republicano assumido Ferreira de Araújo, que possuía colunas diárias em suas páginas, recheadas de críticas e sátiras a respeito da monarquia e do imperador, e chegou a contar entre seus colaboradores com vários nomes de grande notoriedade e posicionamento político favorável ao novo regime, tais como o próprio Olavo Bilac, o romancista Coelho Neto, o radical Silva Jardim, entre outros. O *Correio Paulistano* talvez expresse melhor o motivo de nossa ressalva quanto a possíveis determinações ou “mediações” exteriores à produção intelectual bilaquiana, pois, apesar de criado ainda no Império, da independência jornalística que chegou a propagar como seu lema e das inúmeras modificações que sofreu em seu posicionamento político por conta dos diversos proprietários que tivera, após 1890 o jornal estabeleceu-se definitivamente enquanto órgão oficial do Partido Republicano Paulista. O “Correio” chegou a defender a proclamação da República e a abolição da escravatura tal como Olavo Bilac e contou com nomes importantes ligados ao PRP, dentre eles constando o modernista Menotti Del Picchia e o nacionalista Plínio Salgado.

Ao levantar tais observações visamos não nos permitir tomar ingenuamente as impressões e caracterizações feitas por nosso jornalista em ambos os periódicos, afinal, embora consideremos válida a proposição de que a sua produção cronística expressou sim o seu pensamento político, em tempos de uma República dominada por diversas oligarquias, de jornais e revistas altamente tendenciosos e posicionamentos muitas vezes determinados pelos círculos políticos coevos, é importante que não tomemos seus escritos jornalísticos enquanto límpidos e transparentes indícios daquilo que realmente pensou acerca da chegada do regime republicano no Brasil. A própria ênfase que Olavo Bilac concedeu ao papel das lideranças republicanas civis nas descrições que fizera da Proclamação, pode ser apreendida enquanto reflexo tanto do contexto político que vivia, ou seja, uma conjuntura de estabilidade do domínio político oligárquico, como dos limites inerentes aos espaços profissionais nos quais se encontrava inserido: a exaltação dos traços militares, autoritários e centralizadores que tivera a República nos seus dois primeiros governos, certamente não se alinharia aos perfis do *Correio Paulistano*, filiado às oligarquias paulistas de tendências políticas descentralizadoras, e da *Gazeta de Notícias*, folha de ardorosa defesa da liberdade jornalística (BARBOSA, 2000, p.45-46). Ao escrever sobre a publicação das Atas do Governo Provisório, então realizada pela Imprensa Nacional, o próprio Olavo Bilac atestou em crônica como problemático o autoritarismo reinante neste período histórico presidido por Deodoro da Fonseca, a despeito da grande simpatia que tinha pelo velho marechal:

Aquela revolução, nascida das entranhas e criada nos peitos da imprensa, aproveitou logo os primeiros dentes para morder o seio que a amamentava, e serviu-se logo da primeira força muscular para esmurrar o ventre do qual saíra. Aquele governo, filho da imprensa, tinha uma ideia fixa: matar, ou ao menos, amordaçar a imprensa [...]. Deodoro lia todos os jornais; quando neles achava alguma agressão ao seu governo, ficava sufocado de ira. E, assim que se abria a sessão do conselho de ministros, o ditador insinuava, mostrava, aconselhava, impunha a necessidade de repressão. (*Gaz Not BILAC*, 8/12/1907)

Enfim, nem de longe se constitui nossa pretensão questionar o engajamento e posicionamento político do cronista Olavo Bilac enquanto publicamente alinhados à causa da República, uma vez que são nítidos, a partir dos conteúdos das crônicas analisadas, e consensuais a diversos estudos históricos voltados ao tratamento de sua trajetória intelectual. Apenas levantamos os perfis de ambos os jornais como possíveis “agentes influenciadores” sobre o seu processo de produção intelectual, e

consequentemente, sobre os conteúdos das crônicas anteriormente destacadas, por termos em mente que tais periódicos eram, simultaneamente, detentores de perfil empresarial e mais ou menos próximos a grupos políticos e dirigentes coevos, realidade esta que, a nosso ver, nos autoriza a observar os mais variados conteúdos veiculados em suas páginas como possivelmente vinculados a interesses governamentais, partidários, financeiros, entre outros mais.

Em segundo lugar, inevitavelmente temos de observar os conteúdos expressos em ambas as crônicas como em grande parte determinados pelas experiências inerentes às militâncias republicana e abolicionista que Olavo Bilac tivera em sua juventude. Levar em conta este ponto de sua trajetória revela-se fundamental para compreendermos ainda melhor o entusiasmo contido em seus escritos sobre aquelas intensas horas que vivenciou em meados de novembro de 1889, e que se mostrou relativamente nítido na descrição dos trabalhos que desenvolveu nas oficinas do jornal *Cidade do Rio* a fim de noticiar os acontecimentos então em curso. Naquele dia, saíam ao todo três edições da folha de José do Patrocínio, das quais o jovem republicano Olavo Bilac participava ativamente e em constante contato com nomes importantíssimos ao movimento republicano civil: “A sala de redação estava cheia de gente que entrava, demorava-se um pouco, cercando Patrocínio, e saía, para dar lugar a outra onda humana. Foi a essa hora que entrou na sala da *Cidade do Rio*, [...] o nervoso e vibrante Aníbal Falcão.” (*Gaz Not BILAC*, 8/1/1905). Como afirmamos anteriormente, Bilac deixou à posteridade poucos vestígios mais específicos a respeito de sua militância republicana<sup>13</sup>, porém, hoje sabemos que chegou a atuar neste período colaborando em periódicos como *A Semana*, *Vida Semanária*, *Novidades*, *Cidade do Rio* e *Diário Mercantil*, e que durante os seus conturbados anos da faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, já havia publicamente se assumido enquanto republicano, inclusive em cerimônias como a descrita por um de seus principais biógrafos, datada de 10 de junho de 1883. Ademais, segundo Raymundo Magalhães, o então jovem aluno e aspirante a poeta Olavo Bilac, os outros estudantes presentes e até seus professores também eram abolicionistas:

Na coleção da *Gazeta Acadêmica*, [...] encontramos as primeiras manifestações do republicanismo de Bilac, na notícia de uma festa de conagração estudantil, realizada no Jardim Botânico a 10 de junho

---

<sup>13</sup> Segundo Raymundo Magalhães: “Em nenhum de seus livros, com tantas páginas autobiográficas, o poeta da Via-Láctea fixou o papel por ele próprio exercido, como homem de imprensa e como cidadão, nos acontecimentos de 15 de novembro”. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.122).

de 1883. Diz tal notícia que ele aí desferira “um canto guerreiro, saudando a futura República Federal Brasileira”. Houve também homenagens, por parte de outros estudantes, a vários escritores – Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Lúcio de Mendonça e Raul Pompéia – bem como a José do Patrocínio e aos libertadores de escravos do Ceará, durante o almoço, “regado com vinhos saborosos”. Os estudantes de medicina – e até professores – eram abolicionistas, tendo fundado a sociedade antiescravista *Libertadora Acadêmica*. (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.27)

Nesse sentido, constatada a precoce inclinação de nosso autor pelo republicanismo, afinal, tinha apenas 17 anos quando professara o seu “canto guerreiro”, entendemos como fundamental “abraçar” as suas militâncias republicana e abolicionista enquanto mais um importante fator na composição de sua escrita cronística, então ao mesmo tempo bastante nostálgica e efusiva em relação ao golpe de Estado que dera origem à sonhada República brasileira: ressaltamos as duas campanhas, uma vez que, do ponto de vista do jornalista Olavo Bilac, ambas eram interdependentes, tal como interpretara grande parte dos integrantes da geração 1870, e, embora estes se dividissem quanto à prioridade na sua concretização, nosso autor nos deixou algumas linhas na sua extensa produção cronística, indicando que a “obra” da abolição da escravidão teria precedência em relação à República. Ao referir-se à sua participação na luta abolicionista, já perto do final de sua carreira jornalística, Olavo Bilac ratificou esta perspectiva ao demonstrar o apreço que tinha para com aquele momento de sua trajetória paralelamente dedicado à causa republicana: “Nunca mais haverá campanha como a do abolicionismo no Brasil. Feita a abolição, e feita a República, que era a sua consequência lógica e fatal, - que outra causa, tão bela e tão nobre, ainda pode tentar as almas jovens?” (*Cor Pau* BILAC, 15/5/1908)

Em terceiro lugar, a nosso ver as observações tecidas pelo cronista Olavo Bilac sobre a República e sua implantação, seriam também em parte resultantes e ao mesmo tempo indícios, não tão evidentes, das estreitas relações que as principais instâncias consagradoras próprias ao campo intelectual da época, então mantinham com a ordem republicana, ou seja, temos conosco que as representações elaboradas pelo jornalista refletiram, ainda que implicitamente, o comprometimento que importantes agentes consagradores, como a Academia Brasileira de Letras e boa parte da grande imprensa, então possuíam com o poder político estabelecido. Por exemplo, para os letrados deste contexto, compor os quadros da referida academia significava, em termos concretos, “ter o nome associado à principal entidade cultural do país, oficializada sob o

beneplácito do poder constituído já que a não-inserção do literato entre os acadêmicos podia redundar [...] num indesejável ostracismo artístico pela via da marginalização” (SILVA, 2007, p.73). Assim, tal situação, por sua vez, lhes exigia a contrapartida da defesa, tácita ou aberta, da ordem republicana, posto que “o autor acadêmico era considerado um elemento indispensável ao regime político e ao governo estabelecido, em oposição a outros atores do cenário artístico sem expressão reconhecida”. (SILVA, 2007, p.72).

Portanto, considerando o campo intelectual da Primeira República como ainda pouco autônomo em relação a influências exteriores, tais como aquelas advindas de agentes governamentais ou do campo político, entendemos que as suas instituições consagradoras, enquanto comprometidas, sobretudo com a institucionalidade republicana e forças políticas nela atuantes, direta ou indiretamente também contribuíram para uma maior ou menor conformação da produção intelectual de autores estabelecidos como Olavo Bilac, que seguramente não pudera gozar de total liberdade intelectual quando atuante em espaços profissionais como as oficinas do *Correio Paulistano*. Não seria difícil conceber a grande dificuldade ou os enormes embaraços que o jornalista carioca teria ao publicar nas páginas do “Correio”, críticas de maior contundência a atuações de profissionais da política diretamente ligados ao PRP ou a projetos concebidos pelo próprio partido paulista. Por outro lado, cabe lembrar, a título de contraste, que a escrita relativamente marginalizada do mulato Lima Barreto, pode ser tomada enquanto exemplo de produção intelectual que não fora tão condicionada ou influenciada pelo comprometimento dos principais agentes consagradores da época, traço este relativamente nítido na extensa obra do romancista carioca, que abertamente militou contra a República e suas oligarquias no decorrer de toda a sua trajetória intelectual, inspirando-se principalmente nas emergentes doutrinas socialistas e anarquistas.

Em verdade, nas entrelinhas das crônicas destacadas pode-se notar não somente a importância e licitude atribuídas por Olavo Bilac ao “revolucionário” golpe militar que depôs a monarquia de Dom Pedro II, mas também a sua disposição em difundir entre seu público-leitor, através da orientação social e política que sabia lhe ser possível exercer por meio da grande imprensa, uma perspectiva a respeito da República enquanto sistema de governo historicamente necessário ao progresso do país. Como vimos, o advento do regime republicano trouxe expectativas bastante positivas a diversos grupos sociais, desde as classes trabalhadoras até boa parte da intelectualidade nacional,

contudo, não é menos verdadeiro que o autoritarismo dos primeiros governos militares, os escândalos financeiros inerentes ao contexto de efetivação do Encilhamento e os efeitos decorrentes da descentralização política empreendida pelas oligarquias dominantes, resultaram num significativo afastamento de tais segmentos em relação àquele inédito sistema de governo que fora erigido acompanhado por discursos recheados de termos e conceitos como os de democracia, soberania popular, cidadania, progresso e ordem. E embora tenha aberto caminhos para novas experiências sociais, econômicas, políticas e culturais, a República também significou a manutenção de antigas mazelas de nossa sociedade, tais como os altos índices de analfabetismo popular, as manipulações e coerções em tempos de pleitos eleitorais, as constantes e mortais epidemias que tanto afetavam a capital federal, entre outras mais. Portanto, após os momentos iniciais de “vida” do regime republicano, o afastamento de diversos segmentos sociais em relação ao mesmo era nítido e chegou por inúmeras vezes a ser destacado pelo poeta-jornalista Olavo Bilac, mais ou menos explicitamente, como importante problemática a ser solucionada: as eleições da época foram constante motivo para uma abordagem mais preocupada e crítica do autor, que acertadamente enxergava no esvaziamento dos postos de votação, uma das facetas do referido distanciamento, porém, vale destacar que em suas análises, Olavo Bilac apontou ora a população, ora o poder estabelecido e seus grupos políticos, como os principais responsáveis pela problemática conjuntura política e social então vivida e pelo pouco apreço que dizia vigorar em relação ao fundamental direito de voto.

Assim, é envolta por este complexo contexto histórico que devemos compreender a orientação de cunho social e político que foi possível a Olavo Bilac exercer através de sua extensa produção jornalística, e a partir das crônicas anteriormente destacadas, pode-se dizer que o autor almejava mais precisamente, conquistar a adesão de significativas parcelas da sociedade civil, a seu ver, ainda distantes da nascente institucionalidade republicana, e nelas inculcar uma representação desta última enquanto legítima e necessária para o futuro de progresso do Brasil. As palavras que publicou expressando a sua vontade de ver os eleitores brasileiros presentes nas votações de inícios de 1898, demonstram relativamente bem o quanto era problemático aos seus olhos o referido afastamento popular, ainda que especificamente em relação ao que chamava de o “mais sagrado dos seus direitos”. Tamanha era a importância concedida à aproximação entre o cidadão e a institucionalidade republicana

que o jornalista Bilac chegou a afirmar que se um dia fosse nomeado ditador, que saberia “obrigar o povo carioca a exercer a soberania do voto”:

Veremos se, ainda desta vez, o eleitor, obrigado a escolher entre a terrina de canja e a urna eleitoral, opta pela primeira, e deixa-se ficar em casa, de perna alçada, sem ir dar expansão ao mais aborrecido e ao mais sagrado dos seus direitos. [...] Decididamente, no dia em que a minha Pátria, cansada de sofrer, me pusesse nas mãos o poder ditatorial e supremo, eu saberia obrigar o povo carioca a exercer a soberania do seu voto: soltaria, pelas ruas, nos dias de eleição, algumas dezenas de capoeiras de navalha aberta, e ressuscitaria os belos tempos do famigerado Duque Estrada Teixeira. Talvez a ideia do perigo espertasse nas almas dos cidadãos o zelo eleitoral... (*OEstSP BILAC*, 28/2/1898)

Para se ter uma melhor ideia quanto ao alcance da perspectiva que o jornalista Bilac pretendia difundir entre seu público-leitor, a fim de contribuir para a consolidação do nascente regime republicano, levamos em conta as observações do sociólogo Pierre Bourdieu acerca do conceito de campo intelectual, que nos permitiram perceber que a sua privilegiada posição no referido campo e o capital simbólico que possuía enquanto resultante da consagração imposta pelas principais instituições culturalmente legitimadoras da época, tais como a já citada Academia Brasileira de Letras e a importantíssima *Gazeta de Notícias*, seguramente foram fatores determinantes para uma eficaz e significativa difusão de suas ideias a respeito da inédita República brasileira. Por outro lado, também pode-se ter uma noção ainda melhor da expansão que a perspectiva bilaquiana tivera, se compararmos as expressivas capacidades de persuasão e divulgação então possuídas pelo autor, devidas justamente à sua privilegiada posição no meio intelectual, com aquelas possuídas por nomes marginalizados ou ainda não reconhecidos pelas instâncias consagradoras daquele contexto histórico. Em termos concretos, Olavo Bilac, enquanto letrado de renome, contava com recursos sociais de publicização, ou seja, a grande imprensa da época, com enorme potencial de contribuição para a orientação social e política que exerceu em favor da legitimação da República brasileira. Este ramo privilegiado do jornalismo, embora jamais em sua totalidade, possuía ao mesmo tempo grande capacidade de publicização de suas ideias, posicionamento em grande parte favorável à manutenção da ordem republicana e significativo poder de influência social e política, devido principalmente ao abrigo que comumente concedeu a renomados homens de letras e

ciência, o que contribuiu bastante para a sua credibilidade ante o seu público-leitor. Periódicos como a *Gazeta de Notícias*, *Kosmos*, *A Notícia* e o *Correio Paulistano*, nos quais Bilac atuou durante anos a fio, são exemplos claros de publicações de grande porte e que possuíram presença destacada e persuasiva no cotidiano das cidades nas quais circulavam, a despeito de serem mais ou menos voltadas para o consumo das classes populares.

Aos olhos de nosso autor, ainda que tivesse sido garantida por grupos militares em grande parte possuidores de tendências centralizadoras, autoritárias e positivistas, a implantação da República havia sido certamente um enorme avanço para o país em termos político-institucionais, pois, afigurava-se como o regime político moderno por excelência, a exemplo da democracia norte-americana (*ABruxa BILAC*, 21/2/1896), e principalmente pelo fato de ter “eliminado” a hereditariedade que regia a “caduca” monarquia brasileira, adotando a eletividade como princípio básico da sucessão de seus governos. Para Olavo Bilac, como podemos depreender, enquanto sistema de governo comprometido com as filosofias e conceitos em voga na virada do século, como os já citados anteriormente, era a República o arcabouço institucional mais adequado e o mais “compatível” com os seus planos de instalação da era de modernidade e civilização no Brasil.

Deste modo, a nosso ver é extremamente válido perceber as impressões bastante positivas e elogiosas de Olavo Bilac a respeito da institucionalidade republicana e do golpe que a implantou, não somente como indicadoras de que realmente os interpretava enquanto parte de um processo histórico fundamental ao país, pois política e institucionalmente modernizante, mas também como claros indícios de que seu engajamento visava à difusão, para um público o mais amplo possível, de representações que ratificassem a República brasileira enquanto regime político legítimo e historicamente necessário à garantia do futuro de prosperidade e modernidade do país.

E um último ponto a ser abordado a respeito da visão positiva de Olavo Bilac acerca da inauguração da República brasileira, refere-se à possibilidade de interpretá-la como resultante também do contato que o autor estabeleceu com o repertório teórico coevo ao quartel final dos Oitocentos, sobretudo com as correntes de pensamento de viés democrático e científico então em voga no mundo ocidental, inclusive entre os principais círculos intelectuais nacionais deste contexto. Seguramente Olavo Bilac manteve estreito contato com tais ideias e os posicionamentos que adotou o demonstram

nitidamente, sendo exemplares nesse sentido, a intensa defesa que realizou de liberdades fundamentais à democracia e o apreço que revelou ter pelos avanços intrínsecos ao mundo científico então em plena expansão. À época, correntes de pensamento de teor evolucionista e positivista, demonstraram-se amplamente abraçadas por grande parte da intelectualidade nacional, traço evidente principalmente nas análises e interpretações de cunho evolutivo e científico que tanto produziu a respeito da problemática realidade social brasileira. A própria centralidade que a noção de progresso ganhara nas produções intelectuais coevas, ilustra bastante da grande aceitação que tais ideias tiveram no Brasil, sobretudo pela integração que chegaram a conformar entre ideais científicos e democráticos, elemento este presente principalmente nas obras de Auguste Comte e Herbert Spencer, de acordo com Maria Tereza Chaves de Melo:

Tanto Comte quanto Spencer entendiam o desenrolar da história humana como uma sucessão escalonada de superações, pelas quais a religião e a monarquia eram valores de um passado caduco. Todas as sociedades caminhavam inexoravelmente para o advento de um mundo guiado pela ciência e pela democracia. Nessa cultura científica e democrática o regime republicano era uma necessária culminância política. (MELLO, 2008, p.19)

Em uma perspectiva mais geral, pode-se afirmar que o relato e o próprio pensamento de Olavo Bilac sobre a República, seu golpe inaugural e sua importância histórica, localizavam-se em meio ao processo mais amplo de transição das disposições mentais consolidadas pelo Império, no qual ocorrera o declínio do sistema simbólico que legitimava a monarquia de Dom Pedro II e a fulgurante ascensão das referidas correntes filosóficas e políticas. Assim, devem ser destacadas enquanto resultantes diretas deste contexto de transição no âmbito das ideias e mentalidades, tanto a construção de uma visão fortalecida sobre a República enquanto institucionalidade legítima e moderna, já que apoiada nos prestigiados ideais científicos e democráticos, como a desconstrução da legitimidade simbólica intrínseca ao regime monárquico, que acabara minada pela militância de atores inspirados justamente no referido repertório teórico abertamente divergente dos princípios que sustentavam o *status quo* imperial. Em termos concretos, pode-se dizer que a monarquia fora associada a “termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização” (MELLO, 2008, p.16) e ao regime republicano

“associadas as ideias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência.” (MELLO, 2008, p.16). Outro processo digno de nota, posto que também ligado à referida transição no âmbito das disposições mentais, pode ser observado na paulatina expansão do campo semântico relativo ao termo “república”, ocorrida de modo concomitante ao lento declínio do regime imperial, de maneira que, nas décadas finais do Segundo Reinado, o termo já havia se tornado sinônimo de democracia (MELLO, 2011, p.122).

Enfim, através das linhas esboçadas nas páginas da *Gazeta de Notícias* e do *Correio Paulistano*, quando tendenciosamente representou a chegada do novo regime como “revolucionária” e intimamente acompanhada pelas camadas populares, Olavo Bilac dera plena amostra de sua adesão ao repertório teórico que então legitimava a nascente República brasileira e a tornava “umbilicalmente” ligada, principalmente no âmbito discursivo, a ideias como as de democracia, soberania popular, ordem e progresso. Até no calor dos acontecimentos da Proclamação, o autor não deixou de mostrar o seu alinhamento em relação a tais ideais: em versos compostos na oficina do jornal *Cidade do Rio*, ainda no transcórre do golpe liderado por Benjamim Constant e pelo nobre “leão” Deodoro da Fonseca, o poeta-jornalista representara a República justamente através das ideias de liberdade e luminosidade em oposição direta à monarquia, segundo o próprio, “símbolo da treva”:

Pátria! a coroa cai... Pátria! o teu voo eleva.  
 Em vão no ouro polido da coroa  
 Viva, a constelação das pedras resplandece...  
 Mãe! a coroa é sempre o símbolo da treva,  
 Quando a coroa cai é quando a Pátria voa  
 Quando a luz aparece! (*Apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.126)

No entanto, ainda que a República tivesse atrelada a si própria conceitos e ideias que a representavam como o sistema de governo que finalmente inseriria o Brasil nos trilhos do progresso ocidental, tal realidade não conseguiu isolá-la de análises mais realistas e críticas por parte de nosso autor e muitos outros intelectuais contemporâneos, embora não devamos abrir mão da compreensão de que boa parte da argumentação bilaquiana tinha como ponto fundamental a superioridade do regime republicano em relação ao monárquico: “a coroa é sempre o símbolo da treva, Quando a coroa cai é quando a Pátria voa / Quando a luz aparece!” (*Apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.126). Ressaltar esta oscilação bastante comum a diversas abordagens realizadas pelo

poeta-jornalista Olavo Bilac, para nós é fundamental, uma vez que ela apenas tem a contribuir para o nosso entendimento de que a sua produção intelectual carregava consigo a sua própria subjetividade, o que implica em considerá-la enquanto indubitavelmente recheada de ambiguidades, tensões, incertezas e até contradições.

Portanto, apesar da extrema afeição e dedicação de Olavo Bilac à República brasileira, não seria acertado concebê-lo como ingênua e idealisticamente concordante com toda a prática política vigente naquela conjuntura marcada pelo crescente domínio político oligárquico. Como importantes fatores para tal postura da parte de nosso autor, cabe destaque, por exemplo, às funções inerentes ao seu ofício de jornalista, então necessariamente debruçado sobre polêmicos assuntos intrínsecos ao mundo da política, e a diversos trechos de sua trajetória de engajamento intelectual, que lhe fizeram se deparar e até experimentar várias problemáticas que tanto marcaram a política republicana, tais como o autoritarismo do mandato presidencial de Floriano Peixoto, as constantes fraudes eleitorais, muitas vezes comandadas por oligarcas e coronéis, o distanciamento das camadas populares em relação ao exercício do voto, a morosidade político-institucional em viabilizar reformas que modernizassem as estruturas sociais do país, etc. Por outro lado, é forçoso ter em mente que a República, seus “moldes” político-institucionais e as forças políticas que abarcava eram questões fundamentais aos debates travados no campo intelectual da época, afinal, de acordo com a lógica do mencionado campo bourdieusiano, o “culturalmente consagrado” Olavo Bilac não poderia ter deixado de tratar, em seus dias de plena atividade intelectual, sobretudo jornalística, do “funcionamento” daquela República que tanto defendera. Segundo o próprio sociólogo francês, “O que faz com que um pensador pertença a sua época, o que faz com que seja situado e datado são antes de mais nada as problemáticas e as temáticas obrigatórias nas quais e pelas quais pensa.” (BOURDIEU, 1968, p.141). Ou seja, abordar a República nas páginas da imprensa da época, os “vícios” e as “virtudes” de suas “engrenagens”, era basilar aos debates entre Olavo Bilac e os outros agentes do campo intelectual, assim como ao próprio pertencimento do autor aos círculos letrados coevos, embora outras diversas temáticas possam ser listadas como “obrigatórias” às relações estabelecidas entre os membros do referido campo. As questões da expansão do saneamento público, dos meios para a massificação da instrução primária pela enorme população iletrada brasileira, entre outras mais, constituem importantes exemplos nesse sentido.

Um significativo exemplo deste olhar mais realista e certamente bastante crítico por parte do jornalista Bilac, pode ser encontrado na mesma crônica da *Gazeta de Notícias* que já analisamos anteriormente para refletir sobre o seu posicionamento em relação à República brasileira, mais precisamente quanto ao golpe militar que marcara a sua proclamação. O desfecho da crônica se revela fundamental, pois, ao mesmo tempo em que traz à tona uma interpretação do regime republicano como institucionalidade vinculada às ideias de futuro, progresso e cidadania – neste caso, subjacentes à defesa da necessidade de expansão da instrução primária pelo país e suas benesses –, aponta algumas das mais importantes “falhas” da inédita República aos olhos de Olavo Bilac, que na década de 1910 intensificaria ainda mais a sua luta pela causa da alfabetização, sobretudo a partir da organização civil que ajudou a fundar em 1916, intitulada Liga de Defesa Nacional<sup>14</sup>. Naquela “Gazeta” de 8 de janeiro de 1905, Bilac esclarecia ao seu leitor, em tom bastante crítico, qual era o seu principal incômodo em relação à República, ou melhor, à conduta das classes dominantes que a governavam e que ainda pareciam não ter entendido o significado e o enorme potencial que a difusão da alfabetização tinha para um florescimento ainda maior da ordem republicana e burguesa que lentamente se erguia em terras brasileiras:

Não sei se o regime republicano pode florescer e frutificar bem, num país que conta no seu seio mais de dez milhões de analfabetos... O melhor meio de honrar o regime e honrar quem o fundou, é associar a memória do fundador à obra santa da instrução primária. Cada criança, das que daquela casa continuarem a sair sabendo ler e escrever, será mais uma criatura livre, capaz de defender, transformar esta República, - que, desgraçadamente, ainda parece pensar que pode merecer o nome de homem um animal incapaz de decifrar os caracteres do alfabeto... (*Gaz Not BILAC*, 8/1/1905)

A constatação efetivada em crônica é aguçada se lembrarmos que a Constituição de 1891 estabeleceu a condição da alfabetização como um dos critérios para a

---

<sup>14</sup> Apesar de a LDN ter como bandeiras principais as questões do alistamento militar obrigatório e da reorganização do Exército nacional, Olavo Bilac e demais integrantes da “Liga” entendiam que o ambiente militar poderia ser fundamental no processo de difusão do letramento pelo Brasil, principalmente quando se referiam à ideia de formação do “cidadão-soldado”. Certo trecho do estatuto da LDN nos fornece indícios claros do lugar da educação na missão que então caberia ao Exército neste complexo processo histórico que “civilizaria” nosso país. Portanto, eram objetivos da LDN: “manter em todo Brasil a ideia da coesão e integridade nacional; propagar a educação popular e profissional; difundir, nas escolas primárias, profissionais secundárias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo; apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar; publicar um catecismo cívico, e livros de educação patriótica, destinados à infância e adolescentes, para distribuição gratuita”. (BILAC, 1916 *Apud* ENGEL, 2008, p.4).

participação política por meio do voto, para além de outras exigências tais como o sexo masculino, a maioria, dentre outras mais. Nesse sentido, percebe-se que a argumentação construída por Olavo Bilac girava em torno justamente da premência da massificação da instrução primária como principal meio para a consolidação da República brasileira e para a ampliação da participação política popular naquele regime de eleições despovoadas pelos mais diversos motivos, seguramente constando dentre eles, o alto contingente de analfabetos no país. A partir da ideia de que “Cada criança, das que daquela casa continuarem a sair sabendo ler e escrever, será mais uma criatura livre, capaz de defender, transformar esta República”, depreende-se que a mudança possibilitada pela alfabetização infantil e desejada pelo poeta-jornalista, seria justamente a retirada da República de sua condição de regime destituído de base popular numerosa e participante politicamente, o que a tornaria sustentada pela soberana vontade de uma população esclarecida e adepta de seus princípios político-institucionais. Tal perspectiva encontra-se ratificada pela reação que Olavo Bilac tivera quando se deparou com significativa presença popular em eleição ocorrida também em meados de 1905. A enorme satisfação esboçada pelo autor, não somente mostrou o seu regozijo em ver aquele alistamento repleto de eleitores, mas explicitou uma representação do referido momento que nos permite apreender o esvaziamento eleitoral enquanto realidade relativamente comum à época <sup>15</sup>. Diante da notícia de que trinta mil pessoas haviam dado entrada na Junta de alistamento para a aquisição de diplomas de votação, o cronista carioca não conteve a sua empolgação perante o leitor da *Gazeta de Notícias*: “Que pode haver, de mais alegre e mais agradável, do que esse entusiasmo, com que trinta mil cidadãos se atiraram à conquista dos Diplomas? [...] Já não se dirá que somos uma imensa manada de carneiros indiferentes.” (*Gaz Not BILAC*, 01/10/1905). Todavia, a despeito de demonstrações como esta, que revelavam o seu desejo de contar com uma população cada vez mais politicamente participativa, Olavo Bilac alinhava-se ao entendimento de grande parte dos círculos dirigentes e intelectuais da época, quanto à proibição do voto aos iletrados, restrição concebida já pelos liberais republicanos que

---

<sup>15</sup> Em janeiro de 1904, Olavo Bilac deixou indícios de que o esvaziamento eleitoral era um tanto comum nos seus dias de jornalista, chegando inclusive a sutilmente sugerir que esta realidade afetava a credibilidade dos pleitos e dos mandatos deles decorrentes: “Mil cento e quarenta e um votos! Pois é possível que nesta população de menos de um milhão de almas, numa cidade que se preza de ser inteligente e esperta, ainda hajam encontrado mil cento e quarenta almas, bastante crédulas e bastante inocentes, que tenham tomado a sério uma eleição municipal? Por mim, confesso que, se me viessem um dia dizer: ‘O senhor foi ontem eleito conselheiro municipal’, eu acreditaria logo estar diante de um mistificador [...]” (*Gaz Not BILAC*, 31/1/1904).

integraram a geração 1870 (ALONSO, 2002, p.249). Segundo o autor, os analfabetos não tinham capacidade intelectual para contribuir de maneira autônoma e esclarecida nos processos decisórios que ditariam os rumos do país, chegando ao ponto não somente de dizê-los “animais”, mas de afirmar que “Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive”. (*Kosmos BILAC*, 11/1904). A adesão do jornalista à exigência da alfabetização era tal que o próprio demonstrou considerar como “homens válidos” para o exercício do voto, apenas aqueles indivíduos que soubessem ler e escrever. Portanto, forçosa e obviamente, para Bilac, os eleitores brasileiros deveriam se limitar a este grupo, a seu ver, seguramente mais esclarecido e mais “civilizado”, logo, mais “compatível” com os princípios filosóficos e políticos que embasaram a ascensão da República no Brasil:

Que o eleitor saiba escolher com independência e critério o seu candidato, ou que prefira dar ou vender um voto a um incapaz, - pouco importa! O que importa é que todo homem válido, sabendo ler e escrever, queira deste modo afirmar a sua vontade de ser cidadão, de ser eleitor, de ser *alguém*. (*Gaz Not BILAC*, 01/10/1905)

Nesse sentido, legitimamente compreendemos que a expansão da instrução primária tão prezada por Bilac, trazia implícito o seu desejo de aumento dos índices de exercício do direito ao voto e que o próprio autor era nitidamente favorável às restrições defendidas por expressivas parcelas de nossas classes dirigentes e letradas para o acesso ao mesmo, sobretudo em relação à exigência da alfabetização, uma vez que a compreendia enquanto pressuposto fundamental para uma autônoma existência social por parte de qualquer indivíduo contemporâneo. Como ratificou José Murilo de Carvalho, o alijamento das classes populares em relação ao direito do voto, através de exigências como as já mencionadas, era objetivo comum à boa parte de nossos círculos políticos dominantes, desde os primeiros momentos de vida da República; contudo, como pudemos observar, o jornalista Olavo Bilac certamente não o desejava, embora concordasse com a maioria dos preceitos constitucionais estabelecidos pela Carta de 1891 para o acesso à cidadania política. Em verdade, o cronista carioca preferia acreditar que a devida massificação da alfabetização era o “caminho” mais adequado para a solidificação do regime republicano, pois, a seu ver, conscientizaria nossa população quanto à importância do livre exercício do voto e sobre a responsabilidade que tinha perante os rumos que a sociedade brasileira viria a assumir:

O espírito das mudanças eleitorais republicanas era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Até esta última data, o processo indireto permitia razoável nível de participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total. A eleição direta reduziu este número para menos de 1%. Com a República houve aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894). Percebera-se que, no caso brasileiro, a exigência da alfabetização, introduzida em 1881, era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado. [...] O liberal Rui Barbosa, um dos redatores do projeto de Constituição de 1891, fora um dos principais propugnadores da reforma de 1881. (CARVALHO, 1987, p.43-44)

Portanto, a concepção de participação política popular idealizada por Olavo Bilac, e pelo mesmo vista como um dos pilares de sustentação do inédito regime republicano, possuía um “perfil” marcadamente conservador, tendo em vista a incapacidade de atuação política consciente que constantemente atribuiu aos milhões de analfabetos brasileiros, aos seus olhos, meros seres irracionais nocivos à imagem do país e da própria República. Deste modo, ao mesmo tempo em que convergia com boa parte das concepções políticas elitistas comuns às classes dominantes de sua época, Bilac demonstrou-se sensível e disposto a lutar contra o esvaziamento eleitoral que tantas vezes testemunhou através de sua cotidiana e insistente militância intelectual, principalmente para conquistar dos governos republicanos a devida atenção à educação das camadas populares brasileiras. Em seu pensamento político seria ela fundamental não somente por conceder ao iletrado a habilitação exigida por lei para o voto, mas, sobretudo por constituir-se enquanto instrumento privilegiado para a conquista dos corações e mentes de nossa população, em outras palavras, como o meio mais eficaz para eliminar o “abismo” que existia entre esta última e a nascente institucionalidade republicana. Em verdade, o “nó” que a questão do analfabetismo representava para os planos de modernização vislumbrados pelo jornalista carioca, carregava consigo, como o próprio nos permite depreender, várias outras problemáticas nocivas à “vitalidade” da sociedade brasileira e do próprio sistema de governo republicano, constando dentre elas, a manutenção da exclusão social dos negros recém-libertos (*Gaz Not BILAC*, 19/5/1907) e até a ocorrência de revoltas populares. De acordo com Olavo Bilac, a Revolta da Vacina fora em grande parte resultado da ignorância das camadas populares da capital, já que no seu entendimento estas não tiveram capacidade intelectual para desprezar a boataria que ocorrera na cidade no contexto de aprovação da obrigatoriedade da vacina contra a varíola. Nas palavras do autor,

E não há também em todas as cidades, como há aqui, uma tão considerável massa de gente ignorante, não sabendo ler nem escrever, e sempre disposta, pelo seu analfabetismo, a ouvir e a aceitar todas as desbragadas mentiras que os exploradores lhe impingem. Se esta cidade não estivesse tão cheia de analfabetos, ninguém lograria convencer a pobre gente ingênua das estalagens que o governo queria vaciná-la com caldo de ratos mortos de peste [...]; se tratássemos já e já de decretar a instrução primária obrigatória, pondo a gente pobre e humilde a coberto da exploração dos que especulam com a sua ignorância, nem haveria levantes militares, nem haveria *Port Arthur* de sicários, nem gente bem intencionada mas inculta se amotinaria contra a vacinação... (*Gaz Not BILAC*, 20/11/1904)

É interessante perceber a complexidade inerente à perspectiva do cronista Olavo Bilac que, embora tenha interpretado a República como um significativo avanço político-institucional, não deixou de demonstrar o entendimento de que aquele “moderno” regime republicano-democrático ainda não representava, em termos concretos, o que tão ardorosamente desejava para o país, ou seja, a sua definitiva entrada na era de modernidade e liberalismo que se abria no mundo ocidental. Traços bastante peculiares àquele período republicano e que certamente eram extremamente incômodos ao autor, tais como a ausência de significativa base popular votante e o domínio político de oligarquias muitas vezes adversárias e belicosas, indubitavelmente não faziam parte de suas pretensões de prosperidade e estabilidade para a jovem República brasileira, assim como deveriam ter a sua devida solução o quanto antes.

O poeta-jornalista certamente compreendia clara e prontamente a complexa realidade social de sua época e deve ser reconhecido que o próprio não se furtou a tocar em delicada temática para aquele contexto político, sobretudo pelas implicações pessoais que poderia lhe trazer, sendo ela, o domínio político oligárquico na República brasileira. O autor, que reconhecia o seu domínio e conduta política como “fontes” de muitas das mazelas vividas pelo regime político e pela sociedade brasileira, chegou a afirmar ser impossível “arrancá-las” do solo nacional e a designá-las como uma das principais causas da fama de “instável democracia” que ele próprio dizia ser atribuída à República naquele alvorecer de século XX: já no fim de sua carreira jornalística, Olavo Bilac chegou a escrever em tom enfático justamente nesse sentido: “Quem é capaz de desenraizar do Ceará, do Amazonas e das Alagoas os Accioly, os Nery e os Malta? Nem um terremoto, nem um cataclismo, nem o Diabo! E, mal que não

tem remédio, remediado está.” (*Gaz Not BILAC*, 31/5/1908). Devido a fatores como o seu ofício de cronista opinativo, sua condição de fervoroso eleitor e a grande proximidade que tivera em relação aos círculos políticos dominantes de seu tempo, o jornalista carioca, sem maiores dúvidas, tinha nítida percepção quanto ao fato de que boa parte dos clãs oligárquicos estava entre os principais responsáveis pelos mais diversos abusos e excessos que tanto marcaram a política praticada no período da Primeira República, valendo destacar que, quando o autor veiculara a perspectiva presente no trecho citado, já havia anos da concretização da “política dos governadores” elaborada por Campos Sales e que delegou boa dose de autonomia política tanto à União como às oligarquias estaduais. Ou seja, naquela altura, seguramente os seus efeitos já eram plenamente sensíveis aos olhares e análises do jornalista atento às coisas da política republicana.

Portanto, embora possamos apreender o tom crítico de Olavo Bilac em relação ao poder das oligarquias enquanto parcialmente determinado pelos interesses de seu público-leitor, muitas vezes a maior vítima da problemática conduta política reproduzida pelas mesmas, a partir da abordagem que realizou a respeito dos conflitos oligárquicos ocorridos nos Estados do Mato Grosso e Sergipe, em meados de 1906, é possível afirmar que o jornalista carioca realmente interpretava a atuação política destes “clãs” como extremamente nociva ao bom “funcionamento” político-institucional da República brasileira. Em Sergipe, as disputas pelo controle político em âmbito estadual ocorreram entre as forças do governo de Guilherme de Souza Campos e as lideradas por Fausto Cardoso; já no Mato Grosso, os embates se desenvolveram entre as forças oficiais comandadas pelo governador Antônio Pais de Barros e as oposicionistas que tinham à sua frente Joaquim Murtinho e Generoso Ponce. Os eventos da III Conferência Pan-americana ocorreram na capital federal quase paralelamente a tais confrontos, e o poeta-jornalista ao escrever a respeito, demonstrou-se nitidamente incomodado pela instabilidade política que havia tomado os referidos Estados, ao ponto de indicá-la uma das principais características da República brasileira. Como a sua ironia ratifica, o momento de festas internacionais era o mais impróprio possível para a ocorrência dos conflitos em questão:

Parece, porém, que alguma coisa faltava no programa... Parece que não bastaria mostrar aos hóspedes, que nos honram com sua visita, a nossa natureza, a nossa eloquência, a nossa música, a nossa poesia, as nossas lindas mulheres: era preciso mostrar-lhes uma coisa bem nossa,

- uma de nossas revoluções. [...] Seria difícil, para completar o programa, organizar uma revoluçãozinha no Rio; e, como a de Mato Grosso já acabou, - os amigos das bernardas andavam tristes e cabisbaixos, cochichando uns aos outros: “Vai ser uma vergonha! vai ser um escândalo! pois, havemos de consentir que todos estes estrangeiros amigos saiam daqui sem ver uma bernarda?” Felizmente, para eles, Sergipe salvou a situação. [...] Precisamos de uma Revolução, para mostrar aos nossos hóspedes o que é esse admirável hábito político de nossa Democracia [...]. (*Gaz Not BILAC*, 12/8/1906)

A acepção positiva que pudemos captar Olavo Bilac empregando ao termo “revolução” quando se referiu ao evento da Proclamação da República, certamente não se encontrava no uso que fez no trecho acima destacado, pois, como nota-se, ali o termo remetia negativa e especificamente à crise política que havia tomado o Estado de Mato Grosso e que então invadia a vida política do pequeno Estado de Sergipe. Assim, à exceção do golpe militar que viabilizou a referida Proclamação, é interessante perceber que tais movimentos conflituosos pelo país afora, representavam aos olhos de nosso cronista, algo a ser sufocado rapidamente, uma vez que eram mais do que disputas políticas entre grupos oligárquicos adversários, eram seríssimos entraves ao aperfeiçoamento político-institucional daquela ordem republicana que interpretava como ainda em vias de consolidação, mesmo já passados quase 17 anos desde a sua implantação. Em termos gerais, a ordem no espaço da política, ou seja, a estabilidade e a pacificidade nas relações estabelecidas entre seus agentes, eram fulcrais do ponto de vista do autor, que então advertia ao seu comum leitor que tal característica ainda não fazia parte de nossa curta vida republicana. Naquele contexto de festas internacionais sediadas pela cidade do Rio de Janeiro, como Bilac nos permite depreender, não houve apenas mais um conflito em um longínquo Estado brasileiro entre grupos políticos detentores de pretensões antagônicas, mas sim, mais uma desagradável amostra de nossa conturbada vida política aos visitantes estrangeiros aqui presentes:

O que sei é que houve uma revolução, - e que os nossos hóspedes de agora já não sairão daqui sem ter visto um dos aspectos característicos de nossa vida política. [...] O que Sergipe fez, foi apenas isto: achou que o programa das festas pan-americanas estava incompleto e completou-o. Benemérito Estado! Decididamente, é nos frascos mais pequenos que se guardam as melhores essências! (*Gaz Not BILAC*, 12/8/1906)

Contudo, não podemos tomar a visão de Olavo Bilac em relação às oligarquias brasileiras unicamente através das observações que teceu a respeito de conflitos armados entre clãs adversários. Afinal, embora realmente tenha demonstrado grande repúdio ao domínio oligárquico, sobretudo por aqueles grupos localizados em Estados menores (*Gaz Not BILAC*, 31/5/1908), seguramente mais belicosos em suas disputas locais, forçosamente temos de constatar que o jornalista, até certo ponto, havia se conformado perante o modelo político oligárquico então instalado e que tivera como suas principais lideranças políticas as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, esta última especialmente merecedora de diversas crônicas bastante elogiosas de sua parte, sobretudo por sua postura dita moderna e progressista na condução de seus negócios públicos. Assim, entendemos que seria equivocado enxergar nosso cronista como totalmente oposto ao predomínio político oligárquico, uma vez que bastaria atentar para a positividade com a qual chegou a se referir à conduta política das oligarquias paulistas, em boa parte enfileiradas no poderoso PRP e que dirigiam “o Estado que deveria ser o modelo de todos os Estados do Brasil” (*Gaz Not BILAC*, 01/03/1903)<sup>16</sup>. Sob outro ângulo, também vale destacar nesse sentido, a legitimidade conferida por Olavo Bilac a pactos intraoligárquicos como o conhecido “Convênio de Taubaté”, que envolveu os principais Estados cafeicultores do país, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de garantir a valorização dos preços da lavoura cafeeira através da compra, por parte do governo, da produção então estocada. Obviamente que tal acordo não era consenso entre os oligarcas envolvidos, pois até o próprio presidente Rodrigues Alves, ligado à poderosa oligarquia paulista, fora contrário à sua efetivação. Entretanto, ao final de seu governo e no decorrer do mandato Afonso Pena, o referido convênio acabou concretizado principalmente pela força política dos cafeicultores, realidade esta que não incomodava em nada Olavo Bilac que deixou clara a sua concordância com as propostas e “sacrifícios” intrínsecos à sua efetivação, tendo em vista que os “interesses do café são superiores a todos os outros interesses. E, ainda com grande sacrifício, devemos proteger e salvar o Café. Porque, enfim, é preciso que sejamos gratos: é a ele que devemos tudo quanto somos e quanto temos.”(*Gaz Not BILAC*, 11/3/1906). Implícita a tal afirmativa bem como nas linhas seguintes, a nosso ver, estava a

---

<sup>16</sup> Em crônicas publicadas em jornais cariocas e paulistas, Olavo Bilac por diversas vezes se colocou a escrever laudatoriamente a respeito da cidade paulista e suas “modernas” administrações que investiam em áreas que considerava fundamentais, tais como a da educação popular (*Cor Pau BILAC*, 1/4/1908), da higiene pública (*Gaz Not BILAC*, 1/3/1903), da urbanização (*Gaz Not BILAC*, 3/3/1901) e da segurança pública (*Cor Pau BILAC*, 21/5/1908).

conformação do autor à dominação política oligárquica que historicamente acabou definida como “política do café com leite”<sup>17</sup>, expressão esta bastante criticada por comumente induzir ao “apagamento” da relevância política de outros grupos oligárquicos, mas que representa claramente a dependência do Brasil das rendas oriundas da agroexportação de café, dependência esta também nitidamente percebida pelo cronista da *Gazeta de Notícias* que ratificou: “é essa lavoura quem nos sustenta, é ela quem nos dá algum dinheiro e algum crédito!” (*Gaz Not BILAC*, 11/3/1906).

Nesse sentido, entendemos como mais adequado interpretar tais observações favoráveis de nosso jornalista em relação ao referido predomínio oligárquico cafeicultor, mais como conformativas do que como adesivas, uma vez que o próprio Olavo Bilac demonstrou perceber muito bem as nefastas consequências oriundas do exercício político de diversos grupos oligárquicos coevos, muitas vezes comprometidos com condutas e atores nocivos ao bom andamento da ordem republicana vigente, sendo exemplares os estreitos laços que procuravam manter com os poderosos coronéis locais, sabida e comumente ligados às constantes fraudes e aos variados tipos de coerção comuns à época de pleitos eleitorais. A própria abordagem do autor em relação ao Convênio de Taubaté, considerando-o imperativo à economia e às finanças do país, deve ser interpretada mais como indício de uma resignada aceitação de sua parte diante da predominância das elites agrárias que então comandavam a “República Oligárquica”, naquela altura já estabelecida em sua “rotina” (LESSA In: CARVALHO, 2001, p. 44-55), do que como um alinhamento pessoal àquele modelo de conduta política, a seu ver, reconhecidamente problemático: “A mim, - como a todos os brasileiros, que não fazem da política um meio de vida – pouco importa que o novo presidente venha de S. Paulo, ou de Minas, ou do Rio Grande, ou da Bahia” (*Gaz Not BILAC*, 18/6/1905).

Enfim, pode-se dizer que o cerne da questão política republicana para Olavo Bilac, era conquistar de suas classes dirigentes maior atenção para aqueles males que considerava significativos “obstáculos” ao “florescimento” tanto do regime republicano, enquanto institucionalidade comprometida com princípios democráticos, como da própria nação brasileira, aos seus olhos, ainda em vias de formação, ou como diria, em processo civilizatório. A instabilidade constante da economia nacional, a falta de saneamento público em vastas regiões do país, os altos índices de analfabetismo, os

---

<sup>17</sup> Este pacto refere-se à hegemonia política então exercida pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, cabendo posição privilegiada a ambas no cenário político federal; à primeira por seu poder econômico oriundo da agroexportação de café, e à segunda, sobretudo pelo fato de possuir o maior colégio eleitoral do Brasil bem como importantes produções café, leite e derivados, etc.

ínfimos níveis de participação política eleitoral e os constantes conflitos entre oligarquias rivais, são apenas alguns exemplos de problemáticas que muito incomodaram o autor e para as quais o próprio tanto chamara a atenção de seus governantes através das páginas da imprensa em que atuava. Deste modo,

o que eu desejo, o que todos os homens de boa fé exigem, é que apareça um candidato cujo programa de governo inclua a promessa de um certo número de providências que a nação reclama. O governo passado [Campos Sales] cuidou da reorganização financeira; o atual [Rodrigues Alves] cuidou do saneamento; - agora que esses dois problemas se podem considerar resolvidos, porque já nada pode sustar a sua solução, urge que o governo futuro trate do terceiro problema vital de nossa organização de povo: a educação popular, a luta contra a ignorância. (*Gaz Not BILAC*, 18/6/1905)

O engajamento que o poeta-jornalista Olavo Bilac evidenciou, ao colocar-se a favor da consolidação do regime republicano e publicamente contrário às nocivas práticas políticas de boa parte de nossos clãs oligárquicos, trazia junto de si o seu manifesto incômodo em relação ao distanciamento popular resultante destas “imperfeições” de diversos tipos que tanto caracterizaram as administrações republicanas de seu tempo, nitidamente malsucedidas em “cativar” grande parte da população brasileira, sobretudo por sua ineficácia e morosidade em solucionar antigas e urgentes problemáticas de nossa sociedade, tais como as anteriormente destacadas.

O “desapego” de nossa população em relação à institucionalidade republicana forçosamente deve ser atribuído a muitos outros fatores, porém, como nosso jornalista nos permite depreender, representava mais uma “aresta” a ser aparada naquela complexa conjuntura política e pode-se afirmar que o seu incômodo em relação a tal distanciamento se revelara de maneira mais aguçada em ocasiões de forte apelo simbólico, por exemplo, em ocasiões de comemorações oficiais. Em oportunidade em que escrevera sobre as comemorações do sete de setembro do ano de 1907, o cronista carioca ratificou esta proposição, afirmando o seu lamento pela indiferença coletiva que notara na capital federal em relação aos festejos públicos ocorridos para a celebração do aniversário da independência brasileira. À época, Olavo Bilac não somente ressaltara a “nossa frieza” como comparou a ocasião aos festejos do 14 de julho na França, estes sim, a seu ver, repletos de um profundo patriotismo que muito admirava e que certamente presenciara em alguma das viagens que fizera à Europa. É importante ter em mente que subjacente a tal comparação, na qual expressara a sua queixa por não ver

aqui grandes manifestações populares de valorização à pátria brasileira, constava o seu desejo, ao mesmo tempo um dos objetivos da orientação social que exerceu através das colunas da imprensa da época, de contar com o apoio de nossa população comum à ordem republicana, posto que entendia esta última ainda bastante “carente” deste imprescindível “suporte” legitimador de caráter simbólico e político.

Na edição da *Gazeta de Notícias* em questão, datada de 8 de setembro, ficou bastante evidente a importância que o jornalista Bilac concedia a expressões patrióticas e adesistas por parte das camadas populares à sua pátria de origem, bem como o seu lamento por ver aqui justamente o oposto do que constatava na França do início do século XX:

Sete de Setembro... A bandeira nacional ondula na fachada de cada edifício público. À noite haverá iluminações, e o presidente e os ministros ouvirão no *Lírico*, o *Baile de Máscaras*. E mais nada... Nem uma só festa pública, nem uma só demonstração de regozijo popular. O povo sabe que se comemora... ou que deveria comemorar hoje o aniversário da independência do Brasil, - mas fica tão indiferente e tão frio como se se tratasse da independência de qualquer longínqua e insignificante republiqueta. [...] Verificando hoje a nossa frieza, o Sr. Paul Doumer há de lembrar-se com desvanecimento do que são as festas de 14 de julho em Paris: metade da população madrugando em Longchamps para assistir à parada, e as ruas cheias de alegre multidão durante todo o dia, apesar do calor violento, e, à noite, a imensa metrópole justificando o seu apelido de *Ville-Lumière*, ardendo e fulgurando [...] na alegria franca dos bailes populares. (*Gaz Not BILAC*, 8/9/1907)

No trecho citado Bilac não somente deixava esclarecida a sua interpretação de que ainda faltavam laços cívicos capazes de aproximar República e população brasileira, como ratificava o seu entendimento de que tinha caráter voluntário o referido distanciamento popular em relação aos festejos de conteúdo patriótico e nacionalista, afinal, “O povo sabe que se comemora... ou que deveria comemorar hoje o aniversário da Independência do Brasil”. Em verdade, a valorização por parte do jornalista carioca à questão do apoio popular ao regime republicano, encontrava-se envolvida pelos processos de fortalecimento dos regimes democrático-liberais e pela ascensão das ideologias e movimentos nacionalistas, ambos correntes em grande parte do mundo ocidental e certamente com reverberações no Brasil. Logo, do seu ponto de vista, a solidez de uma república como a francesa, era em grande parte devida justamente à adesão patriótica (e fundamentalmente legitimadora) das classes populares à ordem

política estabelecida, o que, por sua vez, asseguraria a manutenção do *status quo* vigente. Aos seus olhos tal realidade estava muito distante de nosso país que, apesar de seu *status* de potência continental, ainda contava com um “povo” que se comportava de modo “tão indiferente e tão frio como se se tratasse da independência de qualquer longínqua e insignificante republiqueta.” (*Gaz Not BILAC*, 8/9/1907). O próprio esvaziamento das eleições, certamente era entendido por Olavo Bilac como mais um traço do referido desapego popular em relação à nascente ordem republicano-democrática:

Nem um só cidadão faleceu, no seu posto de eleitor, à beira da urna, vitimado pelo seu fervor cívico. Houve apenas um conflito, apenas um tiro de revólver, apenas um ferimento leve. O candidato mais votado não logrou obter seiscentos votos; pelas notícias da apuração parece averiguado que somente seis mil cidadãos – se tanto! – foram meter cédulas dentro das urnas: os outros cidadãos, que vivem, trabalham ou vadiam, gozam ou penam, aborrecem-se ou divertem-se nesta cidade, não acharam que um curto passeio às seções eleitorais fosse um bom emprego para as primeiras horas da manhã de domingo. Alguns – foi o que me sucedeu – acharam a urna às moscas e vazias as cadeiras dos mesários... (*Gaz Not BILAC*, 6/11/1904).<sup>18</sup>

A referência feita pelo autor aos “parcos” e “corajosos” votantes dos pleitos de fins de 1904, caracterizada por um tom carregado de ressentida ironia, demonstra que o próprio Olavo Bilac enxergava na ocasião retratada um dos “pontos fracos” da República brasileira, que ainda não contava com a legitimação popular que entendia fundamental à sua vitalidade institucional. Afinal, o esvaziamento eleitoral em evidência apenas ratificava o “abismo” que havia entre o supostamente “omisso” cidadão brasileiro e a precária cidadania política a qual tinha direito, realidade que dificultava bastante uma visão mais otimista de nosso autor em relação à constituição de uma sólida cultura de participação eleitoral no país.

Por outro lado, cabe ressaltar que o jornalista Bilac dera plena amostra de que não tinha claro para si mesmo o exato motivo responsável pela falta de civismo que atribuía aos segmentos populares (*Kosmos BILAC*, 5/1905), contudo, algumas de suas reflexões nos permitem depreender que, aos seus olhos, o desprezo pelo passado

---

<sup>18</sup> Uma semana depois, em crônica datada de 13 de novembro de 1904, na mesma *Gazeta de Notícias*, Bilac novamente abordou os processos eleitorais republicanos, ratificando a significativa distância que observava entre os eleitores e o direito de exercício do voto: “porque quando há eleições, nem tomamos a responsabilidade de eleger os incapazes, e deixamos que eles se elejam a si mesmos. Depois, é que é a grita, é que é a maldição, é que é a fúria: e fúria, e maldição e grita não seriam necessárias, se antes tivesse havido um pouquinho de zelo.” (*Gaz Not BILAC*, 13/11/1904)

nacional e a depredação de monumentos públicos também se constituiriam como mais alguns indícios concretos da ausência de consciência cívica por parte do que chamou por “povo”:

Essa fúria de destruição não deixa de alarmar alguns raros espíritos, que ainda [ilegível] o amor da História a um povo que faz questão de não ter História. [...] Que nos importa a História? Nós somos um povo que, quando tem sede, agacha-se junto do leito do rio, e bebe a fartar, sem querer saber de que remota e verdejante serra brota a água fresca que o dessedenta. [...]. Pois, francamente: do nosso *hoje* é que deveríamos nos envergonhar; porque em arte, em bom gosto, em educação, nós temos andado como os pernudos caranguejos – para trás. [...] Não tentemos endireitar o que está irreparavelmente torto. Não queiramos que respeite e conserve as coisas do passado quem não sabe respeitar as estradas, os jardins, os bancos, as obras de utilidade pública que custam tanto dinheiro. (*Gaz Not BILAC*, 01/09/1901).

Assim, voltando às linhas daquela “Gazeta” de 8 de janeiro de 1905, que traziam a descrição de variados momentos do golpe militar de 15 de novembro bem como a aprovação de Olavo Bilac quanto à conservação da escola que então funcionava na casa de Deodoro da Fonseca, entendemos acertado afirmar que ali estavam muito bem conjugados os “caminhos” entre os quais oscilou a sua perspectiva acerca do regime republicano que havia testemunhado e experimentado desde o seu “nascimento”. Ali o seu olhar “misturava”, de modo bastante interessante, as críticas que tinha àquela República que entendia ainda longe dos moldes que idealizara, já que era detentora de inúmeros “defeitos” a serem corrigidos, com as suas impressões bastante autorais, de tom progressista, dramático e laudatório, que ratificavam aquele presente republicano, apesar de sua imperfeição, enquanto parte de um processo extremamente positivo de “edificação” material e moral, que não deveria ser de forma alguma abandonado nem por nossas classes dirigentes e muito menos pelos segmentos sociais populares. Expressando implicitamente o que Maria Tereza Chaves de Mello afirmou quanto à aproximação do termo república em relação a outros, tais como futuro e progresso, Olavo Bilac, ao referir-se a tal processo de edificação, sinalizou de modo bastante sintético, a despeito dos problemas vividos pelos brasileiros, que a República ainda estava “em construção” e contínuo aperfeiçoamento, tanto para os seus partidários quanto para os “inquilinos que não concorreram com um só tijolo” (*Gaz Not BILAC*, 8/1/1905). Através de uma escrita de feições bastante realistas, embora também

esperançosas e diríamos até futuristas, o autor esclarecera ao leitor da *Gazeta de Notícias* que

a República já viveu quinze anos, não quero saber se bons ou maus, proveitosos ou inúteis, virtuosos ou criminosos; sei que os viveu, tendo visto morrer uma basta porção dos que a mudaram. A Vida é assim: nós todos vivemos a edificar e a mobiliar casa para os outros; quando as casas ficam prontas, entregamos as chaves a inquilinos que não concorreram com um só tijolo para a edificação (*Gaz Not BILAC*, 8/1/1905)

A partir das reflexões esboçadas pelo jornalista carioca é possível afirmar que lhe era de fundamental importância a persistência nesta “empreitada” que, embora tivesse perspectiva de maiores resultados apenas num futuro vindouro, já evidenciava naquele início de século XX uma realidade de suficiente prosperidade para que todos os esforços fossem empenhados principalmente nas tarefas de consolidação da República, que ainda atravessaria por muitos avanços e retrocessos de diversos matizes, e de construção de uma sociedade brasileira “moderna” e “civilizada”. As reformas urbanas comandadas pelo prefeito Pereira Passos, constituem exemplo importante de “avanço” modernizador, de efeitos materiais e morais (*Gaz Not BILAC*, 19/11/1905), abraçado pelo jornalista, por outro lado, cabe destacar que revoltas populares, como a Revolta da Vacina, representaram precisamente o oposto para o mesmo, ou seja, um nítido retrocesso, mormente material, para o processo civilizatório que tanto defendera.

Apesar do extremo valor e apreço que revelou pela ascensão da República no Brasil, Olavo Bilac, no decorrer de sua carreira jornalística, não deixou de lado em suas análises o entendimento crítico de que aquele sistema de governo ainda estava distante de encarnar e realizar em terras brasileiras, o que entendia por uma República de fato democrática, garantidora das liberdades civis e políticas mais básicas. Em suma, de expressar legitimamente, na esfera político-institucional e em suas relações com a sociedade civil, aquilo que concebia como “progressista” e “civilizado”. A seu ver, o Brasil ainda tinha pela frente um duro caminho de inserção e conformação ao que considerava enquanto “adequado” e “moderno” em termos de uma prática política realmente republicana. “Entraves” de diversos tipos nosso país ainda teria de superar e tal constatação inclusive lhe permitiu tornar Império e República semelhantes em termos políticos, em suas palavras, detentores de uma mesma “essência da política”, algo problemático aos seus olhos, uma vez que significava justamente a permanência de

antigas mazelas que dizia altamente nocivas à modernização que vislumbrava para o seu presente republicano:

Dera-lhes o acaso a República, que nem todas elas haviam pedido, mas que todas elas haviam aceitado, caladas e recolhidas, como convém às almas que não amam os riscos da resistência, nem da adesão entusiástica. Essas pobres almas, uma vez proclamada a República, ficaram dois dias trancadas a sete chaves dentro de uma prudente reserva. Ao terceiro dia, levantaram um cantinho da persiana, e espiaram medrosamente as ruas. [...] Os burgueses trabalhavam; os políticos especulavam; os jornalistas pediam empregos públicos; os poetas sonhavam [...]. Então, desafogadas do medo pânico, [...] foram vivendo e sorrindo, vendo que dos abusos velhos nasciam abusos novos, que, sob formas várias, as paixões eram as mesmas, e que, se o regime havia mudado, não havia mudado a essência da política. (*Kosmos BILAC*, 7/1906)

Na crônica destacada, Bilac ao mesmo tempo em que se colocou a descrever algumas de suas lembranças dos dias imediatamente posteriores à Proclamação, procurou comparar analiticamente a dita mesma “essência” que República e Império teriam, concluindo no desfecho de seu texto que, após a queda da monarquia, não houve no país a estabilidade política que entendia enquanto fulcral para o “florescimento” do nascente regime republicano, mas sim a permanência dos choques políticos e de muitas outras mazelas que já há tanto tempo afetavam o decadente regime imperial, sendo este o principal motivo para o diagnóstico negativo então esboçado. Em síntese, implicitamente constava para o poeta-jornalista que a realidade social e política brasileira muito pouco mudara após tais momentos decisivos de transição político-institucional:

Com o correr dos tempos, essas almas timoratas foram assaltadas por outros terrores. Desencadearam-se revoltas sobre revoltas, ferveram ambições, entrechocaram-se partidos, fez-se do estado de sítio um Estado no Estado, puseram-se rebeliões sobre anistias e anistias sobre rebeliões, - e tudo ficou sendo o que era no tempo do Império, e as almas tímidas descansaram... Esse descanso, porém, nunca foi e nunca será absoluto. (*Kosmos BILAC*, 7/1906)

Embora seja lícito afirmar que para Olavo Bilac a realidade política republicana tinha a mesma “essência” que a realidade política dos tempos monárquicos, devemos ter como certo que o seu pensamento político tinha na República o único sistema de

governo capaz de sanar o que ainda havia de problemático em nossa sociedade e de reformular a identidade do Brasil e de sua população, afinal, a Proclamação propriamente dita havia sido para o cronista mais do que um golpe militar, havia sido uma “revolução vitoriosa”. Nesse sentido, eliminar, por exemplo, as “chagas” do crônico analfabetismo popular, da insalubridade que afetava vastas regiões do país e dos “maus” hábitos e comportamentos populares ainda tão presentes na capital reformada por Pereira Passos, como observado antes, eram tarefas prementes ao novo regime. A crença de Olavo Bilac era a de que a concretização de tais medidas “emanciparia” os brasileiros e os retiraria da ignorância, elevando-os ao desejado *status* de cidadãos ativos, “civilizados” e participantes politicamente, ao mesmo tempo em que desconstruiria a imagem negativa que o país tinha no exterior, então majoritariamente representado por sua imensa beleza natural e por desqualificações relacionadas à negritude de grande parte de sua população. Ainda que Império e República possuíssem “políticas” com a mesma “essência”, sob a ótica de Olavo Bilac os grandes problemas nacionais experimentados naqueles primeiros anos de “vida republicana”, eram em boa parte “heranças” advindas precisamente da letargia e do descaso do regime monárquico.

Em síntese, a partir das diferentes perspectivas e análises esboçadas pelo poeta-jornalista através da imprensa da época, pudemos constatar que, a seu ver, a ordem republicana se encontrava num intrincado processo de consolidação político-institucional, processo este que traria, ainda que lentamente, o aperfeiçoamento do próprio regime político bem como importantes progressos morais e materiais para a nação brasileira. Como veremos, esta abordagem bilaquiana abarcou também o desempenho profissional dos homens públicos do país e desde já vale indicar que para o autor havia claríssima relação entre a “vitalidade” da nascente República e suas respectivas atuações no mundo da política oficial. Inúmeras foram as considerações que Bilac teceu sobre a quem caberia a responsabilidade pelos avanços e retrocessos a serem experimentados pela sociedade brasileira, bem como quem lideraria a concretização dos projetos de modernização que elevariam o Brasil ao patamar de país “civilizado” naquele decisivo contexto histórico e político: certamente não caberia a grande parte de nossa população que tanto criticou em sua longa trajetória jornalística pelos mais diversos motivos.

Enquanto letrado de profundo conhecimento acerca das mazelas do cotidiano político republicano, Olavo Bilac deixara claro através de sua extensa produção cronística, que não chegou a ficar nem de perto satisfeito, à exceção de momentos

marcantes como as reformas Passos ou quando da realização das obras do porto carioca, com as “feições” oligárquicas e excludentes que a República tomara no Brasil, embora também seja bastante nítido em seus escritos que a sua crença de logo ver o país “civilizado” vinha principalmente da própria institucionalidade republicana. Letrado alinhado aos emergentes e modernos ideários liberal e científico, o autor carioca a entendia como o único sistema de governo comprometido com tais ideais políticos e filosóficos claramente convergentes com os seus próprios objetivos de modernização social e de definitiva instalação no país do sonhado progresso, esta quase entidade que seria a regente do processo civilizatório então supostamente vivido pelo Ocidente.

Deste modo, tendo em vista que para Olavo Bilac nos encontrávamos destituídos de população suficientemente esclarecida e disposta ao cultivo da virtude cívica por meio do exercício do voto, visão que ficou por diversas vezes patente em suas análises que tomaram nossos segmentos populares principalmente por sua suposta condição de inferioridade intelectual, moral e social, afinal, eram “moralmente cegos” (*Gaz Not BILAC*, 17/6/1906)<sup>19</sup>, vale ressaltar que, aos seus olhos, caberia sim às nossas classes dirigentes tanto o papel de “guias” destas mesmas classes populares ditas “ignorantes”, como o de direção da jovem República brasileira, embora em muitas ocasiões o autor também tenha ratificado que entendia o perfil de grande parte de nossos políticos como ainda bastante inadequado para um sistema de governo que se pretendia democrático e pautado pelo princípio da representatividade. “Encaminhar” os corações e as mentes dos segmentos sociais menos favorecidos para o apoio à República, para o exercício do voto consciente e para o apreço ao trabalho resignado, seguramente eram pontos vislumbrados e entendidos por Bilac como tarefas centrais para o exercício profissional dos políticos brasileiros, embora estes ainda lhe parecessem bastante

---

<sup>19</sup> A expressão pejorativa a respeito dos segmentos populares iletrados era resultado de sua condição de analfabetismo, sendo esta, de acordo com Olavo Bilac, ao mesmo tempo incapacitante para um consciente exercício de cidadania e nociva à República, pois prejudicava a viabilização de projetos governamentais como o recenseamento civil, proposto no ano de 1906 pela Prefeitura e, segundo o autor, visto com maus olhos pela população comum que o entendera como provável fornecedor de nomes para as listas de convocação militar. À “cegueira moral” Bilac somou outros adjetivos negativos, pois, a seu ver, um “dever social” então era abertamente ignorado, embora reconhecesse que aquela condição de suposta inferioridade moral e intelectual fosse resultado da omissão do Estado na área educacional: “O povo, porém, não compreende isso. Se lhe não demonstrarem cabalmente que o recenseamento civil, organizado pela prefeitura, nada tem de comum com o alistamento militar, organizado pelo Ministério da Guerra, ele, apavorado pelo fantasma da Farda, há de mais uma vez furtar-se ao cumprimento de um dever social, que tão facilmente e com tão grande utilidade para todos pode ser cumprido. Como, porém, fazer esta demonstração àqueles que, por culpa e desídia do Estado, continuam aviltados pelo analfabetismo, moralmente cegos, tristemente mantidos na ignorância, privados da compreensão dos seus direitos e dos seus deveres?” (*Gaz Not BILAC*, 17/6/1906)

desprovidos de um espírito republicano que pudesse inspirar nossa população comum a uma maior adesão à ordem republicana e burguesa que lentamente se erguia por aqui.

O jornalista carioca nos permitiu perceber a posição de direção e liderança que vislumbrava para os nossos profissionais da política, quando se pôs a elaborar complexo diagnóstico a respeito da “puberdade” da República. Na ocasião, Bilac se utilizou de termos que indicavam, de modo relativamente claro, as funções sociais, políticas e pedagógicas que concebia enquanto inerentes ao exercício profissional dos homens da política republicana, então tomados como os principais responsáveis pelo mal estar generalizado que dizia haver no país em relação ao jovem regime. Para o autor, naquele contexto nossos políticos não demonstravam o devido apreço e empenho pela “saúde” da República brasileira, embora, de acordo com suas palavras, só deles esta última então recebia “alimentação do corpo e do espírito” e a ninguém mais cabia qualquer responsabilidade pelo notório “descontentamento geral”. Ainda que crítica, tal perspectiva, a nosso ver, apenas reforça a liderança política que Olavo Bilac concebia como devida aos estadistas republicanos:

A República festeja o seu décimo quarto aniversário no meio de um descontentamento geral. [...] Se ela envelheceu antes da puberdade, ou se, à míngua de nutrição, ainda não tem o desenvolvimento que os seus quatorze anos de vida já lhe deveriam assegurar, - a culpa é vossa, tutores sem escrúpulo, amas-de-leite sem leite, amas-secas sem carinho, educadores sem preparo, mentores sem prudência! queixai-vos de vós mesmos, e não dela, - que só de vós tem recebido a alimentação do corpo e do espírito. (*Gaz Not BILAC*, 15/11/1903).

Enfim, temos claro que o cronista Bilac se colocou através de suas atividades jornalísticas em posição de aberto engajamento em favor da legitimação e consolidação da República no Brasil, apesar das mazelas com as quais o nascente regime ainda teria de conviver e perante muitas das quais o poeta-jornalista jamais se calou reconhecendo a sua difícil resolução em curto prazo. Ciente da “orientação social” (DIMAS, 2006, p.50) que lhe era possível exercer devido principalmente ao prestígio que conquistara nos meios intelectuais e à sua inserção profissional em periódicos de renome, Bilac percebia claramente o duro caminho a ser enfrentado por aquela República que vira “nascer” e assumir no decorrer dos anos, indesejadas e incômodas feições oligárquicas.

As representações do autor sobre o primeiro regime republicano de nossa história, misturaram um pouco do encanto de um sujeito que ainda jovem se juntou à

militância de intelectuais que desejavam a queda da monarquia brasileira, e um pouco da desilusão de um amadurecido intelectual que compreendia muito bem as complexas problemáticas inerentes à hegemonia política oligárquica que vira ascender ao controle da República, sobretudo após a saída de Floriano Peixoto da presidência do país. Que o regime republicano brasileiro era, a seu ver, resultado de uma “revolução vitoriosa”, nos parece algo irrefutável, contudo, julgamos importantíssimo reconhecer que o jornalista Bilac tinha plena ciência de que o caráter revolucionário que atribuía à Proclamação, em grande parte restringia-se ao próprio efeito oriundo do acontecimento histórico, ou seja, à mera e inédita mudança de regime político que encetou. O fato de que a República após anos de instalada não conseguiu superar questões que vinham dos tempos do Império, incomodou bastante o autor que seguramente desejava uma “revolução” que consolidasse de fato no Brasil, pacíficas relações políticas que não obstaculizassem o progresso nacional em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Por outro lado, cabe destacar que juntamente às palavras de Olavo Bilac que demonstravam a sua total adesão e crença na ideia de superioridade da República enquanto regime moderno, virtuoso, progressista e democrático, perante o autoritarismo e a caducidade do regime monárquico, residia o fato de que o próprio jornalista vislumbrava também a manutenção da hierarquia social em crescente complexificação no país. Assim, aos trabalhadores, controle social, empregos, higiene e educação; às classes dirigentes, as rédeas do processo civilizatório que concretizaria por aqui o tão prezado e multifacetado fenômeno da modernidade.

Para nosso jornalista, a República devia limitar-se à concretização de uma moderada liberalização política e à nossa modernização social e econômica sem prender-se a utopias sociais tais como aquelas oriundas das emergentes doutrinas socialistas e anarquistas. Logo, solucionar o problema da abismal desigualdade social brasileira, por exemplo, não era tarefa para o nascente regime republicano que notoriamente se comprometeu mais com a ordem social do que com o bem-estar de nossa população. Ideal defendido por “perigosos” anarquistas (*Gaz Not BILAC*, 5/8/1900), aos olhos bilaquianos era inútil debatê-lo, pois, quem ocupasse os quadros das instituições republicanas, deveria ter como princípio norteador que “Quem administra não pode, está claro, dar ventura e riqueza a todos” (*Gaz Not BILAC*, 21/6/1903). A constatação embutida na afirmativa citada, a de que nossos governos deveriam limitar-se a papéis neutros como os de “meros administradores” que

racionalmente dirigiriam o país, enfrentando os problemas sociais através de soluções técnicas, como veremos mais à frente, trazia consigo justamente a concordância de nosso autor quanto aos ideais científicos inerentes à emergente “Ideologia da higiene” (CHALHOUB, 1996, p.29) e em relação à excludente lógica capitalista que adentrava o Brasil naquela virada de século.

Portanto, caberia à República brasileira, mormente ser o “fator catalizador” político-institucional da abrangente e diversificada modernização que grande parte da intelectualidade coeva a Bilac, assim como o próprio, desejava para o país e sua nação. Para o autor, a ela não era devida a responsabilidade pela extinção da desigualdade social e das relações de ordem e dominação que se mantiveram por aqui mesmo após o término da monarquia e da escravidão. Pelo contrário, a República antes deveria vigilantemente continuá-las, embora através de instrumentos legais e ideológicos bastante diferentes daqueles utilizados pela monarquia, ou seja, por meio de uma nova relação com a sociedade civil que agora lhe “sustentava” e legitimava através de uma excludente cidadania política. O regime republicano brasileiro, merecedor de lembranças laudatórias assim como de críticas contundentes da parte de Olavo Bilac, ainda que comandado por representantes de oligarquias, a seu ver, majoritariamente incompetentes, corruptas e completamente distantes do idealizado perfil de ilustração e virtuosismo, deveria ser consolidado sob o lema “ordem e progresso” para que fossem conformados cidadãos ordeiros, patriotas, letrados, politicamente participativos e dispostos ao trabalho formal, ou seja, totalmente distantes e contrários ao tipo de vida que levavam as “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996, p.20) que o autor tanto repudiou através de sua produção intelectual.

Determinadas por fatores diversificados, as representações que Olavo Bilac veiculou sobre o regime republicano devem ser interpretadas enquanto inseridas e, ao mesmo tempo, reflexos das experiências que estabeleceu em meio à conjuntura histórica em questão, que conformou o seu pensamento em termos filosóficos e políticos e o teve como importante agente histórico das transformações então em curso, embora, por outro lado, também como indicadoras do olhar extremamente aguçado que possuiu para as potencialidades, virtudes e mazelas intrínsecas àquele inédito sistema de governo. A República brasileira que acabara caracterizada como “oligárquica”, não era aquela com a qual o jornalista carioca e boa parte de seus pares havia sonhado em seus tempos de militância republicana, contudo, após anos de prisões, revoltas, exílios e diário contato com a complexa rotina da política oficial e partidária de sua época, pode-se dizer que

Olavo Bilac, através das páginas da imprensa em que atuou, adotara posição de aberto e constante engajamento em prol das cirúrgicas reformas que reconhecia enquanto basilares à modernização daquela democracia, a seu ver, ainda muito excludente e extremamente necessitada de aperfeiçoamentos em âmbitos variados.

### Capítulo 3 – *Os profissionais da política republicana, segundo Olavo Bilac.*

No contexto imediatamente posterior à Proclamação, boa parte de nossa intelectualidade se colocou entusiasticamente à disposição do Governo Provisório, sendo exemplar o manifesto de apoio que enviara ao mesmo (CARVALHO, 1984-85, p.125) e que trazia claramente as suas pretensões de participação e influência nos rumos que a nação e a nova institucionalidade tomariam dali em diante. Entretanto, com o decorrer dos anos a tendência foi a difusão de certo desencantamento entre tais segmentos letrados que acabaram se afastando do novo regime conforme se depararam com características comuns aos seus primeiros anos de “vida”, tais como o autoritarismo dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o domínio político oligárquico e a intensa especulação financeira, advinda principalmente da implantação da política-econômica do Encilhamento.

Olavo Bilac escreveu suas crônicas ao longo deste contexto histórico, que desencantou boa parte da intelectualidade nacional adepta do novo regime e que ao mesmo tempo nos revela a sua consolidação político-institucional enquanto marcada pela predominância de poderosas oligarquias majoritariamente distantes da perspectiva política de nossos homens de letras, então bastante inclinados pela ideia de uma República “sustentada” pelos princípios da virtude, do mérito, do progresso e por um livre exercício de cidadania, realidade certamente ainda um tanto distante de sua devida concretização por aqui.

A trajetória intelectual bilaquiana abarcou praticamente todo o período de ascensão e afirmação da ordem política republicana, e uma vez que o autor certamente experimentou de perto grande parte destes processos, adquirindo no seu desenvolvimento cotidiano enorme conhecimento a respeito do mundo político de sua época, deve ser ressaltado que um nítido sentimento de repulsa se fez bastante presente em diversos escritos de sua autoria, justamente em relação à boa parte da política praticada naquela nascente República, servindo-nos como importantes exemplos suas crônicas altamente críticas a respeito dos desmandos eleitorais relativamente comuns durante a vigência do referido regime político. Por outro lado, cabe destacar que a perspectiva crítica de Olavo Bilac abrangia inclusive os “efeitos” decorrentes da maneira pela qual a política brasileira era conduzida à época, sendo bastante ilustrativa nesse sentido a constante abordagem que dedicou ao afastamento popular em relação às

urnas, a seu ver, em grande parte resultante da conduta profissional dos sujeitos que então comandavam a República.

Deste modo, ao mesmo tempo em que reconhecemos que o jornalista Olavo Bilac experimentou, muitas vezes mergulhado num profundo asco, as nuances da complexa consolidação do regime republicano, não podemos deixar de constatar que este processo fora viabilizado principalmente pela atuação dos profissionais da política presentes nos quadros da referida institucionalidade, a despeito do maior ou menor destaque que ganharam nos estudos históricos até hoje desenvolvidos sobre o período em questão. A partir desta perspectiva é que pretendemos desenvolver o presente capítulo, que tem como objetivo principal analisar as representações que o cronista Bilac veiculou a respeito dos representantes oficiais da ordem republicana estabelecida.

As crônicas jornalísticas do autor, dentre elas as voltadas para o tratamento de temáticas de cunho político, seguramente não estavam isoladas na efervescente imprensa da virada de século, que tinha a atuação de nossos parlamentares como elemento certo em suas colunas. Assim, é possível afirmar que as profundas análises realizadas pelo cronista carioca, seguramente foram acompanhadas por muitos outros escritos produzidos por intelectuais coevos que também não se limitaram a uma simplória escrita informativa quanto às práticas e condutas políticas que permeavam o cotidiano da jovem República brasileira.

Contudo, um panorama geral dos círculos intelectuais da Primeira República nos leva a perceber diferenciações fulcrais nas análises e nos posicionamentos que adotaram em relação ao corpo de políticos brasileiros. Sem dúvida podemos compreendê-los enquanto resultantes de fatores como as diferentes filiações políticas e filosóficas adotadas por nossos letrados, os desiguais posicionamentos que possuíam no campo intelectual da época e até o próprio perfil dos periódicos em que atuavam. A título de ilustração vale lembrar que a imprensa do período da *Belle Époque*, embora possuísse perfil bastante eclético e polifônico, por diversas vezes conseguiu “modelar” as produções intelectuais que veiculou em suas páginas, tendo em vista que seus periódicos comumente encontravam-se ligados a interesses políticos, financeiros, estéticos e culturais nem sempre convergentes com as perspectivas dos intelectuais que abrigava.

Esta gama de fatores certamente, em maior ou menor medida, contribuiu para a formação das diversificadas perspectivas de análise que nossos intelectuais esboçaram a respeito do espaço da política oficial e dos sujeitos nele atuantes, para a determinação

das direções que suas críticas e protestos assumiram, e inclusive para a formulação de seus próprios projetos de modernização da nação, em grande parte elaborados à luz dos padrões sociais europeus.

Nos seus quase vinte anos de produção cronística, entre outras muitas temáticas, Olavo Bilac fundamentalmente abordou a política de seu tempo, a República e suas esferas de governo, assim como o desempenho profissional dos políticos que as “dirigiam”. Como vimos anteriormente, algumas crônicas bilaquianas nos atestaram que o autor carregava consigo o entendimento de que grande parte da “saúde” do regime republicano e da nação brasileira seria devida à atuação dos profissionais da política que “povoavam” os seus quadros oficiais, e nesse sentido, tais reflexões do jornalista, além de incluírem esta última entre as principais problemáticas que afetavam a política de seu tempo, certamente se aprofundaram na discussão da importância da conduta dos políticos brasileiros para o progresso da sociedade da época em seus mais diversos aspectos.

Tendo em vista a tarefa de analisar as representações e impressões veiculadas pelo jornalista Olavo Bilac acerca dos profissionais da política nacional, desde já manifestamos plena ciência de que nos seria impossível abordar todos os sujeitos políticos sobre os quais escreveu e que procuraremos abarcar tanto crônicas caracterizadas por uma escrita generalizadora como aquelas marcadas por uma abordagem de caráter mais específico, por exemplo, voltadas ao tratamento particular de nomes de destaque no mundo político republicano, traço relativamente comum à produção cronística bilaquiana.

Nesse sentido, no que se refere às fontes analisadas, almejamos a conciliação entre os aspectos quantitativo e qualitativo, uma vez que já temos suficiente percepção quanto a certa tendência intrínseca à escrita de Olavo Bilac sobre os políticos de sua época. Em linhas gerais, percebemos que, por um lado, quando elaborou referências positivas ou elogiosas, o autor abertamente relacionou os nomes dos sujeitos em questão, e por outro lado, quando realizara abordagens de teor crítico sobre tais homens públicos, Bilac comumente “apagava” os seus respectivos nomes substituindo-os por denominações ao mesmo tempo pejorativas e bastante evasivas, embora certamente menos comprometedoras para quem já havia experimentado o exílio e a prisão justamente por seu engajamento político e intelectual.

Deste modo, encaminharemos nossa análise lidando com as múltiplas feições assumidas pela extensa produção cronística bilaquiana e prezando por aqueles escritos

que julgarmos mais ilustrativos ao objetivo de revelar, em linhas gerais, como Olavo Bilac interpretava a atuação dos políticos com os quais convivera no período da Primeira República, quais responsabilidades e tarefas entendia como devidas a eles e qual importância atribuiu a tais indivíduos no que se refere ao “funcionamento” da nascente República brasileira e em relação aos seus próprios projetos de modernização da nação. Por outro lado, melhor compreender tais representações também nos ajudará a contribuir para um conhecimento ainda maior do pensamento político bilaquiano, a melhor identificar quais condutas e perfis políticos o autor apoiou ou repudiou e a ratificar a interpretação de engajamento intelectual do mesmo enquanto letrado profundamente dedicado à discussão e à elaboração de projetos modernizadores que solucionassem as principais problemáticas que tanto afetavam a complexa sociedade brasileira da época.

Como vimos, um panorama geral das crônicas mais contundentes e críticas publicadas por Olavo Bilac enfocando a atuação de parlamentares e estadistas brasileiros, nos permite afirmar que a sua tendência mais evidente era precisamente a não-identificação dos sujeitos envolvidos em sua abordagem. Entretanto, como outros intelectuais de seu tempo, a exemplo de Lima Barreto, o jornalista jamais se furtou a analisar incisivamente quaisquer problemáticas ligadas ao mundo da política republicana, ainda que tenha mantido “apagados” os seus respectivos responsáveis pelo uso que comumente fazia de termos genéricos, geralmente pejorativos e que na maioria dos casos designavam superficialmente a nocividade de seu exercício profissional.

Para melhor compreender a complexidade inerente à perspectiva crítica bilaquiana em relação ao ofício dos profissionais da política brasileira, julgamos adequado focar algumas representações mais específicas veiculadas pelo autor a respeito do mesmo, uma vez que as compreendemos como plenamente fecundas ao aprofundamento da análise proposta.

Neste plano de análises críticas e denominações um tanto evasivas, é possível afirmar que ser um profissional da política, para o cronista Olavo Bilac, significava a posse de uma série de características não somente peculiares, porém, majoritariamente negativas, afinal, como já destacamos anteriormente, boa parte da política praticada durante o período da Primeira República não era vista com bons olhos pelo autor e nem pela maioria dos intelectuais coevos, desde os adeptos do regime republicano até aqueles que lhe eram contrários, tal como os anarquistas.

Assim, inicialmente gostaríamos de abordar a constante interpretação que Olavo Bilac fizera dos políticos nacionais como homens destituídos de maior rigidez de valores e extremamente familiarizados com a prática da mentira. Certa frase de sua autoria nos traz alguns primeiros vestígios nesse sentido, pois, segundo o jornalista carioca, em edição d'*O Estado de São Paulo*, “Para ser político é preciso antes de tudo ter força de saber mentir e transigir” (*O Est SP BILAC*, 25/2/1898).

As reflexões que Bilac esboçou na crônica em questão tiveram como ponto de partida o questionamento que havia recebido de um leitor a respeito da frivolidade dos assuntos que então abordava em um contexto político dito de “tanta gravidade”. Provavelmente o leitor referia-se ao momento de tensão decorrente do atentado que sofrera o presidente Prudente de Moraes em novembro de 1897 e que havia resultado na aprovação do estado de sítio até finais de fevereiro de 1898 assim como na prisão e desterro de suspeitos envolvidos no episódio. Cabe destacar que a imprensa carioca acompanhara de perto o acontecido bem como as nuances das investigações, publicando capas ilustradas, colunas recheadas de informações oficiais e diversos escritos de intelectuais a respeito do assunto, tais como os de Olavo Bilac.

Ao dar prosseguimento à sua escrita, o jornalista, ao contrário do que poderia se esperar, ratificou a frivolidade de sua produção cronística para o cotidiano da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que procurou confirmar a importância do que ironicamente denominou por “ofício de salvador da pátria”. O tom de Olavo Bilac era de alívio por não ter consigo o fardo das atividades políticas, afinal, “Eu não sou político, e nem me sinto com vocação para o ofício de salvador da pátria. Sou um fantasista, - mais nada. E um fantasista serve apenas para enfeitar as colunas de um jornal”. (*O Est SP BILAC*, 25/2/1898). Contudo, o referido questionamento também servira para que o autor esclarecesse os seus argumentos para as impressões que então esboçava a respeito dos políticos brasileiros, ou seja, como homens hábeis na transigência e na mentira, e revelasse um pouco das “engrenagens”, repletas de tensões e ambiguidades, que regulavam a sua perspectiva:

Para ser político é preciso antes de tudo ter força de saber mentir e transigir. Diante do eleitorado, que poderia eu dizer? A verdade? mas o eleitorado, aceso em justa cólera, me correria à pedrada. A mentira? mas, por mais habilmente que eu tivesse preparado a minha mentira, por mais longamente que eu a houvesse ensaiado, o menos astucioso político de profissão me venceria, tanto é verdade que aquilo que a natureza dá, ninguém o pode tirar. Não nasci para a política, nem a

política foi inventada para mim. [...] eu entraria nela com a minha febre, com o meu entusiasmo, com a minha fé, com a minha sinceridade: - e essa bagagem faria um escândalo lá dentro. (*O Est SP BILAC*, 25/2/1898)

Ao designar o mentir e o transigir como conhecimentos específicos para a sobrevivência no espaço da política e fundamentais às relações estabelecidas entre seus representantes oficiais e o eleitorado, curiosamente Olavo Bilac se afirmava destituído de ambos e por esse mesmo motivo tinha como previsível o seu fracasso caso viesse a se tornar parlamentar. Assim, o mundo da política seria artiloso ao ponto de lhe fazer afirmar, um tanto sutilmente, que as pacíficas relações estabelecidas entre políticos e eleitores eram garantidas justamente pelo simples domínio da retórica por parte dos primeiros, mas também por uma certa dose de cumplicidade dos últimos. Enquanto mero “fantasista” isso não lhe seria possível, pois, “Diante do eleitorado, que poderia eu dizer? A verdade? mas o eleitorado, aceso em justa cólera, me correria à pedrada” (*O Est SP BILAC*, 25/2/1898).

Por outro lado, cabe ressaltar que as últimas linhas do trecho destacado, também evidenciam uma tendência bastante comum aos escritos bilaquianos, qual seja ela, a de afirmação de sua condição de intelectual pretensamente distante da política da capital federal. Em verdade, a interpretação esboçada por Bilac sobre os políticos de sua época como mentirosos e nocivamente transigentes, encontrava boa parte de sua sustentação no contraste que ele próprio elaborou quando se dissera um homem primordialmente do mundo das letras, comprometido com a verdade, com a transparência e ao mesmo tempo afastado das mazelas do mundo da política. Em suma, um intelectual pretensa e inexoravelmente alinhado a princípios completamente opostos àqueles que, no seu entendimento, regiam a “dinâmica” da política republicana.

Contudo, forçosamente temos de ressaltar que a sutileza do falseamento da verdade fora remetida em várias outras ocasiões por Olavo Bilac ao ofício parlamentar, e por meio de crônica publicada no contexto de comemoração da Páscoa do ano de 1908, o jornalista carioca mais uma vez nos permite observar que a mentira seria, aos seus olhos, pré-requisito <sup>20</sup> basilar para uma entrada definitiva na carreira política. Na

---

<sup>20</sup> Em crônica que revelava um diálogo entre o famoso diplomata francês Talleyrand e um jovem aspirante à carreira de político, Olavo Bilac, provavelmente utilizando-se da “voz” do político francês, respondia ao jovem que afirmou não saber mentir a respeito do material utilizado na confecção de uma cadeira: “- Pois, nesse caso, escolha outra carreira! porque o homem que não saber mentir a si mesmo e

ocasião, o autor ressaltou que naqueles últimos dias a figura de Judas havia sido intensamente tratada pela imprensa e indicava ao seu leitor que a abordagem realizada pelo jornal *A Tribuna* havia lhe causado estranheza, tendo em vista que se tratava de um “jornal político, republicano e governista” (*Cor Pau* BILAC, 21/4/1908) que se aproveitou da referida data para caracterizar justamente a política como o mundo da mentira e da traição <sup>21</sup>. A partir do que havia lido no referido jornal, Olavo Bilac desenvolveu a sua interpretação a respeito ao mesmo tempo em que procurou ratificar que se alguém poderia representar a política tão negativamente, esse alguém era ele, “pobre cronista fútil”. Em meio aos seus comentários sobre o citado artigo, o autor demonstrou plena concordância com a ideia de que a política seria umbilicalmente ligada à mentira e à traição bem como explicitara aos seus leitores que o seu pensamento não se limitava à realidade política brasileira:

Compreende-se bem que eu, – pobre cronista fútil, que nunca fui político, e espero morrer sem jamais o ter sido – possa escrever que só mentindo e traindo se pode abrir caminho no terreno político. Sempre foi essa a minha opinião: e nunca limitei esse meu modo de pensar às coisas deste país e deste tempo, mas sempre o dilatei a todos os tempos e a todos os países. (*Cor Pau* BILAC, 21/4/1908).

Ainda que em certa medida a mentira fosse de fato uma prática fundamental à atuação na esfera da política e extremamente presente nas relações entre os círculos políticos e a população brasileira, é capital não ignorarmos que a perspectiva crítica esboçada por Bilac mais uma vez encontrava-se apoiada na isenção e sinceridade que acreditava serem intrínsecas ao letrado que julgava ser. Na crônica em questão, o autor as revelava ao leitor através de uma parcial contraposição, na qual ele próprio colocava-se de um lado, onde reinaria a isenção de interesses políticos e teoricamente em nada afetado pela filiação oficial de seu jornal (o *Correio Paulistano*) ao PRP. Do outro, constaria o jornal *A Tribuna*, então pejorativamente apresentado como um “jornal político” e “governista”, que apoiava “o presidente da República, o ministério, o senador Pinheiro Machado, o deputado Carlos Peixoto, e, em geral, e sem distinção, todo o partido republicano”. (*Cor Pau* BILAC, 21/4/1908).

---

aos outros sessenta vezes em um só minuto, pode vir a ser, neste mundo, tudo... menos político!” (*Gaz Not* BILAC, 14/4/1901).

<sup>21</sup> O artigo do jornal *A Tribuna* citado por Bilac dizia: “É a traição que governa. Aprenda a mentir, a abraçar golpeando, quem hoje pela política pretenda abrir caminho”. (*Apud Cor Pau* BILAC, 21/4/1908).

Ademais, após tais reflexões, não seria exagerado de nossa parte indicar que a representação elaborada pelo jornalista a respeito de si mesmo, enquanto letrado afastado da política, constituía-se importante não somente para o embasamento das críticas que fizera aos políticos brasileiros tanto no *Correio Paulistano* como no *Estado de São Paulo*, mas para a manutenção de sua consagrada posição no campo intelectual da época que seguramente sofria bastante naquele contexto com a pouca autonomia que possuía em relação a influências exteriores, tais como as advindas do campo político. No primeiro dos referidos jornais paulistanos, o cronista Olavo Bilac deixou clara a importância que atribuía à sua posição de intelectual distante dos valores, objetivos e comportamentos que afirmava serem prezados pelo mundo político republicano:

Justamente por isso, muita gente sensata me tem dito que nunca hei de ser coisa alguma neste mundo: perspectiva e ameaça que não me intimidam nem me desagradam, porque nunca descobri a necessidade e a vantagem de “ser alguma coisa”, no sentido que o calão político liga a essa expressão... (*Cor Pau* BILAC, 21/4/1908).

Constatada a recorrente abordagem realizada por Olavo Bilac a respeito dos profissionais da política brasileira enquanto mentirosos e excessivamente flexíveis em seus valores e posicionamentos, e que o cronista tinha claro para si mesmo que a sobrevivência no mundo da política exigia atributos deste tipo, pode-se dizer que o contraste resultante da ênfase que concedera à sua condição de intelectual suposta e exclusivamente comprometido com as atividades letradas e com a verdade, se constitui enquanto nítido reflexo do contexto histórico da virada do século. Neste último, a figura do intelectual gozava de grande influência e privilegiado posicionamento social, afinal, seria ele o homem do conhecimento, aquele que poderia propor soluções e respostas para os principais problemas da nação brasileira (SEVCENKO, 2003 p.102) e que possuía estreito contato com o repertório teórico em voga no mundo ocidental (ALONSO, 2002, p.176), sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Em lado contrário estariam situados os nossos políticos, tal como Bilac nos permite depreender, e nele predominariam princípios e práticas precisamente opostos aos prezados pelo próprio e por grande parte da intelectualidade da época, tais como os mencionados exercícios retóricos recheados de mentiras e falsas promessas.

Por outro lado, julgamos legítimo afirmar que a referida perspectiva bilaquiana deve ser compreendida como também determinada pelas características básicas inerentes ao espaço profissional jornalístico, uma vez que o autor nele construíra grande

parte de sua trajetória intelectual e dera plenas amostras de sua adesão ao discurso de neutralidade e liberdade jornalística em expansão principalmente no âmbito da grande imprensa. Nesse sentido, através desta última, Olavo Bilac não somente “pavimentou” boa parte de sua carreira intelectual, como se apresentou ao público-leitor enquanto letrado desvinculado das inúmeras problemáticas que tanto afetavam o mundo político coevo, constando muitas vezes dentre elas as atuações profissionais de nossos políticos. A nosso ver, a grande imprensa da época constituiu-se o espaço adequado tanto para a veiculação das representações do autor acerca de si mesmo, enquanto “fantasista” e “pobre cronista fútil”, como para a difusão de sua perspectiva extremamente crítica em relação às inverdades que dizia comumente proferidas pelos representantes oficiais da ordem política estabelecida. Vale ressaltar que boa parte dos periódicos da imprensa de grande porte da virada do século, procurou caracterizar-se justamente pela prestação de informações isentas de quaisquer influências políticas, embora saibamos que esta não era a realidade de grande parte da prática jornalística da época, que tantas vezes se filiou a atores do campo político republicano ou assumiu abertos posicionamentos em relação ao mesmo, tal como o *Correio da Manhã*, jornal fundado e dirigido por Edmundo Bittencourt e assumidamente divergente do ideal de neutralidade então veiculado de maneira cada vez mais recorrente. Segundo Marialva Barbosa, era o *Correio da Manhã* “um jornal de oposição” (BARBOSA, 2000, p.26).

Ainda em âmbito relacionado à imprensa e precisamente sobre as representações que Olavo Bilac elaborou a respeito de si mesmo e dos políticos de seu tempo, entendemos como inteiramente plausível interpretá-las como indício de uma possível estratégia adotada pelo próprio cronista para conquistar uma maior aproximação com o público-leitor e, em última instância, a devida consagração de sua carreira intelectual. Bilac seguramente não desprezou a inclusão de certo sentimento de empatia no seu processo de produção intelectual, sobretudo no que se refere a temáticas relativas à política cotidiana da capital. Afinal, conhecia de perto muitas das mazelas enfrentadas pela população brasileira e sabia que a possibilidade de conquistar os seus corações e mentes certamente passava pela elaboração de uma abordagem voltada a problemas por ela enfrentados, tais como: a truculência dos governos republicanos, a ineficácia profissional de seus representantes oficiais, a corrupção, as fraudes eleitorais, a negligência governamental em relação à prestação de serviços públicos básicos, entre outras mais.

Logo, o ato bilaquiano de censurar nossos políticos por seus discursos vazios e mentirosos, além de expressar o pensamento político do jornalista, a nosso ver indica uma interessante estratégia adotada pelo mesmo para atrair a atenção do leitor brasileiro para os seus escritos. Contudo, Bilac certamente carregava consigo o entendimento de que a “adesão” do público à sua produção intelectual, não era tão fundamental à ratificação de seu posto de consagrado homem de letras tal como o fato de compor os quadros profissionais da *Gazeta de Notícias*, onde conquistou significativo capital simbólico atuando ao lado de reconhecidos letrados de sua época:

É que a *Gazeta*, naquele tempo, era a consagradora por excelência. Não era eu o único que a namorava; todos os da minha geração tinham a alma inflamada nessa mesma ânsia ambiciosa. Não era o dinheiro que queríamos: queríamos consagração, queríamos fama, queríamos ver o nosso nome ao lado daqueles nomes célebres. (*Gaz Not BILAC*, 02/8/1903).

Em verdade, uma possibilidade de maior compreensão da complexidade inerente às referências feitas por Olavo Bilac às “habilidades” que tantas vezes ratificou como básicas ao exercício profissional parlamentar, reside no reconhecimento das importantes observações tecidas por Pierre Bourdieu acerca do conceito de campo político, sobretudo porque nos permitem entender as designações de nosso autor como indícios de uma visão mais profunda de sua parte em relação à dinâmica do referido campo que

é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (BOURDIEU, 1989, p.164)

Durante décadas de atividade intelectual, Bilac manteve estreito convívio com o mundo político republicano e muitos de seus profissionais, a nosso ver, elemento fundamental para a significativa capacidade de compreensão e análise que esboçou a respeito tanto dos “problemas” gerados pela interação entre os agentes envolvidos no campo político da época, como da “cultura esotérica” produzida pelo mesmo, segundo Bourdieu,

feita de problemas completamente estranhos ou inacessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo talvez, de *distinguos*, de matizes, de sutilezas, de agudezas, que passam despercebidos aos olhos dos não-iniciados e que não tem outra razão de ser que não sejam as relações de conflito ou de concorrência entre as diferentes organizações ou entre as “tendências” ou as “correntes” de uma mesma organização. (BOURDIEU, 1989, p. 178)

Os chamados “não-iniciados”, tal como Bilac, seguramente possuíam maiores chances de não interpretar adequadamente os “distinguos”, as “agudezas” e os “produtos políticos” frutos da dinâmica bastante específica do campo político, uma vez que, como o sociólogo francês observou, a sua capacidade de compreensão em relação aos mesmos seria diretamente proporcional à sua distância em relação ao lugar de sua produção, ou seja, o citado campo. Contudo, levando em conta tais implicações teóricas bourdieusianas, julgamos legítimo atribuir a Olavo Bilac uma capacidade de compreensão diferenciada em relação à dinâmica intrínseca ao campo político e apontá-la como determinada principalmente por sua trajetória intelectual de grande proximidade em relação aos círculos políticos republicanos e por sua extensa carreira no jornalismo opinativo, necessária e cotidianamente debruçado no trato de variadas problemáticas de caráter essencialmente político.

Retomando ponto anteriormente tratado a título de ilustração, é interessante perceber que o próprio jornalista interpretara a impossibilidade de seu sucesso no campo político justamente através da sua incapacidade de manipulação das sutilezas próprias às relações estabelecidas entre os seus agentes e àquelas entre estes e os ditos “não-iniciados”: reconhecendo perante o público-leitor que não era páreo para quaisquer outros políticos no que se refere à prática da mentira para com o eleitorado, nos dizeres do cronista carioca “o menos astucioso político de profissão me venceria, tanto é verdade que aquilo que a natureza dá, ninguém o pode tirar. Não nasci para a política[...]” (*O Est SP BILAC*, 25/2/1898). Como Bourdieu chega a ressaltar nesse sentido, “nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial” (BOURDIEU, 1989, p. 169)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Em continuação ao trecho destacado, Pierre Bourdieu afirmou: “É, em primeiro lugar, a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de

Deste modo, a importância da afirmação de Olavo Bilac também reside na implícita demonstração que nos fornece quanto à sua fundamental percepção de que o mundo da política era dotado de “regras próprias” as quais compreendia em grande parte, ainda que fosse um “não-iniciado”. “Manejar” as argúcias tão comuns à política do cotidiano da capital era algo literalmente para profissionais ou “iniciados”.

Como dissemos, as observações de Bourdieu sobre o conceito de campo político, seguramente constituem suporte teórico-metodológico importantíssimo para uma compreensão mais aprofundada da perspectiva do cronista Olavo Bilac a respeito dos profissionais da política republicana. Nesse sentido, apoiados na ideia de que nosso autor possuía notório entendimento acerca da dinâmica que regia o referido campo, ainda cabe lugar à análise de algumas outras representações negativas que publicou enfocando os homens da política brasileira, afinal, não devemos ingenuamente acreditar que suas análises críticas se limitaram a dizê-los mentirosos, tal como mencionamos anteriormente. Outros inúmeros “atributos” contundentes marcaram presença nas crônicas bilaquianas, ainda que estas tenham seguido a tendência de não nomear os sujeitos envolvidos nos acontecimentos ou processos abordados.

Tendo em vista o caráter concorrencial inerente à interação estabelecida entre os agentes do campo político, pode-se dizer que Olavo Bilac nos forneceu exemplos concretos de que compreendia claramente as intrincadas relações que permeavam o âmbito da política oficial republicana e que as tinha como demasiadamente afastadas de urgentes problemáticas do cotidiano da sofrida população brasileira. Enquanto jornalista atuante e circulante pelas ruas da capital, Bilac não apenas constatou facilmente tal panorama como não deixou de explicitá-lo aos leitores de suas crônicas por meio de sua ótica profundamente crítica:

E duzentos senhores, no meio desta quietação universal, no meio desta universal suavidade, saltam apressadamente, e vão dar à língua na rua da Misericórdia. E não se trata de salvar de uma invasão estrangeira o território da pátria; não se trata de inundar de libras esterlinas toda superfície do Brasil; não se trata de dar um pouco de tranquilidade aos ricos e um pouco de pão aos pobres... trata-se de arranjar o triunfo pessoal deste nome sobre aquele, e a vitória de um rótulo mentiroso sobre um outro rótulo não menos mentiroso. Luta de boticários rivais: os remédios são os mesmos; mas, como o que dá dinheiro não é a droga, e sim o rótulo, força é que o boticário A. queira derrotar o

---

uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais.” (BOURDIEU, 1989, p. 169)

boticário B., e que o boticário B. queira encher de fel o alambique do boticário A. Oh! política! Oh! estupidez!... (*Gaz Not BILAC*, 21/5/1899).

O incômodo que o jornalista sentia por perceber que as relações entre os “atores” da política nacional, muitas vezes não estavam voltadas para o tratamento de demandas comuns à sociedade civil, mas primordialmente para a concorrência típica do campo político, em verdade comumente acabara por intitular tal postura como “politicagem” ou mesmo “Luta de boticários rivais”. Deste modo, pode-se afirmar que o referido sentimento bilaquiano indiretamente nos evidencia que o autor inclinava-se favoravelmente pela ideia de que a política desenvolvida pelos representantes oficiais da ordem republicana deveria estar em constante relação e contato com a população que lhes elegera. No âmbito da política municipal, os trabalhos desenvolvidos por Marcelo Magalhães são bastante ilustrativos no que se refere à explicitação de que havia de fato concretas e significativas relações de representação política entre os habitantes cariocas e os profissionais da política local (MAGALHÃES, 2004).

Obviamente que o jornalista Olavo Bilac não tinha o mundo político coevo como desprezível em sua totalidade, ainda mais sob os padrões republicano-democráticos dos quais era adepto, contudo, estúpida seria sim a excessiva atenção que constatava como dada pelos profissionais da política à concorrência em âmbito político-institucional. Como podemos depreender de suas palavras, a referida conduta política meramente centrada no “triunfo pessoal deste nome sobre aquele”, seria mais do que uma “estupidez”, significava a reprodução de uma postura de desatenção extremamente nociva à possibilidade de resolução de inúmeras problemáticas que ainda afetavam bastante a vitalidade de nossa vida social, econômica e política.

Em verdade, quando elaborou as destacadas reflexões, Bilac tinha em mente abordar de maneira incisiva, a falta de comprometimento que entendia como marcante no exercício profissional de nossos políticos diante de urgentes tarefas que então saltavam aos olhos até daqueles que não pertenciam ao espaço político-institucional, tal como ele próprio Olavo Bilac. Na ocasião, em meados de 1899, o jornalista carioca se referia especificamente à crise econômica e cambial que atingiu o país no início do mandato presidencial de Campos Sales, e provavelmente às disputas territoriais que então se processavam em torno do território do Amapá.

Em resumo, entendemos que o olhar analítico de Olavo Bilac conseguia de maneira bastante eficiente “decifrar” a mencionada “cultura esotérica” resultante da

dinâmica do campo político, e conseqüentemente, abarcar o latente sentido inerente às complexas tratativas que caracterizavam a política da época, aos seus olhos, uma “estupidez” em sua maioria, tendo em vista que não tinha entre suas prioridades “dar um pouco de tranquilidade aos ricos e um pouco de pão aos pobres” e muito menos “salvar de uma invasão estrangeira o território da pátria”. Cabe destacar inclusive que Bilac dera outras amostras de que realmente lhe incomodava bastante constatar que os profissionais da política nacional eram excessivamente concentrados nas relações estabelecidas dentro do campo político. Quando se referiu à prosperidade que marcou o início do mandato presidencial de Rodrigues Alves, devida principalmente ao saneamento financeiro organizado pelo governo Campos Sales, o jornalista deixara claro ao seu leitor que “Nestes últimos dois anos, há como uma ressurreição da energia nacional” e que “Enquanto os parlamentares se descompõem e injuriam, os trabalhadores obscuros vão modestamente cumprindo a sua missão na terra.” (*Gaz Not BILAC*, 3/5/1903).

Um outro aspecto legítimo a ser considerado a partir das representações críticas que Olavo Bilac publicou acerca de nossos políticos, reside no alcance que estas provavelmente ganharam no imaginário da população brasileira, afinal, em plena virada do século esta já se encontrava em crescente integração com a dinâmica urbana das grandes cidades, e conseqüentemente, com as mais diversas nuances intrínsecas ao modo de vida moderno que se consolidava por aqui e que seguramente tinha o intenso contato com a imprensa como uma de suas principais características: “Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração.” (LUCA In: LUCA; MARTINS, 2008, p.150).

Deste modo, levando em conta o apelo simbólico inerente à posição consagrada de Olavo Bilac no campo intelectual assim como os perfis dos periódicos nos quais atuou no período enfocado – jornais e revistas de porte financeiro, altas tiragens diárias e nitidamente voltados para o consumo das camadas médias e populares da capital e de São Paulo (com exceção das revistas *Kosmos* e *A Bruxa*) –, não seria exagerado afirmar que as análises críticas que veiculou representaram uma contribuição para a difusão de uma perspectiva profundamente negativa a respeito do exercício profissional dos políticos brasileiros, e nesse sentido, para o aumento da desconfiança e distanciamento da população brasileira em relação ao mundo da política oficial, diga-se de passagem, já

comumente retratado por grande parte da intelectualidade nacional como repleto de condenáveis práticas e comportamentos.

Sendo assim, as interpretações de Bilac, a nosso ver, não somente propagaram a ideia de que o cotidiano político republicano seria majoritariamente caracterizado por fraudes eleitorais, arranjos partidários e corrupção, mas também contribuíram para a consolidação no imaginário popular de representações que tornavam a prática política da época mera “politicagem”, coisa que não valia a pena acompanhar ou discutir. Ou seja, a política era representada como “tribofe”<sup>23</sup>, o que justificava a recusa manifestada publicamente pelo autor quanto a qualquer possibilidade de vir a se tornar um deputado. O relato provavelmente ficcional sobre o contato que teria estabelecido com os meios utilizados nas fraudes eleitorais da época, é bastante ilustrativo quanto à abordagem de feições bastante generalizadoras que Bilac comumente utilizou para se dirigir aos seus leitores. Segundo o jornalista carioca, um “guarda-chuva humano” é que havia lhe revelado aquele aspecto que ele próprio dizia muito comum à realidade política coeva:

Eu, por mim, declaro que, se algum dia perdesse o senso moral até o ponto de me sujeitar a isso, e se tivesse a desgraça de ser eleito deputado por essa tropa de maraus, o meu primeiro cuidado, ao receber o alvará de representante da nação, seria pegar [ilegível] com as extremidades de uma longa pinça e leva-lo ao Desinfetório da rua D. Manuel [...]. Ai de nós! é realmente assim que se faziam aqui as eleições, e é ainda assim que elas vão se fazer no próximo dia 18! O guarda-chuva humano, que me visitou há dias, não é uma exceção, um caso singular, uma anomalia, um caso teratológico: é um exemplar da rica fauna eleitoral [...]. (*Gaz Not BILAC*, 15/2/1903).

Em verdade, o processo de consolidação político-institucional do regime republicano brasileiro, marcado, dentre outros traços, pela ascensão da hegemonia política das oligarquias agroexportadoras de São Paulo e Minas Gerais, consta enquanto “pano de fundo” de toda a produção cronística do poeta-jornalista Olavo Bilac. Nesse sentido, no que se refere especificamente às críticas e às mais diversas manifestações de incômodo que nosso autor publicou enfocando a conduta profissional dos políticos de sua época, julgamo-las enquanto valiosos indícios de que suas análises foram também

---

<sup>23</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, a ideia do “tribofe” ilustraria a perspectiva que as camadas populares teriam da política no período republicano, sendo ela o espaço das trapaças, da esperteza, do jogo sujo: “O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe.” (CARVALHO, 1987, p.160).

mais ou menos determinadas pela experiência pessoal que tivera do referido processo político que certamente vivenciou com olhos atentos e extremamente críticos.

Os primeiros momentos de vida da República brasileira foram recebidos com grande euforia por diversas frações da intelectualidade nacional e naquele contexto eram conhecidas as suas pretensões de integrar os quadros profissionais da referida institucionalidade. Tais anseios se concretizaram de maneira bastante limitada, uma vez que, apenas o primeiro governo republicano do Estado do Rio de Janeiro, chefiado por Francisco Portela, acabara empregando alguns letrados de renome <sup>24</sup> em sua administração.

Tal entusiasmo, como mencionado anteriormente, não durou muito tempo, afinal, a estabilização da República trouxe à tona processos decisivos para que boa parte da intelectualidade da época se afastasse definitivamente da política oficial se voltando, por exemplo, para o mundo literário ou para o trabalho burocrático do funcionalismo público. O autoritarismo do mandato de Floriano Peixoto, a oligarquização do regime republicano, os inúmeros conflitos internos do período, entre outros fatores, foram centrais para o desencantamento experimentado por nossos letrados, inclusive por Olavo Bilac que chegou a ser preso algumas vezes durante o mandato do “Marechal de Ferro”. Pode-se dizer inclusive que havia um sentimento de frustração entre nossa desiludida intelectualidade, tendo em vista o patente fracasso de suas pretensões de encaminhamento da nascente República brasileira pelos trilhos da virtude, do talento e do mérito tão propagados em seus inflamados discursos de militância republicana. Contudo, a decepção que se difundiu entre os círculos letrados coevos não resultou no seu total afastamento do mundo da política, e o próprio Olavo Bilac consta como exemplo de intelectual que conciliou uma grande dedicação ao mundo das letras com um estreito contato com importantes nomes da política republicana.

Em termos gerais, a transição do autoritarismo florianista para a definitiva hegemonia política dos grupos oligárquicos, significou para boa parte das camadas letradas adeptas da República, as quais Bilac integrava, a degeneração da maioria de suas intenções reformistas no âmbito da política. De acordo com o panorama desenhado por Maria Tereza Chaves de Mello, tais oligarcas possuíam perfil nitidamente incompatível com os ideais de ilustração, virtuosismo e meritocracia tão valorizados pela referida intelectualidade. Afinal, ao mesmo tempo em que muitas vezes não

---

<sup>24</sup> Olavo Bilac fora nomeado para a Secretaria de Interior, Coelho Neto para a Secretaria de Governo, Pardal Mallet acabara como arquivista e Aluísio Azevedo fora empossado como oficial da Fazenda.

possuíam a esperada formação intelectual, encontravam-se comprometidos com interesses, práticas e condutas políticas que tais letrados desprezavam veementemente, tais como o clientelismo, o coronelismo e o nepotismo:

Se os intelectuais pensaram, em algum momento, em substituir as famílias tradicionais – e atrasadas – do império por uma aristocracia do talento, a realidade dos fatos pareceu mostrar-lhes que o princípio democrático da igualdade de oportunidades servira, antes, para dar passagem a negociastas ou até às massas. [...] Ao contrário da sociedade perfeita, progressista e racional que se desenhou na década de 1880, o que se via, concretamente, era a ascensão de Zé-ninguéns, de pessoas desclassificadas e de arrivistas que ficavam muito ricos da noite para o dia. Agora, no lugar de bailes como o da Ilha Fiscal, as grandes festas da Capital apresentavam um desfile deplorável: pessoas mal ajambradas e muitos uniformes. A mediocracia, enfim. Não foi a República do talento, não foi a meritocracia. Em vez da aristocracia, o país foi convulsionado por um tumulto quase anárquico que desembocou num regime oligárquico. (MELLO, 2011, p.132-133)

Neste quadro político de predomínio das oligarquias, também naufragaram boa parte das pretensões reformistas e modernizadoras projetadas por Olavo Bilac, e é possível afirmar que aos seus olhos era nítido o descompasso existente entre o seu ideal de uma República conduzida por uma elite esclarecida, guiada pelos ideais da ordem, da virtude, da ciência, do progresso e da civilização, e o perfil das lideranças políticas empossadas nos quadros daquele regime que sonhara comprometido com o advento dos tempos modernos no país.

De nossa parte, acreditamos que a rica experiência obtida pelo jornalista na vivência do processo de afirmação da República sob moldes oligárquicos, seguramente em grande parte aprofundada pela proximidade que possuía em relação ao alto escalão político da época, muito contribuiu para a formação da perspectiva extremamente crítica e analítica que demonstrou ter quanto ao perfil que compreendia e designava enquanto inerente à boa parte dos integrantes do corpo de profissionais da política nacional.

Em síntese, podemos depreender das palavras de Olavo Bilac que as características que entendia como componentes do perfil de significativa parcela de nossas classes dirigentes, se lhe afiguravam enquanto majoritariamente negativas e inadequadas à viabilização de suas intenções de modernização da realidade social e política do país. A seu ver, poucos seriam os representantes oficiais da República distantes dos comportamentos e práticas que considerava corriqueiros e nocivos tanto à

sociedade brasileira como ao próprio regime republicano. A participação no arranjo de fraudes eleitorais e de conchavos partidários, o descompromisso para com o bem-estar da população e até a falta de polidez, foram notados pelo jornalista carioca como alguns traços que integrariam o perfil essencialmente negativo daqueles políticos que tanto criticou através de sua engajada produção cronística.

De acordo com a ácida ironia bilaquiana, as nossas sessões parlamentares eram "rituais" de excelência e elemento basilar para que o parlamento nacional fosse considerado diferente de qualquer outro no mundo. Em termos mais precisos, o que possibilitava tal peculiaridade, segundo Olavo Bilac, era justamente a capacidade que nossos políticos demonstravam na utilização dos tantos palavrões e injúrias permitidos pela diversidade intrínseca à língua portuguesa. Deste modo,

Isto é difícil de compreender, sem explicação; mas, depois de explicado, é claro como água. O brilho da vida parlamentar vem principalmente do consumo de desaforos que há nas sessões. Quanto mais crespas são as objurgatórias, quanto mais descabeladas as descomposturas, mais brilhante é o parlamento. Ora não há língua que possa competir com a nossa em riqueza de vocabulário insolente. Qualquer injúria tem, em português, uma sinóníma opulenta. É por isso que o nosso parlamento excele, entre todos os do mundo... Ainda há três dias houve uma sessão animada:

-Você é um miserável!

-Você é um cachorro!

[...] A sala da Cadeia Velha já tem ouvido coisas piores: já não há destemperos de linguagem que a espantem. (*Gaz Not BILAC*, 03/5/1903).

Para o cronista, no espaço da política definitivamente não predominariam os costumes, valores e práticas tão prezados pela sociedade da época, tais como o respeito mútuo, a honestidade, o fino trato, a civilidade e o apego ao trabalho. Na crônica em questão, de maneira dúbia o poeta-jornalista Bilac parabenizava o Brasil pelos quatrocentos e três anos completados recentemente e acabara inserindo em meio à sua abordagem a referida caracterização do parlamento brasileiro que, aos seus olhos, se distinguia mais pelo uso de xingamentos e pela falta de postura e civilidade de seus integrantes, do que pela dedicação profissional dos mesmos ao tratamento dos principais problemas da nação brasileira. Era nítido o incômodo que o autor sentia

perante a conduta de nossos políticos que então interpretava como nocivamente envolvidos pelas paixões do mundo parlamentar e ainda um tanto distantes de uma postura profissional mais “civilizada”, ou seja, de acordo com a importância dos cargos que ocupavam. Na verdade, sem maiores rodeios e através de uma sutil ironia, Olavo Bilac tinha em mente deixar claro para o público-leitor que por aqui “Só amamos o progresso numa coisa: na política. Aí, sim! aí somos de um adiantamento e de uma cultura que tocam as raias da perfeição suprema.” (*Gaz. Not BILAC*, 3/5/1903).

Por outro lado, vale ainda pontuar que as críticas que o jornalista tecera em relação a determinadas características que entendia como intrínsecas ao perfil de muitos dos homens da política republicana, chegaram ao ponto de censurar até a demasiada atenção que estes supostamente concediam ao falatório e à aparência pessoal. O “tom” da escrita bilaquiana nos indica que tais comportamentos seriam corriqueiros no dia-a-dia profissional destes políticos que pareciam aos olhos do autor, e provavelmente, de seus leitores, significativamente relapsos perante assuntos e questões prementes à sociedade brasileira:

São Eles que chegam, os nossos amáveis deputados, Talleyrands e Brummels ao mesmo tempo, casando a argúcia política à futilidade gamenha. Cada pacote que chega do Norte ou do Sul traz as amuradas garridamente cheias dessas flores humanas, em cachos e em festões, já desprendendo o aroma de sua eloquência... Santo Deus! vai começar a Falação! [...] Nessa azáfama, os boatos fervilham... (*Gaz. Not BILAC*, 19/4/1903).

Quando elaborou as observações acima destacadas, Bilac ilustrativamente se referiu às primeiras medidas tomadas pela gestão municipal de Pereira Passos para dar início às famosas reformas urbanas que viriam a modernizar e embelezar o centro do Rio de Janeiro. A alusão feita pelo cronista destacava as primeiras compras de antigos prédios que a Prefeitura então realizava para viabilizar a sua posterior demolição. Em meio a este contexto de obras modernizadoras, as quais recebera com enorme entusiasmo, Olavo Bilac tinha claro para si mesmo que era grande a diferença entre o perfil do prefeito-engenheiro e aquele que caracterizaria os parlamentares que haviam acabado de desembarcar na capital para a posse de seus mandatos. Nesse sentido, pode-se dizer que o contraste resultante do olhar comparativo que o jornalista esboçara na crônica, ressaltou para o seu público-leitor não somente a importância que concedia às iniciativas de modernização urbanística da Prefeitura, mas a improdutividade e o

descompromisso que acreditava serem marcantes na conduta dos parlamentares então supostamente alheios ao “adiantamento moral [e] material” vigente: “Enquanto os políticos falam e comem, a Prefeitura Municipal mostra-se disposta a agir, comprando prédios velhos para deitá-los abaixo, e rasgando ruas novas no centro da cidade.” (*Gaz Not BILAC*, 19/4/1903).

A esta altura já podemos ter como certo que o pensamento político bilaquiano trazia cristalizadas em sua composição, profundas críticas à boa parte da atuação profissional dos políticos do período republicano, assim como o fato de que as análises do autor se constituíam frutos não somente determinados por seu talento criativo e perspectiva política, mas também pela intensa experiência que tivera do contexto histórico em questão e pelas características, limitações e dinâmica próprias ao mundo jornalístico e intelectual contemporâneo. Em verdade, interpretar os escritos bilaquianos como expressões “transparentes” e completamente desprovidas de quaisquer determinações exteriores ao processo de produção intelectual do autor, a nosso ver representa entendimento equivocado, uma vez que o campo intelectual da época ainda encontrava-se em vias de constituição, ou seja, ainda bastante vulnerável, por exemplo, a influências oriundas de agentes do campo político.

Que os nossos profissionais da política possuíam uma imagem bastante negativa junto a Olavo Bilac e grande parte da intelectualidade nacional, parece-nos relativamente fácil de perceber, já que letrados contrários e favoráveis à República bem como adeptos das mais diversas correntes filosóficas e políticas, constantemente demonstravam através de suas análises, sobretudo no âmbito do jornalismo, nítidas discordância e contrariedade perante suas atuações que tantas vezes acabaram representadas aos olhos dos leitores brasileiros como corruptas, mentirosas, descompromissadas, ineficazes, dentre outras desqualificações. Contudo, é importante destacar que as perspectivas de análise esboçadas por tais intelectuais comumente relacionavam-se a propostas de reformas e a projetos de nação muito distintos, ainda que as mazelas de teor político por eles abordadas tenham sido muito semelhantes.

Em meio a esta intelectualidade marcada por diversos posicionamentos filosóficos e políticos, bem como por variadas opiniões a respeito dos profissionais da política da época, situavam-se os olhares extremamente críticos de Olavo Bilac, porém, não menos certos quanto ao entendimento de que seria privilegiado o posicionamento social e enormes as responsabilidades que os referidos políticos “carregavam” consigo, sobretudo para a determinação dos destinos que a nação brasileira seguiria naquele

alvorecer de século XX. Esta, aos olhos do jornalista, ainda se encontrava em lenta “construção” após a queda da monarquia e bastante carente de atuações políticas à altura da modernização social que tanto desejava, tendo em vista a sua conformação ao modelo de sociedade hegemônico, marcadamente liberal e burguês, então já estabelecido na Europa ocidental.

Em termos mais específicos, partindo de indícios importantes deixados por Bilac, podemos afirmar que, do seu ponto de vista, o referido posicionamento social privilegiado que caberia às classes dirigentes e aos políticos de um modo geral, se traduziria em possibilidades avantajadas de ingerência sobre as mais diversas nuances da vida social.

Na verdade, houve ocasiões em que o autor chegou a destacar a diferenciada posição de comando e controle social que acreditava ser intrínseca ao ofício dos profissionais da política republicana, através de suas contundentes críticas ao mundo político coevo, sendo exemplar nesse sentido a abordagem que dedicou ao processo de transição entre os mandatos presidenciais de Prudente de Moraes e Campos Sales. À época, ao mesmo tempo em que criticava as ações praticadas pelos agentes do campo político em relação à população brasileira, implicitamente reconhecia o potencial destas lideranças políticas na determinação dos “caminhos” a serem trilhados pela sociedade de seu tempo, fossem eles penosos ou não. Tal potencial lhes fora atribuído pelo jornalista na crônica em questão, como se pode depreender, principalmente porque localizavam-se internamente à máquina estatal, realidade muito diferente daquela vivida pelo comum cidadão brasileiro, ainda detentor de uma frágil e excludente cidadania. A instabilidade social e política seria o traço principal, segundo Olavo Bilac, daquele momento de transição e incerteza, no qual “Os políticos [...] têm necessidade, sempre que termina um mandato presidencial, de dar vazão ao *stock* de doestos e de ressentimentos que possuem em casa”:

Na política há a liquidação do período presidencial. [...] Além disso, há certas precauções a tomar. Tu, mísero burguês ou desgraçado operário, tu podes perfeitamente ficar exposto a todos os perigos e a todas as eventualidades do período que vem... Tu nasceste para pagar e para sofrer [...]! Tu não fazes política; tu não armas na câmara, nem no senado, nem no jornalismo partidário, as intrigas, as conspirações, os choques e contrachocos, os conflitos de que nascem as revoltas, os assassinatos, os estados de sítio, as prisões em massa e os fuzilamentos. Bem sabemos que somos nós os autores de tudo isso,

nós, os senadores, nós, os deputados, nós, os políticos! (*Gaz Not BILAC*, 23/10/1898)

Em relação às impressões esboçadas por Bilac, julgamos que a sua indicação quanto a possíveis conturbações advindas do período de transição entre governos e a possibilidade de opressão que então atribuía aos políticos nele envolvidos, constituem-se importantes indícios, ainda que não tão explícitos, de que a sua perspectiva de análise compreendia tais profissionais da política enquanto situados em posições de comando determinantes para a gerência da sociedade brasileira em seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, um entendimento ainda mais completo desta proposição, pode ser alcançado ao atentarmos para a concomitante análise realizada pelo cronista a respeito da situação em que se encontrariam os cidadãos brasileiros, desde o “desgraçado operário” ao “miserável burguês”, naquele contexto de patente instabilidade política. Para Olavo Bilac, pouco caberia aos últimos para além do sofrimento, do trabalho resignado e da cega obediência, devido justamente à posição subalternizada em que se encontravam e que lhes tornava, portanto, incapazes de resistir à dominação imposta pelas classes dirigentes “alojadas” em espaços social e politicamente privilegiados para tal: “besta de carga, queremos de ti a condescendência e a obediência do teu lombo, a submissão dos teus queixos, o abano resignado de tuas orelhas, a tranquilidade das tuas palas!” (*Gaz Not BILAC*, 23/10/1898).

Por outro lado, deve ser ressaltado que constava juntamente às afirmações de Olavo Bilac, a sua percepção de que a dominação política exercida pelas classes dominantes envolvia outras estratégias além da coerção física propriamente dita. Tal dominação encontrava-se relacionada também ao controle dos postos de comando do mundo político coevo, o que, como o jornalista nos permite depreender, seria uma “demanda” cara aos profissionais da política nacional, sobretudo para a manutenção de sua posição privilegiada na hierarquia social e no *status quo* vigentes:

Bem sabemos que somos nós os autores de tudo isso, nós, os senadores, nós, os deputados, nós, os políticos! Mas, por isso mesmo, é que precisamos ficar a coberto da possível repressão de perturbações dessa ordem; votamos um projeto de lei regulamentando o estado de sítio, acolhemo-nos cautamente sob o pátio das imunidades parlamentares, e continuamos a intrigar, a conspirar, a esbanjar dinheiro, a fomentar indisciplinas. Quando chegar o *dies irae*, tu irás para o xadrez, tu irás apodrecer na Casa de Correção [...]: e enquanto isso, ó burguês ou operário!, nós senadores, nós deputados, nós

políticos, acorados debaixo das asas do Regulamento, embrulhados confortavelmente nas nossas imunidades, iremos gozando a vida e comendo o teu dinheiro. Rebenta sendeiro! sofre, burro! foi para isso que nasceste! (*Gaz. Not BILAC*, 23/10/1898)

A título de aprofundamento no que se refere ao entendimento esboçado por Olavo Bilac quanto aos profissionais da política como homens detentores de grande ingerência sobre a sociedade brasileira de sua época, gostaríamos de nos deter um pouco mais justamente em outras reflexões que propôs com este enfoque.

Como afirmamos anteriormente, o processo de consolidação da República, marcado pela afirmação do predomínio político das oligarquias paulista e mineira, contextualiza a maior parte da produção cronística bilaciana que em inúmeras ocasiões abordou o tema. E embora Olavo Bilac tenha se revelado bastante crítico quanto à conduta política seguida por grande parte dos grupos oligárquicos, temos como forçosa a constatação de que a solidificação do regime republicano no Brasil constituía-se enquanto processo caro aos seus olhos, mesmo sob o comando destes últimos.

Em termos gerais, o fortalecimento da República significava para Olavo Bilac, assim como para outros diversos letrados contemporâneos, não somente a garantia do adequado funcionamento político-institucional do novo regime, mas a possibilidade de concretizar no país um complexo processo de modernização que viria a envolver a nossa sociedade em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, e que impulsionaria, concomitantemente, a formação da nação brasileira. Contudo, levando em conta as análises realizadas pelo autor, pode-se afirmar que a sua perspectiva revelou-se significativamente pessimista no que se refere à concretização dos referidos processos, sobretudo por sua constatação quanto à gravidade dos problemas que ainda atravancavam o sonhado progresso da sociedade brasileira. São bastante ilustrativos nesse sentido os diversos escritos nos quais criticou a negligência governamental em relação a questões como o analfabetismo da maioria da população brasileira. A incompetência ou o descaso dos governos republicanos para enfrentar este problema crônico, que figurava entre os mais graves do país, eram, a nosso ver, responsáveis em grande parte pelo sentimento de desencantamento explicitado por Bilac que se utilizara da famosa frase de Saldanha Marinho para tratar dos rumos que a jovem República brasileira tomava no início do século XX:

Mas a República tem uma puberdade triste e apagada. Dizem alguns que a menina chegou à velhice [...]. Outros, mais otimistas, dizem que

a moça está com o desenvolvimento retardado [...]. O certo é que ninguém está satisfeito. A República festeja o seu décimo quarto aniversário no meio de um descontentamento geral. [...] Ide à Câmara, ide ao Senado, lêde os jornais políticos, entrai nos botequins em que se reúnem os antigos republicanos sem emprego, - e por toda a parte encontrareis esta frase magoada, soando como uma campanada de *réquiem*: “Não era esta a república que eu sonhava!” Dizem que o velho Saldanha Marinho, pronunciou essa frase pouco antes de morrer; a moda pegou [...]. (*Gaz Not BILAC*, 15/11/1903).

O olhar crítico e desiludido do jornalista, deixava claro para o leitor que aquela República não era a que havia desejado para o seu país precisamente no contexto de comemoração do aniversário da Proclamação. A ocasião era extremamente propícia para que algumas reflexões fossem esboçadas pelo autor quanto ao sentimento de desencanto que havia lhe tomado e que constatava ter se disseminado pelos círculos políticos e letrados de sua época. Nesse sentido, ao escrever sobre a sensação de incômodo que então envolvia a institucionalidade republicana, que ainda não havia atingido o seu pleno desenvolvimento, Bilac não deixou de direcionar a sua análise para a identificação, não obstante limitada, dos principais responsáveis pela “puberdade triste e apagada” que a mesma então vivia:

Os que se queixam, com mágoa maior, são justamente os que ainda estão governando e os que já governaram, os que ainda estão ou estiveram no parlamento, no ministério e na imprensa, encarregados da missão de zelar pela saúde física e moral da república que viram nascer. Se ela envelheceu antes da puberdade, ou se, à míngua de nutrição, ainda não tem o desenvolvimento que os seus quatorze anos de vida já lhe deveriam assegurar, - a culpa é vossa, *tutores* sem escrúpulo, *amas-de-leite* sem leite, *amas-secas* sem carinho, *educadores* sem preparo, *mentores* sem prudência! Queixai-vos de vós mesmos, e não dela, - que só de vós tem recebido a alimentação do corpo e do espírito. (*Gaz Not BILAC*, 15/11/1903) [grifos nossos]

Observamos pois que as reflexões de Bilac atribuíam grande responsabilidade aos profissionais da política nacional pelo descontentamento generalizado que então envolvia a República, nos bastando atentar para a sua objetividade e para as adjetivações que utilizou para se referir aos mesmos: “a culpa é vossa, tutores sem escrúpulo, amas-de-leite sem leite, amas-secas sem carinho, educadores sem preparo, mentores sem prudência!”.

Em segundo lugar, a despeito da negatividade intrínseca às críticas feitas pelo autor aos políticos, é possível constatar, baseados em uma noção mais geral do pensamento bilaciano, que a maioria das representações utilizadas pelo jornalista carioca – tais como “tutores”, “educadores”, “amas-de-leite” e “mentores” –, não seriam meramente retóricas ou desprovidas de um sentido mais profundo, mas sim vestígios indicadores do papel diferenciado que atribuía às lideranças políticas nacionais naquele contexto histórico. Especificamente a respeito das representações relacionadas ao âmbito da educação ou da pedagogia – “tutores”, “mentores” e “educadores” –, julgamo-las especialmente providas de significado ainda mais complexo, tendo em vista a centralidade que a alfabetização possuía no projeto de modernização da nação concebido por Bilac, mais precisamente a sua difusão pelas camadas populares brasileiras. Em verdade, a massificação da instrução, para o autor, constituía-se instrumento de esclarecimento intelectual <sup>25</sup>, inserção profissional <sup>26</sup> e política <sup>27</sup>, de conformação da ordem <sup>28</sup>, inculcação do patriotismo (ENGEL, 2008, p.4), entre outras finalidades, todas caras ao regime republicano. Em última instância, alfabetizar a população brasileira, significava aos seus olhos, apagar um dos estigmas do passado escravista e colonial do país, e conseqüentemente, contribuir para a sua elevação ao patamar das potências modernas e “civilizadas” da época, sobretudo a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

A nosso ver, para uma maior compreensão do papel que Bilac atribuiu aos profissionais da política na crônica destacada, e que seguramente não se limitava ao momento político que motivou a sua veiculação na *Gazeta de Notícias*, é importante lançar um olhar panorâmico sobre a sua produção cronística, que nos revela o seu engajamento na discussão das principais problemáticas enfrentadas pela sociedade

---

<sup>25</sup> Ao discorrer a respeito da desconfiança popular em relação ao recenseamento civil proposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, Olavo Bilac deixara claro que tal postura era fruto do analfabetismo das camadas populares que não possuíam o devido esclarecimento intelectual para compreender que tal medida em nada estava relacionada ao alistamento militar que então era concomitantemente organizado pelo Ministério da Guerra (*Gaz Not BILAC*, 17/6/1906).

<sup>26</sup> Em crônica da *Gazeta de Notícias*, de 19 de maio de 1907, Olavo Bilac abordou o abandono e a exclusão social experimentados pelos negros no Brasil após a abolição da escravidão, indicando justamente a formação educacional como o principal meio para a sua inserção social e profissional.

<sup>27</sup> Em edição da *Gazeta de Notícias* de 01 de outubro de 1905, já citada anteriormente, consta uma aberta defesa da parte de Olavo Bilac quanto ao exercício do voto apenas para os indivíduos alfabetizados, o que nos permite depreender que, aos olhos do autor, seria a alfabetização instrumento fundamental para a inserção no mundo da cidadania política e que havia de sua parte plena concordância com o princípio constitucional que na época proibia o voto aos sujeitos analfabetos.

<sup>28</sup> Tal perspectiva, a nosso ver, encontra-se ratificada na crônica publicada na *Gazeta de Notícias* de 20 de novembro de 1904, na qual Bilac desferiu profundas críticas aos envolvidos na Revolta da Vacina e desenvolvera a ideia de que o conflito em questão, em grande parte era devido ao analfabetismo que vigorava na capital federal.

brasileira da época, juntamente ao seu entendimento de que estas representavam grandes “obstáculos” aos processos de consolidação da República e modernização da realidade social do país, ambos basilares ao seu projeto de nação.

Em termos mais específicos, parece-nos que a atribuição de funções proeminentes aos políticos coevos, por parte do cronista Bilac, explica-se principalmente pela perspectiva bastante negativa que possuía a respeito da população brasileira, a seu ver, a mais afetada pelas mazelas que assolavam o país. Entretanto, cabe destacar que este olhar profundamente negativo do jornalista, se devia em boa parte ao seu nítido alinhamento às concepções políticas de caráter elitista, comuns à maioria dos círculos letrados e políticos coevos. Inclusive, as observações que Bilac teceu em crônica a respeito dos segmentos sociais populares envolvidos na Revolta da Vacina, são bastante ilustrativas nesse sentido (*Gaz Not BILAC*, 20/11/1904).

A produção de diagnósticos e análises de caráter negativo e condenatório em relação à situação das camadas populares brasileiras era bastante difundida entre os intelectuais e políticos brasileiros da época e baseava-se não apenas na constatação da precária situação social em que estas se encontravam, mas também nas teorias científicas de viés racista e em noções equivocadas, como a de classes perigosas.<sup>29</sup> De sua parte, Bilac por diversas vezes elaborou críticas onde manifestava a crença de que os segmentos populares seriam atrasados, convergindo assim com as perspectivas de análise mencionadas. Entretanto, é preciso frisar que o cronista não compartilhava das teorias racistas que então propagavam ideias como as de condenação da miscigenação ocorrida no Brasil e de inferioridade racial da população afrodescendente (DANTAS, 2007, p. 176-179). Enfim, baseados em diversas reflexões do autor, pode-se dizer que aos seus olhos ainda não havia se constituído uma nação no Brasil, uma vez que a sua população seria ainda “infantil”<sup>30</sup>, potencialmente perigosa<sup>31</sup> e maciçamente analfabeta, o que por si só já impediria a existência do que entendia como “povo”<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Cf. página 65.

<sup>30</sup> Em crônica da revista *A Bruxa*, debatendo com Ferreira de Araújo sobre a decadência do teatro brasileiro, Olavo Bilac dizia claramente: “Queriam os regeneradores do teatro nacional que esse povo desse as costas às operetas e às revistas de ano, e só fosse passar as suas noites em salas severas, em que se representassem peças animadas de um largo sopro de arte, escritas com observação e estilo. Esquecem-se os regeneradores que isso, razoavelmente, só se pode exigir de povos, que, longamente educados, de geração em geração, chegam insensivelmente, depois de muitos séculos de aperfeiçoamento, a possuir um sentimento artístico, capaz de discernir e escolher entre o que é arte e o que é palhaçada. Este povo de ontem, este povo criança, este povo que ainda nem sabe que é povo, pode lá saber o que é arte?” (*ABruxa BILAC*, 21/2/1896)

<sup>31</sup> Ao abordar a falta de operários para os trabalhos que surgiam na cidade do Rio de Janeiro, Olavo Bilac revelou um olhar sobre as camadas populares que as apreendia como “classes perigosas”: “O homem

Da análise realizada até aqui podemos depreender, portanto, que Olavo Bilac conferia aos “profissionais da política” um papel diferenciado, cabendo-lhes a posição de gerência da sociedade brasileira em todos os seus aspectos assim como a função de liderança política e pedagógica dos processos de constituição da nação e de estabilização da República. Para o autor, ambos seriam fundamentais diante do quadro de instabilidade política e atraso social que tantas vezes denunciou em suas crônicas jornalísticas.

Um complemento importante à perspectiva de que Olavo Bilac concebia sim os profissionais da política como os necessários líderes daquela nação ainda em vias de constituição, reside no fato de que na mencionada análise da *Gazeta de Notícias*, nem por um momento atribuiu quaisquer responsabilidades a outras classes ou grupos sociais pelo descontentamento geral que dizia vigorar em relação à República brasileira, à exceção dos círculos políticos e letrados coevos. À população comum, nada fora atribuído. Como observamos anteriormente, a ela cabia, em linhas gerais, labutar e apoiar a ordem política estabelecida.

Sendo cara ao autor “a missão de zelar pela saúde física e moral da república”, era evidente a atribuição que o próprio realizava quanto à responsabilidade pela “vitalidade” do regime político. Se se percebesse como cidadão pertencente a um sólido regime democrático, marcado, por exemplo, por significativa participação política popular, tal como desejava, talvez Bilac tivesse levado em conta a população comum como a principal responsável pela situação deste último. Contudo, como pudemos perceber, não era esta a sua visão e justamente por isso é plenamente compreensível a sua afirmação de que os cuidados com a República caberiam quase que exclusivamente aos círculos políticos dominantes, ou seja, “justamente os que ainda estão governando e os que já governaram, os que ainda estão ou estiveram no parlamento, no ministério e na imprensa”. Afinal, como poderia Olavo Bilac atribuir às camadas populares brasileiras, a responsabilidade pelo futuro do primeiro regime republicano do país, se as considerava majoritariamente iletradas e ignorantes, violentas e em nada afeitas à virtude cívica do voto? Em suma, “amamentar” e “tutelar” a República brasileira, para o

---

pobre, que vê a sua atividade sem emprego, não tem a esperança infatigável. Bate a uma, a dez, a cem portas: quando o desespero lhe entra na alma, aí está a taverna, com o seu balcão tentador, aí está o álcool com as suas alucinações, aí está a gazua para os roubos e a faca de ponto para o assassinato.” (*Gaz Not BILAC*, 21/6/1903).

<sup>32</sup> De acordo com Olavo Bilac, a existência de um “povo” estaria condicionada em grande parte à sua alfabetização, portanto, “No Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há ‘povo’, onde os analfabetos estão em maioria.” (*Kosmos BILAC*, 11/1904).

autor, era tarefa para aqueles que supostamente tinham um mínimo de capacidade, esclarecimento e vontade para tal.

Portanto, a despeito das muitas críticas que fizera à conduta profissional de nossos políticos, para o jornalista carioca cabia e deveria continuar a caber aos mesmos a posse dos instrumentos de intervenção, dominação e direcionamento dos rumos da sociedade brasileira, sobretudo porque entendia que o país e sua população menos favorecida, ainda se encontravam extremamente necessitados de políticas reformistas que viabilizassem a sua inserção na avassaladora era da modernidade em expansão no mundo ocidental.

De nenhum modo seria acertado interpretar a produção cronística bilaquiana como unicamente composta por representações e análises negativas a respeito dos profissionais da política da época. Na verdade, o poeta-jornalista Bilac publicou diversas análises de caráter positivo, chegando ao ponto de nelas inserir rasgados elogios e o seu declarado apoio intelectual a variados nomes do mundo político republicano. A nosso ver, tais impressões mais positivas também merecem a devida atenção, sobretudo porque carregam consigo o valioso potencial de nos revelar, ainda que superficialmente, por quais perfis, condutas e nomes da política Olavo Bilac chegou a demonstrar o seu apoio e quais motivações o levaram a tal posicionamento. Cabe ainda destacar que, de maneira completamente diferente das ocasiões em que se colocou a criticar ou a ridicularizar os políticos de seu tempo, quando normalmente não revelou os seus respectivos nomes, Bilac, ao analisar positivamente o seu exercício profissional ou quaisquer temáticas ligadas ao mundo da política, jamais hesitou em nomear abertamente os sujeitos envolvidos.

Enfim, apoiados na proposição de que Olavo Bilac realmente tinha os profissionais da política como os principais responsáveis pela consolidação da República e pela modernização da sociedade brasileira, tomamos como ponto de partida a ideia de que a devida dedicação dos referidos políticos a ambos os processos, constituía-se enquanto fator determinante para que a sua abordagem os considerasse positivamente. Contudo, a título de aprofundamento analítico, é forçoso que nos dediquemos a esmiuçar as “facetas” mais específicas e inerentes a esta proposição.

Podemos afirmar que Olavo Bilac comumente se referia à afirmação político-institucional do regime republicano e à modernização de nossa sociedade, principalmente porque o seu processo de produção intelectual ocorrera de maneira concomitante à realização de ambos e devido às obrigações inerentes ao seu ofício de

cronista, necessariamente debruçado sobre as nuances da vida social e política coeva. Nesse sentido, um olhar panorâmico sobre a escrita cronística bilaquiana, nos permite constatar, em termos gerais, que o autor carregava consigo uma constante preocupação em relação à “saúde” da República e da sociedade brasileira, e que algumas atuações políticas foram por ele interpretadas como positivas para que a estabilidade política reinasse na curta vigência da “jovem” institucionalidade e para que a civilização finalmente se fizesse em terras brasileiras.

Um dos nomes mais abordados por Olavo Bilac, devido ao seu entendimento de que de sua parte houve importante contribuição para a consolidação da ordem republicana, foi o do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Em realidade, o seu governo foi um dos mais analisados pelo jornalista carioca e seguramente por grande parte da imprensa da capital federal, sobretudo porque abriu caminho para o predomínio político dos grupos oligárquicos em meio a graves conflitos internos que acabou por enfrentar e derrotar: a Guerra de Canudos e a Revolução Federalista.

Olavo Bilac tinha plena noção do conturbado cenário político no qual se desenvolvera o mandato de Prudente de Moraes, que teve de lidar com uma complexa “herança” deixada pelos governos militares anteriores, sobretudo pelo mandato de Floriano Peixoto, dentre outras mazelas. Ferrenha oposição política de grupos como os florianistas, grave queda dos preços internacionais do café, os referidos conflitos internos e até uma tentativa de assassinato, em novembro de 1897 (fato até então inédito na história da política brasileira), constituem-se exemplos dos significativos “percalços” enfrentados pelo primeiro presidente civil do país. De acordo com Renato Lessa, o cenário político no qual Prudente de Moraes assumiu a presidência, trazia consigo um “legado” bastante complicado de ser administrado, pois,

Ao completar cinco anos, a República não apresentava qualquer garantia a respeito de sua visibilidade futura. Os governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), assolados pela instabilidade e pela ausência de rotinas institucionais, caracterizaram-se por um absurdo padrão de instabilidade auto-sustentada. [...] O legado de Floriano Peixoto foi pródigo em focos de oposição ao novo governo: Exército, funcionalismo público e governadores serão seus protagonistas. (LESSA In: CARVALHO, 2001, p. 32-35).

Quando da morte de Prudente de Moraes, Olavo Bilac publicou em sua crônica uma espécie de necrológio, referindo-se principalmente ao seu mandato presidencial, e nele deixara claro não somente que era adepto da ideia de que os problemas enfrentados

pelo presidente foram de significativa gravidade, como se lamentava pelas consequências que estes acarretaram à sua pessoa, que “teve no período presidencial de 1894 a 1898, uma vida tão intensa e tão agonizada, que nunca mais a sua alma pôde recuperar a antiga serenidade e o antigo equilíbrio” (*Gaz Not BILAC*, 7/12/1902). Para o jornalista carioca, Prudente de Moraes “decerto tinha cometido erros, - porque era homem, e era além disso político, - e a política é um marnel que ninguém pode atravessar sem ficar com alguns pingos de lama na roupa” (*Gaz Not BILAC*, 7/12/1902). Entretanto, era Prudente de Moraes também um “Hércules sagrado”, que havia executado durante o seu mandato uma “obra” de tamanha importância para o país que o lamaçal da política jamais poderia manchá-la:

Mas a obra da Pacificação, de que ele foi o Hércules sagrado, era tão bela e tão fulgente, que na sua beleza e no seu fulgor morriam, apagados, todos os erros possíveis do Pacificador. Quando, em 1894, Prudente de Moraes entrou as portas do palácio do Catete, sozinho, insultado na sua dignidade, sem honras oficiais, sem homenagens que lhe eram devidas, ainda o sangue brasileiro ensopava o Sul, na mais criminosa e absurda das guerras civis. Pacificar o Rio Grande, todos o sabiam, seria prestar à pátria o mais glorioso dos serviços. Mas a empresa era arriscada. (*Gaz Not BILAC*, 7/12/1902)

Na crônica, Olavo Bilac se referia mais explicitamente à Revolução Federalista que se encontrava em curso quando Prudente de Moraes assumiu a presidência do país e que era apenas um dentre os vários ingredientes responsáveis pela instabilidade política que tanto afetou o seu mandato. Pouco restava ao estadista para além da dedicação à “empreitada” de negociar e concretizar a paz entre os grupos rivais, sendo eles, os adeptos do Partido Republicano Rio-grandense, aliados a Júlio de Castilhos, e os integrantes do Partido Federalista, liderados por Silveira Martins. À época, as negociações pela paz foram tensas, tendo em vista que importantes lideranças políticas divergiam a respeito. Segundo Edgar Carone, em relação ao protocolo de acordo que viria a selar o fim dos conflitos na região, houve resistência da parte de lideranças como Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Pinheiro Machado, assim como de integrantes do Ministério, mas, “Prudente de Moraes não aceita as críticas e, sob o seu beneplácito e a ação tenaz do General Inocêncio Galvão de Queiroz, conclui-se, em 23 de agosto de 1895, a paz no Rio Grande do Sul” (CARONE, 1977, p.161).

No decorrer do necrológio, ao mesmo tempo em que relembrava nuances inerentes ao mandato presidencial de Prudente de Moraes, Olavo Bilac demonstrou

grande admiração principalmente pela postura de firme enfrentamento que o presidente assumiu diante da Revolução Federalista. Entretanto, ao atentarmos para outros escritos do autor voltados ao tratamento de assuntos comuns ao governo do citado estadista, podemos afirmar que aos seus olhos a “obra da Pacificação” não se restringia ao término dos conflitos no sul do país e que a sua perspectiva de análise extremamente positiva, em relação à “heroica” atuação política de Prudente de Moraes, se devia principalmente ao seu entendimento de que o governo em questão havia dado uma contribuição que, em termos políticos, ultrapassaria em muito o valor do restrito estancamento dos embates inerentes à Revolução Federalista.

Outros conflitos de grande gravidade ocuparam Prudente de Moraes e geraram forte preocupação não somente para as instâncias integrantes da ordem republicana, mas também para o jornalista carioca que tinha plena noção da complexidade do momento vivido pela República brasileira durante o seu primeiro governo civil. As forças necessárias ao combate da desordem teriam de ser semelhantes àquelas mobilizadas para o término da Revolução Federalista, o que determinou a presença de dois traços presentes na maior parte do mandato de Prudente de Moraes: uma crônica instabilidade política, alimentada principalmente por grupos opositores, como os já citados florianistas, e grandes dificuldades econômicas, devidas principalmente às significativas quantias despejadas no custeio das forças oficiais de combate.

Em termos mais específicos, aludimos aqui à outra “faceta” da “obra da Pacificação” tão valorizada pelo jornalista Bilac, qual seja ela, a sangrenta Guerra de Canudos. O conflito na região do arraial de Canudos se iniciou devido a pequenos desentendimentos acerca da entrega de madeira para o término de obras então realizadas por Antônio Conselheiro. Posteriormente, tais desacertos ganharam maiores proporções conforme a resistência de Conselheiro e seus seguidores se mostrou eficaz perante as expedições militares organizadas para sua destruição. Em meio a uma conjuntura política agitada e tendo de lidar com a oposição radical de setores jacobinos, ansiosos principalmente pela desestabilização do cenário político, Prudente de Moraes, sentindo-se cada vez mais pressionado pelo fracasso das forças policiais e militares que combateram os revoltosos de Canudos, acabara enviando para a região, uma quarta e última expedição, liderada pelo general Arthur Oscar de Andrade, que eliminaria o suposto “foco monarquista”, já que contava com aproximadamente 10 mil homens e o mais moderno equipamento bélico à disposição do governo.

Em verdade, os conselheiristas procuravam no arraial de Canudos uma alternativa de vida para a difícil realidade social do Nordeste, marcada pelo mandonismo local, pelo coronelismo e pela decadência da tradicional economia açucareira, embora também o interpretassem como um “lugar privilegiado, mas não exclusivo, onde, pelo sofrimento e pela vida limpa e piedosa, os sertanejos se preparavam para alcançar o Céu” (MONTEIRO In: FAUSTO, 1977, p. 69). A respeito de Antônio Conselheiro, pode-se dizer que o seu posicionamento era, ao mesmo tempo, o de contrariedade em relação à República estabelecida e o de inclinação favorável pelo regime monárquico deposto, aos seus olhos, o único governo legítimo do país (MONTEIRO In: FAUSTO, 1977, p. 66-67).

Em meio à movimentação política que tomou a capital federal durante os conflitos em Canudos e que gerou forte inquietação na população carioca, situava-se Olavo Bilac, que, ao analisar os acontecimentos e embates em processo, corroborou significativamente para a intensa difusão em grande parte da imprensa, da ideia de que os canudenses integravam um movimento de restauração monárquica no país (HERMANN, 1996, p.13). Este clima de crescente tensão chegou ao ponto de determinar o empastelamento de jornais de propriedade de monarquistas e, segundo Jaqueline Hermann, era em maior parte fruto das pretensões políticas oposicionistas de lideranças jacobinas: “todo e qualquer recurso, fosse ele puramente retórico ou não, tinha como objetivo principal deslegitimar a liderança de Prudente de Moraes e desestabilizar o governo.” (HERMANN, 1996, p.14).

Partindo da constatação de que a repressão a Canudos emergira como questão fundamental ao mandato de Prudente de Moraes e certos de que o olhar bilaquiano a respeito deste conflito carrega consigo fecundas possibilidades de reflexão quanto ao referido governo, cabe destacar que a eliminação do movimento canudense era central para a perspectiva de análise esboçada pelo jornalista Olavo Bilac. Segundo o próprio, “Não se trata, pois, de uma simples rebelião, facilmente dominável. A guerra civil de Canudos é muito mais grave que a do Rio Grande do Sul e a da revolta naval, - porque é uma guerra feita por fanáticos, por malucos furiosos que o delírio religioso exalta”. (ABruxa BILAC, 5/2/1897):

Por motivos muito menos importantes do que o motivo de agora, já tivemos muitos estados de sítio. E a medida, hoje, impõe-se como uma medida de salvação, - uma vez que é preciso cercar a desforra que se prepara de todas as garantias de sucesso. [...] ninguém tem o direito de

ficar calado, e muito menos ainda o direito de gracejar, quando os manejos dos monarquistas estão custando ao Brasil muitas vidas, muito dinheiro e muito crédito. [...] porque nunca estiveram mais assanhados e mais merecedores de severa repressão os que desejam ver estraçalhada a República. (*ABruxa* BILAC, 19/3/1897)

O entendimento esboçado pelo autor nos permite depreender, sem maiores problemas, que a eliminação do movimento de Canudos integrava a “obra da Pacificação” a qual se referiu no necrológio de Prudente de Moraes, e que ao executá-la, o presidente prestou grande contribuição para a consolidação da ordem republicana estabelecida, então supostamente ameaçada “por fanáticos, por malucos furiosos que o delírio religioso exalta”. Para tal, como vimos, o jornalista carioca chegou a aventar como legítima, até a possibilidade de decretação do mesmo estado de sítio que havia lhe vitimado poucos anos antes no decorrer do autoritário governo de Floriano Peixoto.

A esta altura temos claro que as crônicas que Bilac publicou a respeito do governo de Prudente de Moraes, ou sobre fatos que o marcaram, como, por exemplo, a Guerra de Canudos, direta ou indiretamente enfatizaram a dedicação do presidente no enfrentamento dos graves conflitos internos que tomaram a maior parte de seu mandato. Portanto, a avaliação positiva que o jornalista fez desse governo refere-se, a nosso ver, ao sucesso da concretização de um objetivo fundamental, qual seja a pacificação social e política interna, sendo bastante ilustrativas nesse sentido as suas próprias impressões a respeito da tranquilidade geral que dizia ter caracterizado o fim da presidência de Prudente de Moraes: “O crime veio dar ao grande patriota a auréola, que lhe faltava, de mártir. O dia em que Prudente de Moraes deixou o governo foi um dia de apoteose. Todos os corações saudaram nele a nobreza do coração brasileiro.” (*Gaz. Not* BILAC, 7/12/1902).

Parece-nos que o epíteto de “Pacificador”, frequentemente utilizado por Bilac para se referir a Prudente de Moraes – por sinal o mesmo atribuído a Caxias, pelo papel que desempenhou na repressão das diversas revoltas que assolaram o Segundo Reinado –, é bastante significativo para ilustrar o seu posicionamento em relação à atuação política do presidente, afinal, a utilização da referida alcunha, dada em sentido inegavelmente positivo, ressalta a importância que atribuiu à “obra” da pacificação interna concretizada pelo estadista e que esta última, aos seus olhos, se constituía enquanto significativa contribuição para a afirmação do ainda “cambaleante” regime republicano brasileiro.

Contudo, o aguçado olhar de Olavo Bilac para as coisas da política, não lhe deixou limitado à ideia de que a afirmação da República envolvia apenas a pacificação das forças políticas e sociais atuantes no âmbito interno. Na verdade, o jornalista carioca tinha plena convicção quanto ao potencial de contribuição da política diplomática para a concretização do regime republicano no Brasil. A nosso ver, o caminho mais adequado para o entendimento desta perspectiva, reside na análise da atenciosa abordagem que o autor dedicou à extensa e consagrada atuação profissional de seu amigo e renomado diplomata, o barão do Rio Branco.

Certamente o famoso diplomata foi um dos profissionais da política mais referidos e exaltados por Olavo Bilac no decorrer de sua carreira jornalística. Talvez precisamente pelo fato de que a política, no âmbito da diplomacia, não lhe parecia tão complicada, ineficaz ou tão comprometida com as intrigas partidárias que comumente qualificou na imprensa através do termo “politicagem”: “Semana de muita política. Não, porém, de política interna, - dessa politicazinha doméstica, que só tem interesse para os chefes grandes ou pequenos que a dirigem. [...] A semana foi muito política... internacional, - e de política internacional, cujo eixo foi o Brasil” (*Gaz. Not BILAC*, 8/4/1906).

No decorrer da virada do século XIX, pode-se dizer que os rumos que o país seguiu no âmbito da política externa, caracterizaram-se pela manutenção das estreitas relações já cultivadas com a Inglaterra, mas também por uma paulatina e crescente aproximação com os Estados Unidos, à época, em fase de franco desenvolvimento econômico e social. Em realidade, desde a década de 70, ainda durante o período monárquico, o Brasil já demonstrava um posicionamento cada vez mais próximo dos Estados Unidos, evidente, por exemplo, no convite feito pelo presidente norte americano Grant, a Dom Pedro II, para abrir a *Centennial Exposition*, na Filadélfia, em 1876 (SILVA In: GONÇALVES; SILVA, 2009, p.113).

Durante o início da Primeira República, os governos militares assumiram nítida inclinação diplomática pelos Estados Unidos, devido principalmente às necessidades de reconhecimento internacional do novo regime político. Conforme os anos se passaram, alguns fatores contribuíram para o recrudescimento das relações Brasil-Estados Unidos, tais como o crescente comércio estabelecido entre ambos os países, interesses geopolíticos norte-americanos e brasileiros, entre outros mais. Este estreitamento de relações, Olavo Bilac não somente percebeu como revelou apreciar abertamente, e segundo Willian Gonçalves, esta política diplomática de alinhamento aos Estados

Unidos, uma “aliança não-escrita” e designada pelo autor como “pan-americanismo monroísta”, foi formulada pelo barão do Rio Branco, tendo por objetivo “manter o país de acordo com o ‘irmão do norte’, ‘sempre que possível’.” (GONÇALVES In: GONÇALVES; SILVA, 2009, p.147). Como nota o autor, Rio Branco, chegou a apoiar as políticas norte-americanas do *Dollar Diplomacy*, do *Big Stick* e a aceitar a Doutrina Monroe, embora entendesse que a mesma deveria restringir-se às repúblicas centro-americanas e caribenhas. (GONÇALVES In: GONÇALVES; SILVA, 2009, p.147).

Quando soube que analistas europeus interpretavam como uma ameaça à soberania do Brasil a aproximação que este então estabelecia com os Estados Unidos, referida à época como “perigo pan-americano”, Olavo Bilac procurou deixar claro que pensava de maneira totalmente diferente a respeito, ou seja, que observava com bastante simpatia o privilegiado relacionamento que ambos os países paulatinamente construíam. Vale destacar que esta perspectiva o autor esboçou no contexto de realização da Terceira Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro, em 1906, momento de grande afinidade entre Brasil e Estados Unidos no período republicano (GONÇALVES In: GONÇALVES; SILVA, 2009, p.148) e em que Bilac expressava o seu entusiasmo, uma vez que a capital federal finalmente se encontrava “sem epidemias, prodigiosamente transformada em pouco tempo”:

Basta ler o texto do programa adotado para a *Conferência* de julho, para ver que essa *Conferência* vai ser o ponto de partida para uma extraordinária expansão do progresso material e moral do Brasil. [...] A codificação do direito internacional, a lei de naturalização, o desenvolvimento das relações comerciais entre os países do continente, a celebração de tratados de comércio [...], - tais são os principais pontos desse programa. Onde está aí o atentado à soberania do Brasil? (*Gaz Not BILAC*, 8/4/1906).

Embora esteja clara a perspectiva favorável de Olavo Bilac em relação ao alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos, como vimos, elaborado e defendido por Rio Branco, uma análise de suas crônicas mais nitidamente voltadas para o tratamento do exercício profissional do mesmo, nos compele à proposição de que o cronista demonstrou apoio à atuação diplomática de Rio Branco por razões mais específicas e intimamente ligadas ao processo de consolidação da República brasileira.

A dedicação de Rio Branco à definição e à expansão de nossas fronteiras se deu em diversas oportunidades e sua carreira no espaço da diplomacia se iniciou ainda no

Império, com a nomeação para o posto de cônsul-geral do Brasil em Liverpool, em 1876. Mesmo com a queda da monarquia, o diplomata manteve-se em seu cargo e ainda encontrou espaço para se destacar na defesa dos interesses territoriais brasileiros em ocasiões tais como a Questão de Palmas com a Argentina (1895), no arbitramento da Questão do Amapá com a França (1900) e na Questão do Acre com a Bolívia (1903). Em 1902, durante o governo do presidente Rodrigues Alves, foi nomeado para o Ministério das Relações Exteriores, o qual acabou chefiando por quatro presidências, até o ano de 1912.

Levando em conta que Olavo Bilac deu viva amostra de que acompanhava de perto os principais acontecimentos e debates da política diplomática do período republicano, certamente em grande parte protagonizados pelo barão do Rio Branco, gostaríamos de destacar algumas reflexões do autor sobre a resolução da Questão do Amapá, à época solucionada graças à atuação do citado diplomata, que deixara o consulado-geral em meados de julho de 1895 para dedicar-se à defesa dos interesses brasileiros na definição de suas fronteiras com a Guiana Francesa. Em abril de 1897, França e Brasil assinaram um compromisso arbitral e a Suíça foi indicada como árbitro do litígio em questão. Em jogo estavam em torno de 260 mil km<sup>2</sup> e em dezembro de 1900 o laudo final trazia o atendimento pleno das posições nacionais: o Brasil ficou com praticamente todo o território disputado e teve o Oiapoque definido como o marco fronteiro na região. Segundo Olavo Bilac, poucos sabiam do valor que a área poderia ter para o país, pois, “Ouvindo falar do Amapá, todos nós fazíamos ideia de um pedacinho de terra bruta, cortado por algumas braças de água, e recheado de alguns punhados de ouro escasso.” (*Gaz. Not. BILAC*, 9/12/1900). Ao “descobri-lo”, devido à “talentosa” e “sacrificada” atuação de Rio Branco, o jornalista carioca passou a ter maior clareza quanto à importância do território amapaense para o país, assim como a respeito dos diferentes significados dados por brasileiros e europeus à questão territorial:

Depois do último domingo, parece que a situação moral da Pátria não mudou sensivelmente. [...] É incrível! nem a grande nova da vitória diplomática do barão do Rio Branco conseguiu sacudir estes nervos amolentados! [...] Para o campônio europeu, a terra vale mais do que pai, mãe, filhos, saúde: o seu ideal seria criar raízes no solo, aferrar-se a ele [...]. Arrancar a um europeu um pedaço de terra, é arrancar-lhe um bocado da própria carne [...]. Quando os nossos olhos mediram a extensão do domínio restituído ao Brasil pelo talento de Rio Branco,

foi que pudemos ao mesmo tempo, medir qual seria a extensão da nossa vergonha, se por inépcia ou incúria, perdêssemos uma propriedade tão indiscutivelmente nossa. (*Gaz Not BILAC*, 9/12/1900).

As reflexões esboçadas por Olavo Bilac acerca do litígio envolvendo o Amapá nos permitem depreender que a sua perspectiva de análise compreendia a questão do território nacional, em sentido mais amplo, como possuidora de significados e potenciais fundamentais para o mundo contemporâneo, tal como a possibilidade de inculcar na “amolentada” população brasileira o mesmo sentimento de nacionalismo evidente e patrioticamente cultivado pelas sociedades europeias. Nesse sentido, para Olavo Bilac o território era elemento determinante para a “situação moral da pátria”, mas, a seu ver, a importância da conservação de sua posse pelo Brasil, não era percebida nem por parte da população brasileira, nem pelas classes dirigentes. Afinal, até o próprio Rio Branco não havia sido reconhecido por seus feitos:

O glorioso brasileiro, porém, não guardará ressentimento disso: ele não é dos que se estafam no trabalho com o pensamento fixo no salário; é dos que lutam por amor da luta e sacrificam-se por amor do sacrifício. E com a sua tolerância de homem experimentado pelas coisas da vida, e com o seu profundo patriotismo em tantas ocasiões provado, lá está ele, Brasil, às tuas ordens – pronto a retomar a pena para te amar e servir. [...] Em outro qualquer país, o homem que tivesse restituído à pátria algumas léguas de território (e Rio Branco acaba de prestar esse serviço ao país pela segunda vez!) ouviria o seu nome soar por toda parte, na vozeria de uma aclamação sem par. Aqui, dois discursos, meia dúzia de foguetes, uma pensão de dois contos de réis, parecem paga suficiente... (*Gaz Not BILAC*, 9/12/1900).

Na verdade, a admiração de Olavo Bilac pela atuação do barão do Rio Branco pode ser compreendida a partir de sua crença de que o processo de delimitação do território brasileiro <sup>33</sup> possuiria enorme significância política para a conquista de uma posição de destaque para a República no continente americano, para a afirmação do próprio regime político e para a formação da nação brasileira. Do seu ponto de vista, o Brasil teria chegado a possuir posição de destaque no plano internacional durante o Império, embora a tivesse perdido devido à atribulada vida política dos primeiros governos republicanos. Contudo, a seu ver, no decorrer da presidência de Rodrigues

---

<sup>33</sup> Segundo Werneck da Silva, a definição do território nacional não chegou a ser completada pelo Império brasileiro (SILVA In: GONÇALVES; SILVA, 2009, p.135).

Alves, o país já havia retomado o lugar perdido inicialmente e retornado aos trilhos do progresso, devido, em grande parte, aos feitos de Rio Branco:

O Brasil chegara quase a perder de todo a situação que lhe criara o Império; preocupados apenas com as nossas pequeninas ambições e com os nossos fúteis interesses partidários [...]. Hoje, a situação é outra e consoladora. Não somente readquirimos a importância política, que tínhamos durante o império, como ganhamos nova força e nova consideração, pelo brilho das vitórias diplomáticas que nos facilitou o talento de Rio Branco. E já não é somente na América que o nosso nome brilha, respeitado e amado: toda a Europa compreende que uma nova nação, de incalculável energia, se levanta agora aqui, animada do invencível desejo de progredir [...]. (*Kosmos BILAC*, 8/1906)

Os traços atribuídos por Olavo Bilac a Rio Branco e ao seu exercício profissional foram o despreendimento de bens materiais, o cultivo do sacrifício pessoal e o apreço pela pátria e pelo trabalho árduo (*Gaz Not BILAC*, 9/12/1900), o que conferia à atuação do diplomata um caráter profundamente distante e diferenciado da efervescente política da capital federal, desqualificada pelo próprio cronista como mera “politicazinha doméstica” (*Gaz Not BILAC*, 8/4/1906). Nesse sentido, cabe ressaltar que as representações utilizadas por Bilac para caracterizar os que faziam “politicagem”, eram frontalmente opostas às empregadas para exaltar a figura de Rio Branco, ou seja, os políticos, como vimos, eram apresentados pelo jornalista ao seu público-leitor, principalmente como mentirosos, incompetentes, avarentos, fúteis e demasiadamente preocupados com as rixas de seus partidos.

Enfim, a imagem da atuação diplomática de Rio Branco traçada por Bilac, indica não somente o enorme valor político que este último concedera aos feitos do primeiro no âmbito das relações exteriores – sobretudo à sua contribuição para a delimitação do território nacional e outros processos a ela ligados –, mas também o caráter diferenciado que atribuía à prática política diplomática, aos seus olhos, indubitavelmente mais “honrosa” do que a “politicagem” cotidiana da capital republicana.

Paralelamente à definição do território nacional, em grande parte processada ao longo da virada do século, pode-se dizer que o Brasil também teve de enfrentar os perigos inerentes à questão da insalubridade que já haviam afetado profundamente as grandes capitais europeias no transcorrer do século XIX. O Rio de Janeiro então sofria com o estigma de uma das capitais mais insalubres do mundo, pois, sérias e constantes crises de febre amarela, tuberculose, entre outras doenças, assolavam a população local,

inclusive o comércio realizado pelo porto da cidade: durante a primeira metade dos anos 1890, a capital brasileira era considerada a sétima cidade mais insalubre do mundo (FRITSCH; PECHMAN, 1984-85, p.140).

Em realidade, a partir de meados do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo no mundo europeu, pode-se dizer que o saneamento das grandes metrópoles do chamado Velho Mundo emergiu constituindo-se em questão central para as suas classes dirigentes, não somente com o objetivo de conter as epidemias que afetavam as populações do continente em tempos de um vertiginoso crescimento demográfico, mas também para a garantia de seu progresso material, sobretudo econômico. Afinal, como “implementar a modernização, o progresso, o ideal de multiplicação das riquezas materiais da sociedade, se pairava sobre todos, como uma espada de Dâmocles, o temor das epidemias?” (FRITSCH; PECHMAN, 1984-85, p.141-142).

De sua parte, Olavo Bilac sempre se manteve atento à questão da insalubridade que atormentava a cidade carioca e em inúmeras ocasiões se manifestou, através de sua crônica semanal, a favor de projetos voltados para o saneamento daquela que era não somente a capital federal, mas a principal porta de entrada do país. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos pelos mais diversos profissionais da política visando à viabilização de projetos de caráter saneador, sem maiores hesitações foram abertamente exaltados pelo jornalista carioca, sendo bastante ilustrativas as observações que teceu a respeito da proposta que Lopes Trovão apresentou ao Senado em meados do ano de 1900. A importância que Bilac concedia à questão do saneamento era nítida, sobretudo pelas palavras recheadas de ironia e indignação que usou para analisar a postura dos homens do Senado nacional em relação ao referido projeto. A seu ver, os senadores pareciam não ter compreendido o tamanho de seu valor para o Rio de Janeiro da época:

O cronista não pôde ir ao Senado no que dia em que Lopes Trovão apresentou o seu projeto de saneamento do Rio de Janeiro. É de se crer que os Srs. Senadores, ouvindo aquela longa exposição, tenham pasmado uns para os outros, perguntando a si mesmos que lenga-lenga era aquela. E talvez alguns deles, comiserados e inquietos, tenham murmurado, com um vago espanto: “Coitado do Trovão! enlouqueceu!...” Tratar, realmente, de sanear e de aformosear o Rio de Janeiro é empresa a que só parece possam abalançar-se malucos. A prova disso é o silêncio que pesou sobre o projeto que, recolhido ao mais arcano dos armários do Senado, foi dado em pasto às traças vorazes. Ai! de nós! ainda desta vez, nada se fará em favor da acabrunhada Sebastianópolis. (*Gaz Not BILAC*, 7/10/1900).

O trecho destacado nos permite depreender que a concretização de projetos de caráter saneador possuía lugar destacado em meio às pretensões modernizadoras do poeta-jornalista Olavo Bilac, o que pode ser aprofundado se nos debruçarmos sobre as análises que realizou a respeito das gestões do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) e do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Segundo Oswaldo Porto Rocha, ambos de fato empreenderam, de maneira integrada, esforços de grande porte para a “regeneração” da capital, já inclusos na plataforma de governo do primeiro estadista como prioritárias (ROCHA, 1986, p.60). Diante de tais promessas de saneamento da cidade, Olavo Bilac, já nos primeiros momentos de governo do citado presidente, demonstrou grande esperança quanto à sua realização: “já que temos a promessa do saneamento, agarremo-nos a ela com unhas e dentes; e, de joelhos em terra, erguendo para os altos ecos as mãos e a alma, peçamos aos deuses misericordiosos que não nos reduzam a pó essa esperança” (*Gaz Not BILAC*, 16/11/1902).

Sem sombra de dúvidas o jornalista carioca valorizava a possibilidade de saneamento do Rio de Janeiro devido aos benefícios que este traria para o âmbito da higiene pública, sobretudo às áreas mais desfavorecidas da cidade que chegou a descrever em crônica através de uma narrativa fictícia de perseguição a um fantasma. Nestes locais, para Bilac, ainda predominariam a ausência de planejamento urbano, de saneamento básico, inúmeras doenças, enfim, tristes indícios de nosso estado de atraso social:

O velhote espectral entrou na rua da Saúde, e começou a perflustrar [...] por todo aquele complicado e entortecedor labirinto de veredas escarpadas e sujas.[...] Oh! Que jornada! no solo, apodreciam cadáveres de gatos e cães, entre revoadas e moscas; descompunham-se ao sol os detritos vegetais; uma lama viscosa enchia os buracos; rios de água suja desciam espumando. As casas encostadas umas às outras, amparando-se mal, abriam as janelas imundas, como bocas desdentadas; a gente, que chegava às portas, olhava-me com suspeita... [...] E o fiozinho de voz murmurou: Eu sou a Tradição, eu sou o Passado, eu sou a Prudência! (*Gaz Not BILAC*, 13/3/1904)

Esta deplorável realidade, foi descrita pelo jornalista na ocasião da inauguração das obras da Avenida Central, que contou com a presença de Rodrigues Alves, ministros, entre outras figuras públicas. Deste modo, o quadro repulsivo composto pelas áreas situadas nos arredores da região central da cidade, elaborado pelo cronista,

fundamentava a defesa entusiástica que fez das iniciativas de Rodrigues Alves para a “regeneração” da capital que insistentemente chamava por “Sebastianópolis”, justamente por conta de seu péssimo estado sanitário. Ademais, quando se colocou a dialogar com o espectro que representava o “atraso”, Olavo Bilac deixou claro que as obras da Avenida seriam parte do processo civilizatório pelo qual o país deveria passar, sendo a capital o seu epicentro. A representação que construiu ao final da crônica a respeito da remodelação urbanística que então era iniciada, sob o comando de Rodrigues Alves e Pereira Passos em profunda colaboração, é bastante reveladora nesse sentido, sobretudo pelo significado positivo e progressista que atribuía ao momento:

Perto de um paredão, detive-me pouco; - e mirei a cidade que se alastrava lá embaixo. [...] Em torno de mim, as velhas taperas, as medonhas bibocas do morro, fechadas, silenciosas, fúnebres, desfaziam-se em miasmas. Mas o meu sonho animou tudo aquilo: comecei a ver, ao longo da cidade derramada aos meus pés, rasgar-se a grande Avenida; diante dos meus olhos deslumbrados relampejavam jatos de luz elétrica; e vi desenhar-se a cidade futura, resplandecente e rica, mais bela do que todas as suas irmãs, irradiante na glória da civilização. (*Gaz Not BILAC*, 13/3/1904)

Em termos mais precisos, a perspectiva adotada pelo autor, em defesa da higiene pública, deve ser apreendida enquanto determinada e ao mesmo tempo indício de seu alinhamento favorável aos princípios científicos inerentes à “ideologia da higiene” (CHALHOUB, 1996, p.29)<sup>34</sup>, à época, muito difundida entre as frações das classes dominantes que acreditavam que a resolução dos problemas da cidade exigia a adoção de medidas que classificavam como neutras e exclusivamente técnicas. Os constantes louvores que Bilac dedicou às administrações do presidente Rodrigues Alves e do prefeito-engenheiro Pereira Passos, este último, talvez um dos perfis mais bem alinhados à referida ideologia, são exemplares quanto ao apreço que chegou a demonstrar por este perfil político que lhe parecia, ao mesmo tempo, distante das disputas políticas da capital e muito mais eficaz e objetivo, devido a sua postura tecnicista, do que a maioria dos políticos coevos. Bilac demonstrou este entendimento

---

<sup>34</sup> Os princípios inerentes à “Ideologia da higiene”, segundo Chalhoub, “implicam a despolíticação da realidade histórica, a legitimização apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma ‘científica’ – isto é, ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.” (CHALHOUB, 1996, p.35).

em crônica já citada anteriormente, na qual se referiu a algumas demolições realizadas pela Prefeitura para dar início à sua parte no projeto de remodelação urbanística da capital: “Enquanto os políticos falam e comem, a Prefeitura Municipal mostra-se disposta a agir, comprando prédios velhos para deitá-los abaixo, e rasgando ruas novas no centro da cidade.” (*Gaz Not BILAC*, 19/4/1903). Até a figura de Oswaldo Cruz, que assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública, nitidamente alinhado à política e à ideologia higienista reproduzida por ambos os governos, foi bastante elogiada por Olavo Bilac: aos seus olhos, o cientista era “um moço ilustre, que se recomenda à pátria pelo amor ao trabalho, pelo culto do estado, pela religião da ciência.” (*Gaz Not BILAC*, 29/3/1903).

Contudo, o grande apreço que o jornalista demonstrou por Rodrigues Alves e por Pereira Passos, notoriamente dedicados à questão da remodelação da capital, em verdade não deve ser concebido como unicamente devido aos resultados que trouxeram para a esfera da higiene pública. Como vimos, durante a virada do século a questão do saneamento das grandes capitais do mundo, dentre elas, o Rio de Janeiro, encontrava-se intimamente ligada à viabilização do progresso econômico de seus respectivos países. Nesse sentido, não seria acertado considerar Bilac como um intelectual alheio às implicações econômicas inerentes à resolução do problema da insalubridade na capital, justamente porque deu plenas amostras de que as atuações do presidente e do prefeito também foram fundamentais devido a seus efeitos no âmbito econômico.

A nosso ver, o jornalista carregava consigo claro entendimento acerca desta realidade, pois, demonstrou notório entusiasmo não somente pela oferta de empregos que as reformas urbanas haviam trazido para a população da capital<sup>35</sup>, mas também pela inicialização das obras do porto carioca, à época, consideradas por Rodrigues Alves e pelos segmentos dominantes que representava (FRITSCH; PECHMAN, 1984-85, p.152-154) como fundamentais para a consecução da expansão econômica que desejavam para o país. Em termos concretos, a insalubridade do porto chegou a afetar as transações comerciais por ele realizadas, a arrecadação tributária federal, o fluxo de capitais

---

<sup>35</sup> Perante o desenvolvimento das obras da Avenida Central, o jornalista afirmou: “O que sei é que a Avenida está, de ponta a ponta, cheia de gente que trabalha e canta. Onde há trabalho e pão para os humildes, há felicidade para todos! E é esse, dos novos aspectos da vida carioca, o que mais me encanta e orgulha. Governar não é somente administrar: é também prover, é também dar trabalho aos homens válidos que precisam ganhar o sustento diário com o suor do rosto. Dos lares pobres, onde hoje não minguia a comida, já não irrompe o coro de maldições e de lamento de há dois anos atrás. O que se está fazendo não é somente um bem para a nação: é também uma providência para cada trabalhador e uma alegria para cada família. E basta isso para que eu pense que a avenida está certa...” (*Gaz Not BILAC*, 30/10/1904).

estrangeiros e até a imigração espontânea para o Brasil, (FRITSCH; PECHMAN, 1984-85, p.153-154). E certamente Olavo Bilac não se encontrava alheio a este problemático panorama social e econômico, afinal, o seu entusiasmo com os primeiros passos dados para a modernização portuária, é bastante ilustrativo a respeito:

A semana teve a fortuna de ver assinado o contrato das obras do porto. É possível que aos homens de governo tenha parecido imprudente e impertinente a impaciência expressa em queixas e recriminações acerbas ou irônicas com que o povo comentava as protelações desse caso. Sim! houve imprudência e impertinência, - mas imprudência e impertinência perdoáveis. O povo não mede a responsabilidade dos que governam. [...] Vão começar as obras do porto do Rio de Janeiro: vai começar a nossa reabilitação de terra, de sociedade, de povo. (*Gaz Not BILAC*, 27/9/1903)

Em síntese, Olavo Bilac possuía olhos atentos para a questão do saneamento, ou seja, para os seus benefícios nos âmbitos da higiene pública e da economia nacional, e certamente a entendia como uma das principais reformas para a profunda modernização social da realidade brasileira, principalmente para equipará-la ao mundo europeu, a seu ver, o melhor representante da modernidade, da civilização e do progresso. Seguramente a sua adesão aos princípios científicos, principalmente àqueles que sustentavam a “Ideologia da higiene”, assim como às concepções capitalistas, foi determinante para a importância que concedeu aos mandatos e à política saneadora de Rodrigues Alves e Pereira Passos, bastante dedicados à “regeneração” da capital. Inclusive a respeito do mandato do citado presidente, Bilac deixou claro, em meio às festas da Conferência Pan-americana, que a concretização da “empreitada” do saneamento, dentre outras realizadas durante o seu governo, havia sido fundamental para o próspero momento vivido pelo país em meados de 1906 e para os progressos dos mais diversos matizes que então experimentava a nação brasileira. De acordo com o jornalista carioca, Rodrigues Alves havia realizado um “brilhante governo” (*Cor Pau BILAC*, 19/4/1908) e os estrangeiros que visitavam o Brasil durante a conferência, não poderiam ignorar os resultados daquele “renascimento” de múltiplas facetas que tanto lhe entusiasmava e que indubitavelmente incluía o saneamento da cidade carioca:

Banquetes e bailes, espetáculos e convescotes, fogos de vistas e discursos, - tudo isso se há de dentro em pouco apagar da lembrança daqueles que nos visitam; mas há uma coisa que eles não esquecerão

facilmente: é o espetáculo deste renascimento moral, material, e cívico de uma nação, que reconstrói a sua capital em quatro anos, que em quatro anos se liberta da fama de terra malsã que a oprimia, que em quatro anos recupera o valor político antigo, - e que nem por isso se deixa exaltar pela vaidade tola [...]... (*Kosmos* BILAC, 8/1906)

Em verdade, a modernização que Olavo Bilac vislumbrava para a sociedade brasileira de sua época, abrangia outros processos tão fundamentais quanto a expansão do saneamento público e dentre eles certamente constava a massificação da instrução pelas camadas populares, questão que o autor abordou em sua produção cronística através de inúmeras análises profundamente críticas e até por meio de apelos públicos visando à conquista de maior atenção das classes dirigentes para o seu devido tratamento.

As questões do saneamento e da difusão da instrução popular figuraram como pontos centrais na agenda política dos países inseridos no processo de expansão do sistema capitalista, sobretudo das potências industrializadas da época, tais como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, tendo em vista as intensas demandas inerentes ao notório desenvolvimento urbano resultante da expansão de suas economias. A necessidade de conceder maior atenção à questão da educação das camadas populares era decorrente do modelo de sociedade urbana, caracterizado, por exemplo, pela crescente burocratização dos serviços públicos, o que reforçava bastante a demanda por mão-de-obra capacitada por uma formação educacional ainda que elementar.

Ainda que enquanto economia periférica, o Brasil, devido à sua inserção no sistema capitalista internacional, também experimentou o surgimento e a consolidação do modo de vida urbano em suas maiores cidades, sobretudo em sua capital, assim como o contato com demandas que lhe eram intrínsecas, a exemplo da necessidade de combater o analfabetismo através da difusão da instrução pública, então defendida por muitos intelectuais.

Olavo Bilac pavimentou os caminhos de sua bem-sucedida trajetória intelectual, vivenciando processos fundamentais à entrada definitiva do país na rota do capitalismo, tais como a abolição da escravidão, ocorrida de maneira plena, apenas em maio de 1888. Deste modo, pode-se dizer que os seus olhos acompanharam a emergência da questão da educação popular no país, inclinando-se favoravelmente pela ideia de que a sua viabilização era de fundamental importância, inclusive para a realização da inserção social e profissional dos negros recém-libertos:

Proclamamos a liberdade dos cativos, mas não tratamos de assegurar a sua vida e a sua felicidade. Não os instruímos, não os educamos, não lhes demos trabalho [...]. Que escolas agrícolas, industriais ou profissionais fundamos, de 1888 até hoje, para transformar em verdadeiros cidadãos os homens que havíamos explorado como animais? (*Gaz Not BILAC*, 19/5/1907).

Não foram poucas as crônicas que o jornalista Bilac dedicou ao tratamento da expansão da instrução popular no Brasil e um olhar panorâmico sobre a sua produção jornalística nos revela, sem maiores dúvidas, que o seu entendimento era o de que a massificação da educação ainda não havia sido adequadamente tratada pelas classes dirigentes da época. Para Olavo Bilac, a formação educacional era basilar ao ponto de concluir que seria ela a base para que cada indivíduo brasileiro gozasse de uma existência social autônoma, afinal, “Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive: não é homem, é um instrumento passivo e triste, que todos os espertos podem manejar sem receio.” (*Kosmos BILAC*, 11/1904). Até para o exercício da cidadania política, o jornalista carioca tomava o letramento como pré-requisito fundamental, uma vez que o entendia como elemento central para a capacitação do indivíduo a uma vida política participativa, pois, “o que importa é que todo homem válido, sabendo ler e escrever, queira deste modo afirmar a sua vontade de ser cidadão, de ser eleitor, de ser *alguém*.” (*Gaz Not BILAC*, 1/10/1905).

É interessante notar que os muitos anos dedicados ao ofício de cronista, de intenso contato com as principais questões do mundo político coevo, deram a Olavo Bilac plena consciência histórica a respeito das políticas reformistas negligenciadas pelos governos republicanos ao longo dos anos. Em meio ao mandato presidencial de Rodrigues Alves, o autor já tinha claro para si mesmo que a expansão da instrução popular ainda não havia sido detidamente tratada, apesar de outras importantes “providências” terem sido tomadas até então:

O governo passado [Campos Sales] cuidou da reorganização financeira; o atual [Rodrigues Alves] cuidou do saneamento; - agora que esses dois problemas se podem considerar resolvidos, porque já nada pode sustar a sua solução, urge que o governo futuro trate do terceiro problema vital de nossa organização de povo: a educação popular, a luta contra a ignorância. (*Gaz Not BILAC*, 18/6/1905)

A falta de políticas oficiais de maior porte, voltadas para a educação das camadas populares, era problemática de proporções nacionais desde os tempos monárquicos, e a instalação do regime republicano, ainda que explicitamente comprometida em suas bases constitucionais com a valorização da alfabetização – já que para o acesso à cidadania política foi mantida essa condição –, não trouxe as soluções tão esperadas por Olavo Bilac e por grande parte da intelectualidade nacional para garantir a difusão da instrução popular. A transferência, estabelecida pela Constituição de 1891, das obrigações em relação à educação primária para os Estados federados, o processo de oligarquização do mundo político coevo e a assimetria que caracterizou a estrutura federativa do regime republicano (ABRUCIO In: OLIVEIRA; SANTANA, 2010, p.53-54), foram alguns dos fatores que determinaram a realidade de poucos investimentos na educação popular que marcou grande parte do período da Primeira República.

Ainda que no referido período, grande parte dos Estados e municípios brasileiros não tenha conseguido arcar com os investimentos necessários para a resolução do problema dos altos índices de analfabetismo do país, pode-se dizer que no Sul e Sudeste houve governos dedicados à realização de melhorias em suas redes de ensino, tais como os de São Paulo e Rio Grande do Sul (ABRUCIO In: OLIVEIRA; SANTANA, 2010, p.54), que não passaram despercebidos aos olhos de Olavo Bilac. As considerações elogiosas que o autor fez à fundação de um externato profissional no Rio de Janeiro, em meados de 1908, é exemplar quanto a esta maior capacidade de investimentos na área da educação por parte dos Estados e municípios do eixo Sul – Sudeste. A administração de Souza Aguiar havia sido a responsável pela fundação da instituição escolar em questão, que forneceria, ao mesmo tempo, os ensinamentos de nível profissional e primário, ambos importantíssimos para o jornalista que, à época, já trabalhava como secretário para o referido prefeito do Distrito Federal. Por outro lado, vale atentar para as suas palavras iniciais que destacavam os esforços já desenvolvidos pelos governos paulistanos para a expansão da instrução popular:

Elogiar as coisas da instrução primária e profissional do Rio de Janeiro em artigo que se destina a ser lido pela gente paulista, é talvez provocar um sorriso de desdém. S. Paulo, muito antes do Rio de Janeiro, cuidou do problema da educação do povo, e realizou progressos que precederam os nossos e os de todo o Brasil. [...] A Escola que inauguramos ontem, no centro da cidade, em um dos quarteirões de maior movimento, é o primeiro Externato Profissional

Municipal que o Rio possui. [...] A ideia que se impõe é a dos Externatos, muitos, e disseminados pela cidade, principalmente pelos bairros pobres, que é onde a miséria, a ignorância e a ociosidade incessantemente estão criando facínoras e ladrões. (*Cor Pau* BILAC, 1/4/1908)

Olavo Bilac concedia enorme valor ao fornecimento das formações de nível primário e profissional porque as interpretava enquanto detentoras de grande potencial não somente para a formação de mão-de-obra trabalhadora, mas para a manutenção da ordem social. Contudo, para o jornalista, os investimentos governamentais deveriam privilegiar, sem maiores hesitações, a instrução popular em seu nível primário. Embora tenha chegado a considerar a expansão da instrução, em termos gerais, o maior problema do país no alvorecer do século XX <sup>36</sup>, segundo Olavo Bilac era a educação primária questão de maior urgência, diante até mesmo das formações de nível profissional e superior:

Até agora, a única preocupação dos legisladores, no Brasil, em matéria de instrução pública, era fomentar a superprodução de doutores. Agora, a maior preocupação dos mesmos legisladores é a de cair no extremo contrário, cuidando somente da criação de operários. [...] Todo o problema da instrução no Brasil se resume atualmente nisto: é preciso, preferentemente, urgentemente, e até exclusivamente, tratar já e já da difusão do ensino primário. (*Cor Pau* BILAC, 27/9/1907)

De sua parte, Olavo Bilac veiculou em suas crônicas abordagens majoritariamente críticas a respeito do cenário educacional brasileiro no contexto republicano, valorizando pouquíssimas figuras com atuação política dedicada à “empreitada” da instrução popular. Assim, para além dos elogios que dirigiu às administrações de São Paulo e Rio Janeiro pelos esforços investidos na esfera da educação, cabe ainda ressaltar que a sua perspectiva de análise extremamente positiva também se voltou para a atuação política de Manoel Bonfim, seu amigo, deputado, médico e homem de longa carreira no mundo da educação. Bonfim, além dos anos dedicados à medicina, construiu no espaço educacional uma trajetória de destaque, pois, exerceu o cargo de professor de Educação moral e cívica na Escola Normal entre 1898 e

---

<sup>36</sup> Em tom de mensagem ao candidato à presidência Afonso Pena, Bilac afirmou: “Ora, o que eu devo, como cidadão e como homem, dizer ao eminente autor da ‘plataforma’ é isto: ‘Desculpe-me Vossa Excelência, - mas é preciso, enquanto é tempo, carregar a mão neste tempero! Nós não temos, no Brasil, vários problemas temerosos; temos um só, mas temerosíssimo problema: o da instrução [...]!’” (*Gaz Not* BILAC, 15/10/1905)

1902, a direção do Pedagogium, museu de pedagogia criado a fim de impulsionar o ensino nacional, e no ano de 1899 assumiu a Diretoria de Instrução Pública, cargo que só viria a deixar no decorrer de 1907. Em linhas gerais, pode-se dizer que Olavo Bilac e Manoel Bonfim convergiam em suas ideias e pretensões a respeito da instrução primária, pois, ambos entendiam que a sua difusão deveria ser priorizada pelas instâncias governamentais, e como o jornalista nos permite constatar, as suas perspectivas possuíam alguns pontos mais em comum:

Discute-se na Câmara, há um mês, (e até quando se discutirá, ó deuses imortais?!) o projeto da reforma da instrução pública. [...] Não me parece que a Câmara, desta vez, haja compreendido os salutares conselhos do discurso do Dr. Manuel Bonfim; porque, logo depois desse discurso, vários deputados desviaram a discussão para o terreno dos chavões e das banalidades, recomeçando a tratar das fábricas de bacharéis [...]... Decididamente, não se quer compreender que o Estado só tem um dever, em matéria de instrução: o dever de sustentar e disseminar o ensino primário. (*Cor Pau* BILAC, 8/11/1907)

Provavelmente o projeto de reforma da instrução pública, então discutido pelos deputados e Manoel Bonfim, era o apresentado por Afonso Pena no mesmo ano de 1907, que visava, dentre outros objetivos, a concessão de maiores recursos para a educação fornecida pelos Estados (SILVA, 1990, p.123). O poeta-jornalista, ao escrever a respeito do discurso proferido por Bonfim, nos permite depreender não somente que concordava com a perspectiva do deputado que concedia grande importância à expansão da instrução primária, mas também quanto à ideia, bastante defendida pelo mesmo, de que a União deveria chamar a si própria a responsabilidade perante esta tarefa que considerava central para o futuro do país no mundo contemporâneo (SILVA, 1990, p.122). Em realidade, no período republicano a regra no âmbito da educação foi a manutenção dos esforços descentralizados, portanto, pode-se dizer que as perspectivas de Olavo Bilac e Manoel Bonfim se encontravam na contramão da realidade educacional estabelecida e das pretensões dos grupos oligárquicos dominantes. A título de ratificação, lembramos que Olavo Bilac, ao demonstrar grande esperança de que o candidato à presidência para o ano de 1906, concedesse maior atenção à educação de nível primário, não deixou de frisar para o seu leitor que convergia com a perspectiva que Bonfim havia desenvolvido em seu livro recém-lançado, *América Latina*, onde se revelou abertamente favorável à participação da União na difusão da instrução primária

por todo o país. Enfim, certo era que o jornalista carioca ansiava por “um programa, capaz de contrariar e anular esse ‘programa de cultura da ignorância’ de que fala o escritor de *América Latina*. O candidato, que apresentar esse programa, será o nosso candidato, - o candidato dos que verdadeiramente amam o Brasil.” (*Gaz Not BILAC*, 18/6/1905).

Ainda vale destacar que no ano seguinte, já tratando Afonso Pena como futuro presidente, Olavo Bilac não deixou de ironizar a posição das classes dirigentes a respeito dos impedimentos constitucionais para que o governo federal assumisse a educação primária, e de se colocar claramente a favor desta ideia: “Os estadistas alegam: ‘Nada se pode fazer, porque a União não pode chamar a si o encargo de espalhar a instrução...’ Não pode, por quê? Porque a Constituição proíbe?... Ah! deixai-me rir desta Constituição, tantas vezes violada e prostituída[...].” (*Gaz Not BILAC* 13/5/1906).

Apesar dos pontos comuns existentes nas propostas que ambos os intelectuais concebiam para a nação brasileira assolada pelo “mal” do analfabetismo crônico, entre os quais, as ideias de que a expansão da instrução primária era prioritária e que ao governo federal era imperativo abraçar a “empreitada” de difundir-la pelas camadas populares, infelizmente Olavo Bilac não produziu outros escritos sobre a atuação política de Manoel Bonfim – que foi seu parceiro na produção de livros como, por exemplo, *Através do Brasil*, publicado em 1910 e sucesso de vendas em seu tempo. De todo modo, poder captar a sua perspectiva não somente positiva, mas também convergente em relação ao posicionamento adotado por Bonfim acerca da realidade educacional brasileira, certamente já se configura enquanto passo de grande importância para que tenhamos maior segurança em afirmar que a formação de nível primário era sim prioritária em meio às pretensões sociais e políticas de nosso jornalista carioca.

Enfim, para Olavo Bilac seguramente não era difícil constatar a insuficiência e ineficácia dos serviços educacionais prestados em grande parte do território brasileiro, pois, “Exceção feita do Distrito Federal, de S. Paulo, do Rio Grande do Sul e do Pará, todos os Estados, quando querem entrar num período de economia começam a suprimir escolas e a demitir professores.” (*Gaz Not BILAC*, 13/5/1906). Contudo, claro estava para nosso autor que “O que importa à salvação pública, ao decoro do país, à dignidade nacional e ao futuro da nacionalidade, é que, no Brasil, todos os cidadãos saibam ler” (*Cor Pau BILAC*, 8/11/1907), embora por aqui ainda tratássemos a educação primária

com “pouco caso”, “ignominioso relaxamento” e “vergonhosíssima indiferença” (*Cor Pau BILAC*, 8/11/1907).

Apesar de pouco ter escrito, em termos positivos, a respeito do que designou como profissionais da política dedicados à questão da instrução popular, podemos depreender das crônicas analisadas que Olavo Bilac tinha a sua expansão como política fundamental e que ainda deveria ser viabilizada pelos governos republicanos, principalmente pela União, à época, constitucionalmente desobrigada perante a educação de nível primário, ou seja, justamente aquela pela qual demonstrou maior apreço, visto que a tinha como o principal meio para mudar a complexa realidade social do país: “o progresso de um povo não se mede pela extensão da sapiência balofa dos seus bacharéis, mas pela extensão da cultura intelectual da massa popular.” (*Gaz Not BILAC*, 18/6/1905).

Em termos concretos, entendemos que a necessidade de alfabetizar a população brasileira, tão exaltada por Olavo Bilac, pode ser atribuída à sua adesão ao modelo de sociedade liberal já estabelecido principalmente na Europa ocidental e nos Estados Unidos, e que realizar a sua viabilização em terras brasileiras significava aos seus olhos contribuir positivamente para duas “empreitadas” que julgava de grande importância. Primeiramente, para a modernização da sociedade brasileira que, no seu ponto de vista, sequer possuía um “povo”: “No Rio de Janeiro e, em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há ‘povo’, onde os analfabetos estão em maioria.” (*Kosmos BILAC*, 11/1904). Para Olavo Bilac, realizar no país a difusão da instrução popular, tal como as potências europeias já haviam feito em pleno alvorecer de século XX, era basilar para que a nossa sociedade pudesse ser considerada “civilizada”: “E não sei para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios[...]se não derem aos homens rudes o meio de saber o que é civilização, o que é higiene, o que é dignidade humana.” (*Kosmos BILAC*, 11/1904). E em segundo lugar, para o fortalecimento do regime republicano, já que o jornalista tantas vezes indicou que este não contava com população minimamente esclarecida e autônoma para exercer o seu direito à cidadania na amplitude que então possuía, e, conseqüentemente, para defender aquela ordem republicana que considerava a mais “compatível” com o advento dos tempos modernos. Deste modo, a seu ver, permitir a continuidade do analfabetismo no país, seria o mesmo que concordar com o enfraquecimento da República que não poderia “florescer e frutificar bem, num país que conta no seu seio mais de dez milhões de analfabetos...” (*Gaz Not BILAC*, 8/1/1905).

Em suma, viabilizar a instrução da população brasileira, era, assim como a expansão do saneamento, política pública basilar para a perspectiva de modernização proposta por Olavo Bilac, que tanto criticou os ínfimos esforços desenvolvidos pelas classes dirigentes de sua época para a melhoria da realidade educacional do país, embora certamente tenha encontrado alguma esperança ou conforto na atuação política de homens como Manoel Bonfim. Assim, julgamos que as poucas menções que Bilac fizera a mandatos dedicados à causa da educação, sobretudo a de nível primário, são bastante significativas ao ponto de nos permitir depreender que a luta pela alfabetização da população brasileira realmente não integrava o quadro de questões e problemáticas consideradas de maior urgência por boa parte dos grupos políticos predominantes, e que a sua luta, por meio da LDN, em prol da instrução popular, procurou atuar precisamente em cima desta importante “lacuna” historicamente negligenciada por nossas classes dirigentes.

A esta altura podemos afirmar, a título de conclusão, que as mais variadas representações dos profissionais da política nacional, foram veiculadas pelo cronista Olavo Bilac na imprensa de sua época, e que a perspectiva profundamente analítica que demonstrou possuir, necessariamente deve ser atribuída a múltiplos fatores, tais como a proximidade que manteve em relação aos círculos políticos do regime republicano, a sua extensa carreira no jornalismo opinativo, forçosamente debruçada sobre temáticas inerentes ao mundo político coevo, a sua posição de consagrado intelectual em estreito contato com o emergente repertório teórico de viés liberal e científico, e a sua experiência pessoal dos processos de ascensão e consolidação da República no Brasil.

Quanto às representações negativas e de caráter crítico que nos deixou sobre o exercício profissional dos políticos que dirigiam a República brasileira, além de normalmente não ter revelado os seus respectivos nomes, provavelmente por razões como o estreito convívio que possuía com muitos deles, é possível depreendermos que Olavo Bilac tinha claro para si mesmo que grande parte da prática política desenvolvida em seu tempo não condizia com os ideais que haviam guiado o movimento republicano que integrou ainda em sua juventude, constando dentre eles, os de virtude, mérito, progresso e ordem. Nesse sentido, as profundas críticas que teceu aos homens da política nacional, taxando-os em inúmeras ocasiões como mentirosos, fúteis, incompetentes, descompromissados e até corruptos, a nosso ver, são importantes indícios da sua percepção de que a República não havia seguido caminhos que conduziram o Brasil ao progresso e à civilização e idealizados por tantos intelectuais

seduzidos pelas ideias republicano-democráticas. Como Bilac nos permite apreender, para tal seriam necessárias urgentes transformações no perfil de nossas classes dirigentes, sendo exemplares nesse sentido, algumas indicações que dera ao seu leitor quando abordou, com nítido entusiasmo, o fato de a Câmara dos deputados ter eleito seu presidente, um homem ainda na casa dos trinta anos: “Lugar aos moços! Um presidente da Câmara e um *leader* com menos de quarenta anos, - são sintomas de uma nova política de entusiasmo e de coragem.” (*Gaz Not BILAC*, 12/5/1907).

Entretanto, a despeito das muitas críticas que fizera às atuações dos profissionais da política nacional, Bilac não possuía maiores dúvidas quanto ao fato de que seriam estes mesmos homens os “encarregados” de viabilizar no país a instalação do *progresso* e da *civilização*. Ao referir-se a estes políticos como “tutores sem escrúpulo” e “mentores sem prudência” (*Gaz Not BILAC*, 15/11/1903), acreditamos que o cronista carioca involuntariamente nos revelou o papel de orientação social e política que concebia para as nossas classes dirigentes, então, governantes de uma “legião de analfabetos” que, a seu ver, não somente não sabia ler e escrever, mas que também não racionava, não vivia, não era ao menos composta por homens, apenas por instrumentos passivos e tristes (*Kosmos BILAC*, 11/1904).

Enfim, quanto às impressões positivas que Olavo Bilac veiculou acerca dos políticos de seu tempo, ainda que tenhamos nos debruçado unicamente sobre crônicas em que se dedicou a exaltar nomes de destaque no cenário político nacional, pudemos constatar que a sua perspectiva compreendia a pacificação das forças sociais e políticas internas, a consolidação de nossa política externa e a delimitação das fronteiras nacionais, assim como a expansão do saneamento público e da instrução popular, como políticas basilares para o seu contexto histórico. Deste modo, as análises positivas que elaborou a respeito de profissionais da política, tais como Rio Branco, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves e Pereira Passos, sem maiores hesitações louvados em seus escritos, a nosso ver devem ser compreendidas enquanto determinadas por sua interpretação de que as principais “empreitadas” enfrentadas durante as suas atuações como representantes dos poderes públicos, convergiam, dentro de suas especificidades, com os seus próprios objetivos de fortalecimento da nascente República brasileira e viabilização do processo de modernização da realidade nacional.

A República brasileira certamente se encontrava ainda um tanto distante de possuir em seus quadros dirigentes a “aristocracia do talento” (MELLO, 2011, p.132-133) que Olavo Bilac e grande parte da intelectualidade republicana sonharam para o

comando do país. Contudo, constatar que nosso autor possuía enorme apreço por alguns destacados nomes da política brasileira, pela consolidação do referido regime republicano bem como pela consecução das reformas modernizadoras que tanto defendeu na grande imprensa da época, nos traz à tona, de maneira fundamental, que a sua consciência histórica e política era extremamente aguçada ao ponto de problematizar a permanência de grandes mazelas enfrentadas pelo país desde o período monárquico, e que o seu posicionamento intelectual inclinava-se nitidamente pelas concepções políticas e sociais defendidas por grande parte dos círculos letrados e dirigentes estabelecidos.

Para Olavo Bilac certo era que a possibilidade de um futuro de progresso para a sociedade brasileira e o complexo momento presente vivido pela mesma, ao mesmo tempo tão problemático e tão promissor, deveriam ser majoritariamente atribuídos ao exercício profissional dos homens da política nacional, ora entusiasmante, ora profundamente desolador.

## Conclusões

Analisar as múltiplas facetas que integraram o pensamento político de um intelectual envolto por um contexto histórico extremamente complexo como o foi o período republicano, repleto de experiências até então novas para o país, tais como a sua definitiva inserção na rota do capitalismo internacional e a consolidação de um regime republicano-democrático, representa difícil tarefa, sobretudo pela subjetividade inerente à ótica de todo e qualquer ser humano que tenha procurado não somente descrevê-lo, mas problematizá-lo em meios públicos como as páginas da grande imprensa da época.

Como pudemos notar, a perspectiva do jornalista Olavo Bilac não se mostrou menos complexa de ser analisada, afinal, foram diversos os fatores que influenciaram a sua produção intelectual, dentre eles, alguns que certamente percebeu com muita clareza, tais como os “empecilhos” políticos inerentes aos trabalhos desenvolvidos no mundo jornalístico coevo, então bastante vulnerável às pressões oriundas do campo político republicano.

Diante de lacunas ainda significativas nos estudos do pensamento político bilaquiano, julgamos extremamente adequado nos aprofundarmos na possibilidade de problematizar e melhor conhecer a perspectiva do autor a respeito da República brasileira e de seus políticos, inclusive pelo renovado interesse que atualmente se processa no âmbito das investigações históricas visando a um maior conhecimento acerca do campo intelectual e da arena política coeva à Primeira República. Apesar da possibilidade de estranhamento em relação à nossa escolha de separar, para fins de análise, objetos que diríamos quase inseparáveis, a escrita jornalística bilaquiana nos proporcionou tal possibilidade devido às feições bastante específicas que assumiu quando revelou-se dedicada a abordagens de temáticas ligadas ao mundo político republicano.

A título de conclusão, podemos afirmar que o apreço de Olavo Bilac pelo regime republicano brasileiro deve ser majoritariamente atribuído ao seu alinhamento favorável às correntes de pensamento democráticas e científicas em emergência no mundo ocidental, e deste último decorreriam, a nosso ver, a sua interpretação de que o evento da Proclamação havia representado para o país uma “revolução vitoriosa” em nível político-institucional, assim como a sua crença de que a República e os seus governos seriam aqueles que viabilizariam a modernização que tanto desejava para a sociedade brasileira da época, aos seus olhos, nitidamente “atrasada” em relação ao Velho Mundo

dito “civilizado”. Como pudemos depreender, para Olavo Bilac a República seria o regime político mais bem alinhado ao advento da modernidade e aos seus ideais de ordem, progresso, civilização e ciência. Do lado oposto, estaria o regime monárquico, rotulado pelo autor como “atrasado”, “obsoleto” e constantemente ligado por ele a problemáticas enfrentadas pelos governos da República, sendo exemplar o tratamento que tantas vezes concedeu à insalubre capital federal, intitulado-a “Sebastianópolis”.

Olavo Bilac testemunhou e experimentou de perto as nuances do processo de consolidação da ordem republicana no Brasil, desde o seu nascimento e concomitantemente à definitiva consagração de sua trajetória intelectual, concretizada em meados de 1897. Deste modo, gozando de enorme proximidade em relação aos agentes do campo político, devido principalmente à privilegiada posição que ocupava no campo intelectual, pode-se dizer que o jornalista carioca conhecia como poucos a política oficial da época, o que certamente lhe proporcionou enorme lucidez em relação à complexidade do processo de fortalecimento da República bem como a respeito das variadas mazelas que tornara árdua a sua concretização, constando dentre as mais destacadas por Bilac, a suposta falta de uma população esclarecida e politicamente participante, o descompromisso das classes dirigentes da época com a modernização da realidade social do país, a instabilidade política advinda dos constantes conflitos ocorridos entre grupos oligárquicos, entre outras mais.

Em suma, depreendemos da produção cronística bilaquiana que era esperado pelo autor que a consolidação da República trouxesse, em termos gerais, a concretização de uma moderada liberalização política e a modernização da sociedade brasileira, através de medidas que considerava fundamentais, tais como a alfabetização das camadas populares, o saneamento da capital federal e a expansão do acesso à cidadania política, sem, contudo expressar uma preocupação com a desigualdade social que marcava profundamente o país. Afinal, a afirmação do capitalismo era também parte fundamental do projeto de uma nação “moderna” e “civilizada” concebido pelo jornalista carioca.

E quanto à atuação profissional dos políticos da República brasileira, pode-se dizer que as impressões produzidas pelo jornalista Bilac foram as mais diversas possíveis, embora sejamos forçados à constatação de que as suas análises críticas representaram a maior parte dos escritos abarcados por nossa investigação.

Na escrita de Olavo Bilac aqui examinada foi possível apreender que o autor enxergava o desempenho profissional de grande parte dos políticos de sua época de

maneira profundamente negativa e as representações que nos deixou a respeito insistiram em taxá-los, por exemplo, como hábeis na prática da mentira, ligados a fraudes eleitorais bem como extremamente descompromissados com as demandas mais urgentes da sociedade brasileira. Como destacamos, múltiplos fatores contribuíram em maior ou menor medida para a construção de tal perspectiva crítica, dentre os de maior relevância destacamos a grande proximidade que desfrutava junto aos principais círculos políticos republicanos e a sua extensa carreira no jornalismo opinativo.

Contudo, mesmo diante de uma realidade nacional, marcada por enraizadas mazelas sociais e políticas, tais como o conflituoso predomínio político dos clãs oligárquicos, constatamos que Olavo Bilac acabou delegando aos representantes oficiais da ordem republicana a maior parte da responsabilidade sobre a afirmação do novo regime político, a viabilização da profunda modernização social que vislumbrava para o país, assim como a orientação política das “ignorantes” camadas populares brasileiras. Afinal, aos seus olhos seriam eles os únicos indivíduos capazes de realiza-las, já que a “aristocracia do talento” sequer chegou perto de integrar os postos oficiais de comando da República brasileira.

Por fim, cabe destacar que as observações elogiosas e de teor positivo que analisamos, concentrando-nos em profissionais da política de destaque no cenário político nacional, foram produzidas pelo autor a partir do momento em que houve a constatação de sua parte em relação à contribuição dos políticos em questão para o desencadeamento de dois processos que considerava basilares para o país, quais sejam eles, as já citadas consolidação da República e a modernização da realidade nacional. Os nomes de Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Rio Branco, Pereira Passos e Manoel Bonfim, foram “alvo” de considerações bastante elogiosas porque, no entendimento do poeta-jornalista, todos haviam contribuído positivamente para os referidos processos. Pacificar as forças sociais e políticas no âmbito interno, consolidar a política externa e nossas fronteiras, sanear a capital e difundir o letramento pelas camadas populares, foram algumas das empreitadas que enfrentaram e que seguramente convergiam com os planos cultivados pelo cronista carioca de “civilizar” aquele Brasil que comumente rotulou como “atrasado”.

Por outro lado, cientes quanto ao fato de que Olavo Bilac possuía enorme repulsa por grande parte da prática política desenvolvida no regime republicano, por entendê-la ineficaz, comprometida com práticas corruptas, entre outras desqualificações, vale ressaltar que pudemos constatar que o autor também se inclinou

favoravelmente por políticos que revelaram-se adeptos de condutas e métodos técnicos e pretensamente neutros, tendo sido decisivo para o seu olhar positivo ante estes últimos, a sua adesão aos difundidos pressupostos científicos inerentes à “Ideologia da higiene”.

Em resumo, analisar as representações e reflexões produzidas por Olavo Bilac a respeito da República brasileira e seus políticos, foi determinante não somente para alcançarmos conhecimentos mais profundos em relação ao seu pensamento político, mas para estabelecermos com maior segurança, que o seu engajamento intelectual em favor da ordem republicana e de diversas reformas modernizadoras, se fez bastante presente em sua produção jornalística e que esta refletiu nitidamente o seu alinhamento favorável a aspirações de variados segmentos sociais, desde as exploradas camadas populares brasileiras, até grupos oligárquicos, sobretudo paulistas, sendo exemplares as crônicas que dedicou à defesa da expansão do voto, da instrução popular e dos interesses de setores cafeeiros agroexportadores.

Ainda que a modernização da realidade nacional concebida por Olavo Bilac, aos nossos olhos se revele de maneira ambígua ou até mesmo contraditória, é inevitável a constatação quanto à atualidade do conteúdo das inúmeras análises que teceu acerca da República brasileira e dos políticos que a comandavam em pleno alvorecer do século XX.

### Referências bibliográficas:

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. 2003. 327 f. Tese de Doutorado em História. PUC-Rio, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 39-79, maio-ago. 2003.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva Barbosa. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar** – A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BORGES, Valdeci Rezende. Em busca do mundo exterior: sociabilidade no Rio de Machado de Assis. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 28, p. 49-69, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean. et al. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 105-145.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.183-191.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CARONE, Edgar. **A República Velha I** – Instituições e classes sociais. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. **A República Velha II** – Evolução política (1889-1930). 3ª ed. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. **Revista Brasileira de História**, vol. 5, nº 8/9, p. 117-138, set.1984/ abr.1985.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DANTAS, Carolina Vianna. **Brasil “café com leite”**: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914). 2007. 264 f. Tese de doutorado em História. UFF, Niterói.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, vol. 1.

DIMAS, Antônio. **Bilac, O Jornalista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp, 2006, 3 v.

DUARTE, Paulo. **História da Imprensa em São Paulo**. São Paulo: ECA USP, 1972.

ENGEL, Magali Gouveia. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. **Revista Tempo**, n. 17, p.53-78, abr. 2004. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg17-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg17-4.pdf)> Acesso em: 17 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Povo, política e cultura: um diálogo entre intelectuais da Primeira República. **Anais do XII Encontro Regional de História – Usos do Passado**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Magali%20Gouveia%20Engel.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: por um projeto hegemônico de Brasil. **Anais do V Simpósio Estado e Poder – Hegemonia**. Niterói: Vício de Leitura, 2008.

\_\_\_\_\_. A Liga de Defesa Nacional como partido: os intelectuais e a construção da hegemonia burguesa. **Revista Electrónica de Estudios Latinamericanos**, vol. 8, n. 27, p. 3-18, janeiro – março de 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 181-195, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/13.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2012.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>> Acesso em: 7 dez. 2012.

FREIRE, Américo. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.15-31.

FRITSCH; Lilian; PECHMAN, Sergio. A Reforma Urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada de Século. **Revista Brasileira de História**, vol. 5, nº 8/9, p. 139-195, set.1984/ abr.1985.

GONÇALVES, William; SILVA; José Luiz Werneck da. **Relações Exteriores do Brasil I**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, vol. II.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Revista Tempo**, vol. 2, nº 3, p.81-105, 1996. Disponível em: < [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg3-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf) > Acesso em: 16 mai. 2012.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.) **A República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p.11-58.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ecos da política: a capital federal, 1892- 1902**. 2004. 228 f. Tese de doutorado em História Social. UFF, Niterói.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época**. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1974.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. A Modernidade Republicana. **Revista Tempo**, n. 26, p.15-31, out. 2008. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v13n26a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf)> Acesso em: 5 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. A República e o Sonho. **Revista Varia Historia**, vol. 27, n.45, p.121-139, jan-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a06.pdf>> Acesso: em 23 abr. 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. Tomo III, vol. 2, p.39-92.

OLIVEIRA, Kelly Cristina de. **Jornal Correio Paulistano – Constituição e mudança do gênero anúncio de emprego (1854 - 1900) sob a perspectiva crítico-discursiva**. 2012. 470 f. Tese de doutorado em Letras. USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2013.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.2, p.3-12, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392001000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 8 nov. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade – Visões Literárias do Urbano – Paris - Rio de Janeiro - Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ferreira de Araújo nas “Balas de Estalo” e nas “Cousas Políticas” da Gazeta de Notícias: imprensa, modernidade e neutralidade. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <[www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300748000\\_ARQUIVO\\_ANPUH\\_2011\\_ANA\\_FLAVIA\\_CERNIC\\_RAMOS.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300748000_ARQUIVO_ANPUH_2011_ANA_FLAVIA_CERNIC_RAMOS.pdf)> Acesso em: 15 set. 2013.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: (1870 – 1920)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986, vol. 1.

SCHERER, Marta. Olavo Bilac, cronista dos tempos modernos. **Anuário de Literatura**, vol.14, n.1, p.88-105, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/21757917.2009v14n2p88/1157>> Acesso em: 6 jun. 2013.

SILVA; José Maria de Oliveira. Salvar a América – Educação e História: Nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bonfim. **Revista Brasileira de História**, vol. 9, nº 19, p.115-134, set.1989/fev.1990.

SILVA, Maurício. A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX. **O eixo e a roda**, vol.14, p.69-84, 2007. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_pgs/Eixo%20e%20a%20Roda%2014/04-Mauricio-Silva.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Eixo%20e%20a%20Roda%2014/04-Mauricio-Silva.pdf)> Acesso em: 20 fev. 2013.

SIMÕES JÚNIOR, Álvaro Santos. A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. **O eixo e a roda**, vol. 9/10, p.235-246, 2003/2004. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_txt/er\\_9-10/er09\\_ass.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/er_9-10/er09_ass.pdf)> Acesso em 10 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Da Literatura ao Jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. **Patrimônio e Memória**, vol. 2, nº 2, p.126-145, 2006. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/95/449>> Acesso em: 28 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **A Sátira do Parnaso**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SVECENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.